

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

REVISTA

1979

DO INSTITUTO

HISTÓRICO E

GEOGRÁFICO

DE GOIÁS

8

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

— Fundado em 1933 e considerado de utilidade pública pelo decreto-lei nº 2.593 de 21 de novembro de 1939. —

DIRETORIA

Presidente: Prof. Colemar Natal e Silva

1º Vice-Presidente: Prof. Basileu Toledo França

2º Vice-Presidente: Prof. José Lopes Rodrigues

3º Vice-Presidente: Prof. Modesto Gomes

Secretário Geral: Prof. Luiz Gonzaga de Faria

Tesoureiro: Prof. Augusto da Paixão Fleury Curado

Orador Oficial: Dr. Altamiro de Moura Pacheco

ENDEREÇO:

Rua 82 nº 455 — Centro

Caixa Postal 1.002

74.010 — Goiânia — Estado de Goiás — BRASIL

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE GOIÁS**

RELAÇÃO DOS SÓCIOS EFETIVOS DO IHGG, COM SEUS RESPECTIVOS PATRONOS E CADEIRAS

Nº da cadeira	Nome	Patrono
1	Altamiro de M. Pacheco	Henrique Silva
2	Antônio Th. da Silva Neiva	Antônio Americano do Brasil
3	Ático Frota Vilas Boas da Mota	J. Pereira de Alencastre
4	Augusto da Paixão Fleury Curado	Luiz do Couto
5	Basileu Toledo França	Crispiniano Tavares
6	Belkiss S. C. de Mendonça	Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto)
7	Bernardo Élis	Francisco Tosi Colombina
8	Claro A. de Godoy	—————
9	Colemar Natal e Silva	Capistrano de Abreu
10	Dalísia M. Doles	J. Emanuel Pohl
11	Darcy S. B. de Mello	Sebastião Fleury Curado
12	Eli Brasiliense	Cândido Mariano da Silva Rondon
13	Euclides Félix de Souza	—————
14	Gelmires Reis	Joseph de Melo Álvares
15	Gilberto Mendonça Teles	Manuel Aires de Casal
16	Humberto C. Borges	Raimundo José da Cunha Matos
17	José Lopes Rodrigues	Rufino Teotônio Segurado
18	José Mendonça Teles	Pe. Luís Antônio da Silva e Souza
19	Lena C. B. Ferreira Costa	Francis Castelnau
20	Luiz Gonzaga de Faria	José Vieira Couto de Magalhães
21	Manoel Onofre de Andrade	Bernardo de Azevedo da Silva Ramos
22	Maria Augusta Santana Moraes	—————
23	Maria do Rosário Fleury	Jarbas Jayme
24	Marivone Matos Chaim	Auguste Saint-Hilaire
25	Modesto Gomes	Afonso E. Taunay
26	Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	José Roiz Barala
27	Raul Floriano da Silva	Lúcio José dos Santos
28	Waldir do E. S. de Castro Quinta	Zoroastro Artiaga
29	Waldir Luiz Costa	José Trindade da Fonseca e Silva
30	Jaime Câmara	Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

SÓCIOS CORRESPONDENTES:

Bráulio Nascimento, Germano Dias Machado, Guilherme Neves, Isócrates de Oliveira, Manoel Diégues Júnior, Nertan Macedo, Sebastião Almeida Oliveira, Vicente Salles, Eul Soo Pang, Manoel Rodrigues Ferreira, Bueno de Azevedo Filho, Edgard Bahiense D'Almeida e Brito e Vitor, Joaquim Thomaz, Manoel Diégues Júnior e Frei Simão Dorvi.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Nº 8

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Nº 8 — 1979

Ano 7

Goiânia

Imp.

(20) 180

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Ano 7

Nº 8 — 1979

Goiânia.

irreg.

981 (05)

0
981.73
RW
714

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Nº 8

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Diretor

Basileu Toledo França

Colaboradores: todos os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Aceitamos permuta com publicações de cunho cultural.

Só publicamos colaboração quando solicitada.

Rua 82, nº 455 — Centro
Caixa Postal 1.002
(74.010) Goiânia - Goiás - Brasil

INDICE

— LEOPOLDO DE BULHÕES:	
DISCURSO	
Colemar Natal e Silva	13
PALESTRA	
Wagner Estelita Campos	17
UMA BREVE NOTÍCIA	
Basileu Toledo França	25
SÍNTESE BIOGRÁFICA	
Esther Barbosa Oriente	37
— DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA CAPITANIA DE GOIÁS	
Antônio Brasil	47
— PLÁCIDO DE CASTRO E A QUESTÃO ACREANA	
Manuel Onofre de Andrade	67
— OS TRÊS POVOAMENTOS DE GOIÁS	
Luiz Palacin	81
— HISTÓRIA ECONÔMICA DE GOIÁS	
Paulo Bertran	97
— OS MANDARINS DO BRASIL IMPERIAL	
Eul Sao Pong	105
— ENSAIO GENEALÓGICO	
Jaime Câmara	145
— DA CULTURA GOIANA	
Humberto Ludovico de Almeida	161
— RELATÓRIO DE ATIVIDADES	163

LEOPOLDO DE BULHÕES

Este número da nossa revista é dedicado ao grande goiano, que ainda hoje é modelo de homem público para todo o país.

DISCURSO DO PROFESSOR COLEMAR NATAL E SILVA

(No lançamento dos trabalhos parlamentares de Leopoldo de Bulhões)

Este ato pertence à História.

É o motivo pelo qual se justifica e se impõe a participação do INSTITUTO HISTÓRICO que tem, por missão específica a guarda e a preservação do patrimônio histórico do Estado.

Não há, nem pode haver, nação sem História.

E, a nenhum país basta, apenas, a posse dos elementos essenciais à sua grandeza material.

Por isso mesmo, no progresso de cada uma das nações está o valor do homem em todas as esferas da atividade humana que caracteriza os diversos estágios da civilização.

À História, voz do túmulo, no conceito de Lamartine, compete registrar e perpetuar a ação dos filhos que, em cada pátria, ajudaram a construir a sua grandeza imaterial, aquela que sobrevive às limitações do tempo.

Também é certo que não pode haver grandes nações sem grandes homens, que comprovem o alcance de sua luta pessoal pela evolução em seu sentido mais amplo, abrangendo todas as categorias de ação social.

A tarefa difícil é dar a medida exata do valor do homem.

No conceito de São Francisco de Assis, é a morte que dá o valor da vida.

Diante da algidez das sepulturas que a todos confunde naquela aterradora igualdade material, na insignificância do mesmo pó nivelando o sábio ao ignorante, o célebre ao anônimo, o grande ao pequeno, é que mais alto se sente a magnitude das obras que ficam para a perenidade.

Quando o brilho social se apaga e se distancia, quando a projeção reluzente das mais altas posições nada mais valem, quando a riqueza, o bafejo da fortuna, enfim, prestígio, a influência, a fama parecem ficar reduzidas às inscrições frias das lápides, aí, sim, que a obra de um político, de um homem público, de um pensador ou sociólogo será medida e avaliada no seu exato valor, não tanto no sentido circunstancial, mas, sim, na razão de sua perpetuidade, pelo tempo afora.

É que o passado deve ser o lastro para o presente, assim como o presente deverá trazer consigo o prenúncio do futuro.

Bem haja a Presidência da Câmara dos Deputados levantando o perfil parlamentar daqueles representantes do povo que, pela capacidade, patriotismo construtivo e relevo no desempenho de sua atividade pública, conquistaram renome nacional, elevados, assim, pela ilustração e pelo mérito, às mais altas posições da República.

Essas homenagens não significam, apenas, o que já seria muito, o reconhecimento da pátria a filhos ilustres e beneméritos.

Têm, ainda, o sentido de um exemplo às novas gerações que se preparam para assumir o seu papel na vida pública brasileira.

Eis porque buscamos a participação das universidades, integradas que são pela mocidade estudantil na tarefa difícil, complexa mas, tão relevante, de preparar os homens do futuro dentro dessa realidade inquieta e movediça da conjuntura atual.

Louvores merece a direção da Câmara dos Deputados pela escolha do Ministro WAGNER ESTELITA CAMPOS para selecionar e expor a súmula dos trabalhos parlamentares de LEOPOLDO DE BULHÕES.

Esse apresentador possui riquíssima folha de serviços prestados sempre com brilho e eficiência, quer à administração no DASP, quer na Secretaria do Governo de Goiás, quer em assessorias da administração federal, como técnico em administração diplomado pela "American University", de Washington, quer na secretaria geral da Prefeitura do Distrito Federal, quer como representante do povo na Assembléia estadual, quer como deputado federal, presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, quer como Diretor geral do DASP, onde entrou por concurso público, ministro do Tribunal de Contas da União e um de seus mais ilustres presidentes, professor universitário — titular de Chefia e Liderança na Universidade de Brasília — conferencista de mérito na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na Escola Superior de Guerra, o "curriculum vitae" do ministro ESTELITA CAMPOS apresenta mais de 250 conferências sobre administração, liderança e chefia nos setores da pública administração federal, direta e indireta, civil e militar e em diversas universidades e escolas, além de ser autor de várias obras consagra-

das pela crítica especializada, como as melhores e mais completas no gênero, já publicadas no Brasil, além de ser detentor do prêmio IDORT, só conferido a pessoas vivas e a entidades que mais se tenham destacado no campo da racionalização do trabalho, no Brasil.

Dentro de poucos instantes será feita a distribuição da obra que contém os trabalhos por ele selecionados no programa "PERFIS PARLAMENTARES", traçado pela Câmara Federal, que inclui o destaque de LEOPOLDO DE BULHÕES.

Todos os que vão ter a feliz oportunidade de lê-lo, irão se conscientizar do seu grande valor como contribuição realmente expressiva para a consagração dessa excelsa figura de homem público que foi o parlamentar filho de nosso Estado.

Também é grato registrar, nesta oportunidade, que o governo atual, através da Secretaria da Educação e Cultura, aprovando indicação da Academia Goiana de Letras, fará erigir, em praça pública, um busto, em bronze, de Leopoldo de Bulhões.

Cabe-me, antes de encerrar, congratular-me com a Assembléia Legislativa pelo gesto do Deputado Ênio Pascoal, Presidente de visão larga e esclarecida, que cedeu este plenário para a solenidade.

Além da circunstância feliz de participar, como presidente e representante legal do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que coordenou o lançamento, reservou-me o destino a gratíssima missão de representar a família LEOPOLDO DE BULHÕES, como seu sobrinho — neto e por delegação do seu filho e biógrafo AUGUSTO DE BULHÕES, residente no Rio de Janeiro.

Expresso, pois, com vivo prazer e muita honra, a gratidão de toda a família, que é numerosa e está sensibilizada pela cerimônia, abrilhantada pela presença do presidente em exercício da Câmara dos Deputados, nobre Deputado Homero Santos; do Governador Ary Ribeiro Valadão, que inclui no seu programa de governo o apoio à cultura; do ilustre Ministro Luciano Brandão, representante do Egrégio Tribunal de Contas da União; do magnífico Reitor da Univ. Federal, professor José Cruciano de Araújo; do magnífico Reitor da Univ. Católica, professor Pe. José Carlos de Lima Vaz; do Des: Mauro Campos, representante do Poder Judiciário; deputados federais e estaduais; Dr. Ursulino Tavares Leão, presidente da Academia Goiana de Letras; professor Idelfonso Avelar, representante do Prefeito Municipal de Goiânia; Dr. Délson Leone, ilustre Se-

tário da Educação e Cultura; Dep. Jarmund Nasser, ilustre Secretário das Minas e Energia; Dr. Aguinaldo Olinto de Almeida, ilustre Secretário da Administração; Dr. Luiz Francisco Guedes de Amorim, eminente presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás; Acadêmica Rosarita Fleury, presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás; Dr. Joviano Ribeiro, representante da Arcádia Goiana; e senhoritas, que todos constituíram este seieto auditório, cujo comparecimento deu tanto relevo à cerimônia de lançamento.

LEOPOLDO DE BULHÕES

Não me proponho, agora, a traçar a extensa biografia de Leopoldo de Bulhões. Nem para isso própria seria a solemnidade e adequado o momento.

Pretendo, isto sim, de sua fecunda atividade, destacar os maiores lances e de sua rica personalidade assinalar os traços mais típicos.

O Perfil Parlamentar de Bulhões que hoje aqui é lançado e distribuído contém, por inteiro, o resultado de minhas modestas pesquisas, salienta os momentos culminantes da intensa e diversificada atividade de Bulhões, como parlamentar, financista, administrador, jornalista, pensador, líder, estadista, enfim, tudo isso, além de enfeixar alguns dos numerosos discursos que proferiu no Parlamento Brasileiro.

A principal fonte de minhas pesquisas foi, inicialmente, o livro de seu filho e biógrafo Augusto de Bulhões, intitulado "Leopoldo de Bulhões, um financista de princípios".

Mais recentemente foi-me de extrema valia a conferência "O Estadista Leopoldo de Bulhões", pronunciada em 1969 pelo Professor Benedicto Silva, goiano ilustre e que considero o maior nome de nossa atual literatura administrativa brasileira.

Ainda mais recentemente pude ler excelente ensaio biográfico de autoria do mesmo Professor, intitulado "A vida retilínea de Leopoldo de Bulhões" que integrou conferência pronunciada em outubro de 1978, a qual, entretanto, somente me chegou às mãos depois de elaborado e lançado em Brasília em janeiro de 1979 o trabalho que fiz para a Câmara dos Deputados.

As duas mencionadas conferências serão enfeixadas em um volume e publicadas pela Editora da Universidade Federal de Goiás.

Também, somente após o referido trabalho, tive a grata oportunidade de ler excelente conferência pronunciada pelo Professor Colemar Natal e Silva, sobrinho de Leopoldo de

Bulhões, nome destacado na vida intelectual de nosso Estado e publicada em 1975 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, entidade que preside.

São trabalhos que, aliados ao Perfil Parlamentar de Bulhões certamente muito contribuem para o justo enaltecimento de sua memória.

Leopoldo de Bulhões foi grande demais para a pequena notoriedade que tem.

Sua atuação, notadamente de parlamentar, jornalista e duas vezes Ministro da Fazenda, granjeou-lhe o respeito e a admiração de seus contemporâneos, inclusive de alguns que se destacaram entre nomes de nossa vida republicana.

Hoje, entretanto, somente é mais conhecido num círculo relativamente restrito de pesquisadores e estudiosos, principalmente financista.

Mas, tenho certeza de que a iniciativa da Câmara dos Deputados, lançando os Perfis de Parlamentares falecidos de diversos Estados e neles retratando, para a História, os que nos legaram o exemplo de nobres virtudes da vida pública, há de contribuir decisivamente para que Bulhões volte a ter, depois de morto, a mesma merecida notoriedade que teve em vida.

Nesse louvável esforço é certo que a minha contribuição, elaborando a Introdução e selecionando alguns discursos, no Perfil que hoje se lança em Goiânia, é muito modesta.

Leopoldo de Bulhões distinguiu-se, antes de mais nada, como um grande parlamentar. Frequentador assíduo da tribuna, participante também assíduo dos trabalhos das Comissões, deixou nos Anais do Congresso a marca inconfundível de seu talento, de sua cultura, e de seu espírito público, notadamente na área dos estudos econômico-financeiros e, em não menor escala, como federalista e abolicionista.

Há que assinalar que sua longa experiência parlamentar representou base e inspiração para suas fecundas atividades de administrador.

Deputado e Senador, teve atuação brilhante no plenário e nas Comissões. Como orador, podia não empolgar, mas encantava e convencia, pela sua dialética, pela sua cultura geral e específica, pela segurança de seus argumentos.

Dele disse Pinheiro Machado que era um "rude adversário", que "jamais poderia ser vencido".

Depois de recusar os convites de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, rendeu-se, finalmente, ainda que relutante

por força de sua modéstia, à convocação que lhe foi feita, em tom irrecusável, pelos Presidentes Rodrigues Alves e Nilo Peçanha para a gestão da Pasta da Fazenda.

No Governo Rodrigues Alves, como assinala em admirável síntese o professor Benedicto Silva, "... saneou o meio circulante, recolhendo moeda em vez de emitir, restabeleceu o crédito do país no interior e no exterior, resgatando empréstimos, elevou o câmbio ao máximo atingido pela moeda brasileira em todos os tempos da República, reformou o Banco do Brasil" ... "encerrou com saldos três dos quatro exercícios de sua gestão. E além de tudo isso financiou as numerosas atividades e iniciativas do quadriênio mais realizador de que há notícia em nossa história administrativa".

No período Nilo Peçanha, entre outras coisas, resgatou o empréstimo de 1879, antecipou o serviço de amortização da dívida externa, reduziu a dívida interna e iniciou a conversão da dívida externa de 5% para 4%, com grande êxito nas praças de Londres e Paris.

São realizações que, ao relembrá-las, nos deixam a respiração em suspenso, nos dias de hoje.

No Governo Wenceslau Braz foi designado dirigente do Comissariado Geral de Alimentação, espécie de superministério, com poderes excepcionais.

Importante ressaltar, no momento, que Bulhões organizou o Comissariado sem nomear sequer um funcionário, requisitando dos diversos Ministérios seus auxiliares diretos e indiretos.

Enfrentando aguda crise de aumento dos gêneros alimentícios conseguiu, como se vê de seu relatório final, "sustar o aumento da carestia nos lugares em que ela chegava a exageros injustificados e estenderam-se (as providências tomadas), por via de repercussão, aos outros pontos do país".

Leopoldo de Bulhões, entretanto, como acentuou Ramiz Galvão, não foi estadista apenas realizando; também o foi doutrinando. Sua atuação no Parlamento representa, como se vê de seus discursos, uma doutrinação constante.

Para tanto, além de sólida cultura especializada em finanças, possuía apreciável cultura geral, advinda de leituras constantes dos filósofos, economistas e cientistas políticos.

Como ainda bem assinala o professor Benedicto Silva, "conseguiu uma pletora de conhecimentos gerais e especializados, que em determinada época da República, talvez não encontrasse equivalente em nenhum de seus contemporâneos".

E não apenas no Parlamento doutrinou; fê-lo, também, em seus artigos e entrevistas na imprensa e através de conferências, principalmente a que pronunciou em 1913 na Biblioteca Nacional sobre os “Financistas do Brasil”, um dos mais valiosos documentos que se conhecem sobre a história financeira nacional.

Bulhões teve a glória de integrar o Ministério Rodrigues Alves, um Ministério que não encontra paralelo na história republicana, composto, entre outras, das personalidades de Rio Branco, Lauro Muller, Oswaldo Cruz, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Joaquim Nabuco, Francisco Bicalho, José Joaquim Seabra, Carlos de Carvalho, Ubaldino do Amaral, Júlio de Noronha e Marechal Paula Argolo, um Ministério que, com o suporte financeiro da atuação de Bulhões, permitiu a Rodrigues Alves atingir o difícil objetivo de simultaneamente consolidar as finanças públicas e realizar grandes empreendimentos.

Razão tinham os egípcios, conforme tenho mais de uma vez recordado, quando, ainda na era pré-histórica e muitos séculos antes de Cristo, afirmavam, numa lição para a posteridade, que “grande são aqueles cujos conselheiros são grandes”.

Os pensamentos e conceitos de Bulhões, não apenas na área de economia, finanças, mas também social e política, são de impressionante atualidade.

Vejam-se alguns dos numerosos exemplos que poderiam ser citados:

“O principal dever dos homens de Estado é prevenir as revoluções e eles só podem evitá-las estudando e propondo as reformas proclamadas pelas necessidades do país, já sancionadas pela opinião nacional”.

“A liberdade não se decreta, não se confere, conquista-se pelo ensino e pela propaganda”.

“Onde não há partidos arregimentados em torno de idéias e princípios, domina a política pessoal que a civilização repele”.

“A inflação é detestável, menos pela perturbação material pelos danos econômicos que ela acarreta, do que pelos prejuízos morais que importa”.

“A prosperidade da lavoura, do comércio, da indústria, por meio da emissão de papel-moeda é fictícia”.

“Não sei encarar com simpatia a revolução, quando ela vem de cima, sob a forma de golpe de Estado, de abusos de poder, de violações de direitos, de usurpação de atribuições,

para fulminar a que vem de baixo, sob a forma de protestos, de reivindicações, de restauração da lei e da Constituição”.

A vida e as atividades de Leopoldo de Bulhões, de um lado contêm um corpo de doutrina que não apenas foi válido para sua época mas que também, considerados, naturalmente, as peculiaridades atuais, lança luz sobre problemas de nosso tempo; de outro lado, apresentam exemplos que, sob diversos aspectos, podem inspirar a atuação de nossos homens públicos de hoje.

No período Rodrigues Alves, por exemplo, chamado por Inglês de Souza de “renascimento econômico”, como já foi assinalado, procurou-se e atingiu-se o duplo objetivo de consolidação das finanças públicas e de realizações de grandes empreendimentos.

Sob outro ângulo, o fenômeno se repete hoje na intensa procura de um equilíbrio semelhante, agora mais difícil, dado o caráter agudo de nossos problemas econômico-financeiros: conter a inflação em limites toleráveis e, ao mesmo tempo, desenvolver a agricultura, tarefa louvável mas, necessariamente dispendiosa.

Afirma Ramiz Galvão que Bulhões “era aos 24 anos um pensador”. Mas, acrescento, não era apenas um pensador, era também um líder, cujo pensamento atingiu e influenciou as atividades de outros. Era um líder, na rigorosa acepção do termo.

Porque líder, conforme já acentuei alhures, não é o que se autojulga líder, ou o que simplesmente é denominado, eleito ou até designado líder. Líder é o que efetivamente influencia e se impõe; o que simultaneamente é estimado e respeitado; o que de fato simboliza princípios e idéias; o que ao mesmo tempo “exprime” e “imprime”. Exprime porque simboliza e imprime porque orienta.

O líder tem um duplo papel: de um lado, possuir a sensibilidade de captar anseios e aspirações; de outro, o de orientá-los no sentido do bem-estar da coletividade. O verdadeiro líder é aquele que assume e defende posições na conformidade dos interesses gerais, os quais passa a representar.

Na atuação de Leopoldo de Bulhões encontram-se presentes as características apontadas.

E sua liderança foi marcada, entre outros, aspectos, por um de seus mais destacados requisitos: o de que o líder, para que possa simbolizar e orientar as aspirações e interesses coletivos, deve dar o exemplo de uma conduta que se harmo-

nize com as linhas fundamentais daqueles interesses e aspirações.

Bulhões preconizava o rigor na aplicação dos dinheiros públicos e era um homem de integridade a toda a prova; combatia o excesso de despesas e deu orçamentos equilibrados; defendia princípios e agia na estrita conformidade dos mesmos.

Difícil relacionar e longo seria comentar todas as qualidades reveladas na personalidade de Bulhões. Modéstia, talento, capacidade de trabalho, cultura geral e especializada, capacidade administrativa e técnica, coragem moral, independência de atitude, decisão e ao mesmo tempo capacidade de transigência, espírito de desprendimento e renúncia, lealdade, fidelidade a princípios, espírito público, acima de tudo integridade, são algumas delas.

Mas, vale assinalar, dentro desse contexto, alguns traços típicos de seu comportamento.

Quanto a seu espírito de desprendimento e renúncia, que tinha sempre um sentido de sobrepor o interesse geral ao particular, vários fatos o documentam.

Recusou o cargo vitalício de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para prosseguir na obra financeira executada e indicou, em seu lugar, o grande Ministro que foi Guimarães Natal; declinou da Presidência da Comissão de Finanças por lhe parecer mais oportuna a menos importante presidência da Comissão de Tarifas; recusou duas vezes a Pasta da Fazenda, a primeira do Governo Floriano, por solidariedade aos pontos de vista de Rodrigues Alves e a segunda no Governo Prudente de Moaris, pelo fato de haver ainda muito jovem (39) conquistado um mandato no Senado, onde julgava mais úteis à coletividade dos seus serviços; recusou um lugar na Diretoria do Banco do Brasil; eleito Presidente de Goiás, não quis interromper suas atividades de Deputado; 1909. Preferiu voltar ao Ministério da Fazenda, tudo sempre tendo em vista os interesses gerais da Nação.

Sua modéstia bem se caracteriza em duas oportunidades: quando afirmou, certa feita, da tribuna, que não sabia fazer discursos (e pronunciou notáveis discursos no Parlamento, alguns dos quais foram selecionados para seu Perfil); e quando, convidado (diria melhor convocado) pelo Presidente Rodrigues Alves para a Pasta da Fazenda, a que afinal se viu obrigado a aceitar, ponderou: "Não acha que, no Senado, onde já escasseiam os homens de atividade e de trabalho, posso

prestar ao seu governo auxílio mais eficaz?" Isso depois de indagar "... que valor poderá ter o auxílio que lhe preste na tormentosa pasta da Fazenda?"

Sua capacidade de transigência pode ser registrada em diversos episódios de sua vida pública.

Comabteu o imposto de consumo mas, como Ministro, perdeu-se à contingência de regulamentá-lo, pela impossibilidade de substituí-lo, como desejava, pelo Imposto de Renda, de que foi um dos precursores. Opositor vigoroso da Caixa de Conversão, reconheceu que "não podia aconselhar a sua supressão", porque se originara, "bem ou mal", "uma corrente de opinião orientada para a valorização gradual e prudente do meio circulante". Fervoroso adepto do livre câmbio, prestou sua colaboração à obra tarifária; proclamando, antes mesmo da República, as vantagens do regime federativo, reconheceu o "exagero do espírito federalista da Constituinte": avesso, por convicção, à intervenção oficial na marcha ordinária dos fenômenos econômicos, aceitou, na direção do Comissariado Geral da Alimentação, entre outras medidas, a da fixação dos preços máximos.

Mas sua transigência jamais significou incoerência. Ele próprio justificou:

"A um homem de governo não é permitida a intransigência absoluta no terreno de seus princípios doutrinários". "Na ação ele tem de atender às contingências do meio, tem de subordinar-se às possibilidades do momento histórico".

"A sua coerência se caracteriza pelo mínimo de concessão que deve fazer no desvio do rumo que lhe traçam suas idéias".

É de ressaltar-se, na pessoa de Bulhões, um predicado, cada vez mais indispensável na atuação de homem público: a integridade.

Afastou-se da vida pública "paupérrimo", na expressão do Professor Leônidas de Rezende.

Dedicou-se, no derradeiro decênio de sua vida, à atividade industrial, criando, dirigindo e reorganizando empresas e somente assim conseguiu alguns recursos com que assegurar nível de vida razoável à família, não pequena, constituída de mulher e oito filhos.

Parlamentar por tantos anos, duas vezes Ministro da Fazenda, dirigente do Comissariado Geral de Alimentação, Bulhões legou a seus herdeiros um patrimônio material inexpressivo, compensado, entretanto, por um grande patrimônio moral.

O professor Benedicto Silva, hoje um dos seus mais seguros biógrafos, tece, a propósito, no citado ensaio, sobre "A vida retilínea de Leopoldo de Bulhões", oportunos comentários e faz uma revelação, de que eu não tivera ainda conhecimentos quando elaborei a Introdução para o Perfil Parlamentar de Bulhões.

Transcrevo suas palavras:

"Leopoldo de Bulhões perdeu a liderança política de Goiás precisamente quando, ao findar o Governo Rodrigues Alves, deixava a Pasta da Fazenda, saindo pobre como entrara. Vários de seus amigos, entre eles Paulo de Frontin, Eptácio Pessoa e o Visconde de Moraes, conhecedores de sua precariedade financeira, compraram-lhe uma casa em Petrópolis, a fim de que ali continuasse a educação de seus oito filhos".

O episódio é por demais expressivo e traduz comovedora lição que, entre tantas outras, Leopoldo de Bulhões ministrou para sua época e para a posteridade!

Vale ainda acrescentar que a coragem moral de Bulhões constituiu também traço marcante de sua vida pública. Jamais se acomodou, pelo apego a cargos ou posições.

A esse respeito, peço permissão para recordar palavras que tive ocasião de pronunciar, em 1978, quando da solidariedade de comemoração de 85º aniversário da criação do Tribunal de Contas da União: "A acomodação é fácil e gera dividendos materiais; a coragem é difícil, mas rende dividendos morais".

LEOPOLDO DE BULHÕES

Uma breve notícia

Basileu Toledo França

Senhoras e senhores.

A convite do Centro Acadêmico “V de Novembro”, de nossa Faculdade de Ciências Econômicas, aqui estou para lhes apresentar — nobre e culto auditório — uma breve notícia sobre o grande financista e homem público José Leopoldo de Bulhões Jardim, cujo primeiro centenário de nascimento se comemora no Rio de Janeiro, com amplo e brilhante programa.

Na esperança de que a sua vida, fecunda em atos patrióticos e imensamente rica em iniciativas sábias no setor da economia, supra a singeleza franciscana do orador, eu me proponho a lhes contar algo do grande e imortal goiano.

A FAMÍLIA — Em 1856, a 28 de setembro, nascia em Goiás — então capital da província do mesmo nome — Leopoldo de Bulhões, filho de Inácio Soares de Bulhões e d. Antônia Emília Rodrigues Jardim. Ambos de famílias importantes, com larga folha de serviços prestados à coletividade. O que era nesse tempo a nossa querida terra, imagine-se através do autor de “Goiás”, visconde de Taunay. Diz ele “... somem-se as léguas e léguas que é preciso vencer para chegar à capital de Goiás e às suas cidades, senão florescentes, em todo o caso, não moribundas, e ter-se-á consideração para quem vive tão segregado e talvez esquecido da comunhão brasileira”.

Se a província vivia assim, a verdade é que a família Bulhões, nome adotado pelos Félix de Sousa, compensava pelo estudo, pelas reuniões culturais e artísticas, a distância e o isolamento do Rio de Janeiro, o que a tornava mais prestigiosa além de querida na sua comunidade. Ali se reuniam políticos e intelectuais da época, como nos conta um dos filhos do notável financista. E nesse “ambiente tranquilo, paisagem bela e terra pródiga, vida familiar sadia de princípio e de respeito e observância aos deveres e compromissos assumidos”, nasceu e

desenvolveu-se o futuro homem público, rodeado de pessoas evoluídas, combativas e cultas. A convivência e o estímulo constante de tantos elementos favoráveis deram como resultado José Leopoldo e seus irmãos, cérebros privilegiados, que todos nós admiramos. O poeta Antônio Felix, ardoroso defensor da liberdade do negro em nosso estado, jornalista primoroso e político; o bacharel Antônio Augusto, representante da sua província junto à corte, na Câmara dos Deputados, que apresentou — pela primeira vez no Brasil — um projeto sobre a conversão do papel-moeda, mais tarde substituído por José Leopoldo. Antônio Felix morreu em 1887, com 42 anos apenas, e Antônio Augusto no ano de 1878.

Ficou entretanto, para continuar as glórias da família, o futuro ministro da fazenda, a quem tanto deve o nosso país e a nossa gente.

BULHÕES ESTUDANTE — Depois dos primeiros estudos, Bulhões ingressou na Faculdade de S. Paulo, antes passando pelo Rio de Janeiro a fim de completar seus preparatórios com exame de latim. Um colega e amigo nos conta que “São Paulo em 1876 — quando ali estudavam — era uma cidade de 25.000 almas, sem movimento, quer comercial quer social”, vivendo apenas do prestígio que a sua escola de direito lhe proporcionava. Era uma fase brilhante das arcadas, com notável grupo de poetas, oradores e jornalistas. Estudava-se bastante, havia revistas e clubes, onde tratavam de assuntos políticos e sociais.

Segundo o depoimento de Horácio Guimarães, Bulhões foi o primeiro estudante da turma. E, releva notar, desde o primeiro ano de faculdade deu atenção especial ao estudo das finanças, “martelando” os colegas constantemente com a fixação do câmbio, regime monetário, a necessidade da conversão do papel-moeda e outros assuntos técnicos.

Apesar de aplicado e consciente das suas responsabilidades, ele tinha senso de humor e espírito esportivo, compreensão e tolerância nas brincadeiras, nunca perdia a calma. Por tudo isto, conquistou o coração dos companheiros e não deixou um só desafeto em todo o curso. Afonso Celso, outro companheiro de turma de Bulhões, chama-o “excelente colega” a quem todos queriam bem. E menciona que ao terminar o curso inscreveu-se para defender a tese O PODER MODERADOR, pretendendo a sua abolição em virtude de se tratar de cópia desnecessária da organização de França. Contudo, desistiu do título “doutor”, porque lhe informaram que a aprova-

ção se fazia em votação secreta e só o davam a genros ou futuros genros dos professores. “Por este preço — asseverou — eu renuncio a ser doutor”.

A despeito do trabalho de Patrocínio, Luiz da Gama e outros, na faculdade propriamente ainda não havia penetrado de modo total o espírito do abolicionismo, cuja campanha ali era inexpressiva. Essa talvez a razão por que Bulhões não a tivesse abraçado de pronto, o que fez depois com sinceridade e calor no parlamento, na mesma trincheira gloriosa de Nabuco e Rui. A academia do Largo de S. Francisco, no tempo em que Bulhões estudava, dividia-se em vários blocos: conservadores, liberais e republicanos.

BULHÕES JORNALISTA — Após a sua formatura em 1880, turma de 33 bacharéis, José Leopoldo dá início à propagação de suas idéias e convicções, tais como a verdade eleitoral, a liberdade de culto, a abolição da escravidão, a federação dos estados e a conversão do meio circulante. Espírito de escol, grandemente culto, propugnou por essas idéias e pôde ver com o coração em festa algumas vitoriosas: a separação da igreja do estado, a abolição do elemento servil, a implantação da federação de estados autônomos. Mas não teve a felicidade de ver regenerados os nossos costumes políticos, através da criação de grandes partidos, que se baseassem em princípios e programas, nem tão pouco logrou alcançar a extinção do papel moeda. (*)

Para termos uma impressão, ainda que pálida, da objetividade e lucidez do grande redator-chefe de “Tribuna Livre”, órgão fundado por seu irmão Antônio Félix, aquela inteligência rara inteiramente devotada à causa pública, vejamos alguns assuntos tratados por José Leopoldo em editoriais:

1 — Em 14 de maio de 1881, ele assim se apresenta aos leitores da Tribuna: “Ao assumir a redação desta folha, que entre nós tem propagado as idéias liberais, dirigido e representado a opinião, devo ao público algumas explicações. Sec-tário dos princípios democráticos, desde os primeiros tempos de minha vida acadêmica foi com entusiasmo que saudei a criação do Clube Liberal e o aparecimento deste órgão, destinado a

* — “O papel moeda não sendo conversível em espécie, não tem nenhum valor próprio, e o que ele possui nas trocas é puramente convencional, repousa sobre o uso legal que lhe é conferido pela lei”.

“Dicionário Econômico — Comercial e Financeiro” — Luiz Sousa Gomes, pág. 193, 3ª edição, 1945.

servir à causa do meu partido. Pela primeira vez, nesta Província, surgiu a idéia, eminente, grandiosa e civilizadora da discriminação dos partidos políticos e pela primeira vez desfraldou-se a bandeira a cuja sombra militam os estadistas mais notáveis deste país”.

E prossegue em considerações a fim de deixar bem clara a sua orientação.

2 — Em outro artigo, mostra a força das suas convicções e o saber que hauriu em fontes como Spencer e Macleod: “Na vida das nações nada há isolado, os fenômenos sociais se relacionam e guardam entre si a mais rigorosa dependência e a mais íntima conexão. Mal avisado andaria o estadista que, cuidando das necessidades sociais ou políticas de seu país, não tendesse às consequências que seus atos e reformas iriam produzir na ordem econômica; ou que, alterando as condições econômicas, não pesasse a influência que essa alteração poderia exercer nas relações políticas”.

“O estabelecimento da descentralização administrativa, da grande naturalização, da temporariedade do Senado, da ampla liberdade de cultos e de indústria, instantemente reclamado pela opinião esclarecida da nação, não pode ser mais adiado. São idéias estas que já receberam sanção da consciência popular. As teorias modernas, políticas e econômicas, combatem franca e abertamente o protecionismo e todas as odiosas restrições impostas ao comércio e à indústria”.

3 — Combate a implantação da República por meio da revolta: “as formas de governo, escreve Herbert Spencer, não têm valor senão quando produto do caráter nacional; nenhuma combinação política, por mais bem ideada que seja, apresentará resultado se não for o fruto da evolução durante o curso do progresso social”.

4 — Reclama solução para dois graves problemas nacionais na época: “Um é relativo à abolição da escravatura, generosa idéia que tem immortalizado os seus propugnadores e que agita hoje o país inteiro; outro concerne à supressão do papel-moeda, melindrosa questão financeira que tanto preocupa o Visconde Itaboraá, a Sousa Franco e que apesar de completa e amplamente debatida e esclarecida por estes economistas pátrios, ainda não recebeu solução satisfatória no domínio da prática. A escravidão e o papel-moeda, diz Martins Hayer, são dois cancros que debilitam as forças vivas da sociedade brasileira, que consomem todas as suas energias e precipitá-la-ão infalivelmente à ruína, se não forem quanto antes extirpados por aqueles que dirigem os negócios públicos”.

BULHÕES DEPUTADO — Em 81, com 23 anos, José Leopoldo candidatou-se a deputado à Assembléia Geral, pelo Diretório Liberal da Província. Durante vários meses — então coisa inédita — percorreu a cavalo o 2º distrito, para entrar em contato pessoal com os eleitores e conhecer-lhes de viva voz os problemas e aspirações. O fato teve a melhor repercussão no espírito público, concorrendo para levá-lo ao parlamento, onde estreou no ano seguinte, em 1882. O jovem parlamentar, culto e discreto, revelou-se em pouco tempo um lutador de fibra inquebrantável, sob os aplausos de companheiros. De outro lado, opositores do valor de Pinheiro Machado chamá-lo-iam mais tarde “temível adversário”, ou ainda, no dizer de João Luís Alves: “o invencível”. O trabalho de Bulhões no parlamento orientou-se no sentido de resolver, com sábios e fundamentados projetos, dois grandes problemas nacionais e outros dois de magna importância para a sua província: aqueles eram a abolição imediata da escravidão e a conversão do meio circulante; estes, os limites entre Goiás e Minas e a construção de uma estrada de ferro do Pará a Bela Vista, aproveitando trechos navegáveis do Tocantins, em um sistema misto, possibilitando assim a ligação até hoje esperada de nossas bacias do Amazonas e Araguaia — Tocantins às de S. Francisco e alto Paraná.

Ao discursar sobre o orçamento do Ministério da Fazenda, uma peça de alto valor técnico, Bulhões examina no parlamento a situação econômico-financeira do Império e define claramente a sua posição e o seu pensamento a respeito: “Sr. Presidente, tenho ouvido dizer repetidas vezes que “sem boas finanças não há boa política.” Este conceito, na minha opinião, deve ser elevado à altura de um princípio sociológico; e como desejo que o meu partido, ora no poder, possa dar uma boa direção à política, chamo a atenção do governo para as medidas tendentes a melhorar o estado das nossas finanças, que nada oferecem de sólido e lisonjeiro.” A seguir examina exaustivamente os aspectos econômicos e financeiros da política imperial, com exemplos concretos e atualíssimos então, tirados da Inglaterra, França, Itália e Estados Unidos, para concluir absolutamente seguro: “Convertei, pois, o papel-moeda em nome da salvação pública. E depois, em nome da geração nova de que sou aqui um dos representantes, dessa geração que tem de sofrer todas as consequências da vossa política, vibrai um golpe decisivo nessa fatal instituição que nos devora e consome as forças vivas do país: a escravidão”.

Assim era o deputado por Goiás e seu filho amantíssimo, seguro, fiel a princípios, incisivo, destemeroso e altamente patriótico. Em sessão de 5 de setembro de 1883, volta aos dois grandes problemas, e conclui pedindo uma comissão especial para dar parecer aos seus dois projetos: abolir a escravidão e converter o papel-moeda. Em 84, mais uma vez ele os debate longamente. No mesmo ano, pleiteia o aumento do eleitorado, ao fazer a crítica da lei eleitoral, sugerindo que se reconheça o direito de voto as mulheres. E até o final do seu mandato, em 85, examina os maiores e mais cruciantes problemas provinciais, entre eles o ainda hoje importante problema da viação em Goiás”.

Em razão dos seus pontos de vista, contrários aos conservadores e escravistas, Bulhões não conseguiu ser reeleito, pela insidiosa campanha que lhe moveram na província. E ao em vez de se recolher, lança manifesto a seus eleitores em 13 de março de 86 para denunciar a fraude do pleito, que sufragou o nome de J.M. de Andrade Figueira, concluindo que o seu distrito foi “saqueado por uma horda de salteadores de estrada”. Volta ao jornalismo da província, como redator-chefe do “Goiaz”, órgão do Partido Liberal, fundado por ele e seu irmão Antônio Félix de Bulhões, com maquinaria importada de Paris. Nessa quadra, entra a combater de novo o “Poder Moderador” em termos candentes, quando examina os privilégios imensos da família real. Reclama pela federação dos estados. Combate Saraiva que “em nome do partido liberal faz uma lei em extremo conservadora e ainda, sob sua responsabilidade, fez passar no Parlamento a lei escravagista que coloca o homem na posição de propriedade de outro”. Examina a diferença de progresso entre os Estados Unidos e o Brasil, ao denunciar a trama imperialista no corpo da nova constituição de 1824: “A diferença está, escrevia ele, exclusivamente na legislação política. Não está na terra, não está no clima que embora afivele no frontispício a máscara da liberdade, tem por divisa, em fundo, o autoritarismo, a adoração ao poder, o arbítrio e a irresponsabilidade de seus depositários. “Era um ato de coragem naquela época, embora hoje saibamos que há outras causas na diferença de ritmo de progresso. E alguns anos depois, em 88, Goiás recebe com festas e passeatas a abolição do cativo em nosso país. Bulhões pôde ver assim vitoriosa uma das divisas de luta que jurou defender à beira da sepultura do seu inesquecível mano, Antônio Felix de Bulhões, de quem a herdou. A outra, federação, não tardaria, veio no ano seguinte,

como corolário. Subira ao poder o Partido Liberal, Bulhões elegeu-se deputado geral pelo 2º distrito de Goiás, o que se registrou na província com um “grandioso baile”, sob a presidência de Montandon. Ia a caminho da corte para tomar parte nos trabalhos legislativos, quando a República foi proclamada a 15 de novembro. Imediatamente telegrafou de Ribeirão Preto aos líderes do Partido Liberal — a Rui Barbosa, Aristides Lobo e Quintino Bocaiuva — que sustentavam com ele a federação, com coroa ou sem coroa, aderindo assim ao movimento revolucionário. Ao mesmo tempo recomendou aos correligionários acatamento e respeito ao Presidente da Província, até que fosse substituído pelo governo provisório. Em Goiás, os membros do Diretório Republicano, sob a presidência de Joaquim Xavier Guimarães Natal, promoveram uma passeata cívica para proclamar a República em nossa terra, sendo designados membros do governo provisório do estado: dr. Guimarães Natal, dr. José Joaquim de Sousa e major Eugênio Augusto de Melo. O Partido Liberal de Goiás passou a apoiar o Governo Provisório e o seu órgão de publicidade, o “Goiaz”, exultava com a adesão da província ao novo regime, esperando para ela, dias de futuro próspero e feliz.

A partir daí, a ascensão política de Bulhões, sempre admirado e acolhido pelos maiores cérebros da primeira república caminhou num crescendo digno dos seus elevados dotes de cultura, de caráter e de ideal para bem servir. Aos 19 de janeiro de 91, reafirma na câmara a sua fé nos princípios e critica a orientação financeira do ministro da fazenda do Governo Provisório, quando despreza a política segura do Império. Esta sinceridade, com que sempre pautaria os seus atos, mostra-nos a formação do ilustre homem público. Neste ano, ele foi escolhido para a “Comissão dos 21”, que deveria apreciar o projeto da Constituição e elegeu-se membro da Comissão de Finanças. Na revolução de 23 de novembro de 1891, tomou parte ao lado de Floriano Peixoto, seu admirador. Presidiu em 93 a comissão extra-parlamentar para organização de tarifas. E não parou mais em sua carreira ascendente.

BULHÕES SENADOR — No ano de 1894, entrou para o Senado Federal pelo nosso estado, onde, como estudioso e técnico reconhecido por todos, redigiu admiráveis pareceres relatando orçamentos. Nessa ocasião, recusou a pasta da fazenda do governo de Prudente de Moraes, cuja eleição tinha sustentado nas urnas. Elaborou a lei orgânica do Tribunal de Contas e foi líder no senado em 91, substituindo Severino Vieira.

BULHÕES MINISTRO — Em 1902, como já tinha feito duas vezes nos governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, escusa-se de aceitar pela terceira vez a pasta da fazenda, que lhe oferecia Rodrigo Alves, seu antigo companheiro de parlamento. Mas este não se conformou e — em carta reservada — o grande goiano assim explicou sua atitude, colocando-se então ao dispor do amigo de lutas: “Peço, não obstante, que me permita algumas ponderações às quais dará a atenção que julgar merecerem. Os meus estudos de finanças não são sistemáticos. Têm-se limitado aos problemas submetidos à deliberação do Congresso. Nunca exerci cargos de Administração. Eleito presidente do meu Estado, não tomei posse. A minha vida tem sido parlamentar.” Acabou aceitando o convite e a imprensa do Rio nessa ocasião salientou-lhe os fortes traços da capacidade financeira e administrativa. Para saber-se o que foi a atuação do ministro Bulhões, basta registarmos que jamais teve a república brasileira outro período de maiores realizações ou pôde contar com plêiade mais notável e brilhante de administradores: Pereira Passos, Osvaldo Cruz, Barão do Rio Branco e outros, com os quais ele também formava ao lado de Rodrigues Alves. E isto foi possível porque o Ministro da Fazenda compreendeu, desde o início, que o quadriênio teria de se caracterizar por dois pontos importantes: 1º — consolidação das finanças públicas, que solucionaria as pendências internacionais; 2º — realizações de grandes empreendimentos nacionais, saneamento e remodelação do Rio de Janeiro, com saldos orçamentários. E se assim o compreendeu, melhor o fez para dar ao dinâmico presidente paulista os recursos financeiros para efetivar o seu plano de governo. Bulhões — sem dúvida alguma — garantiu da sua posição de luta a vitória total de Rodrigues Alves. Partilha com ele as glórias desse período, chamado pelos estudiosos de “período áureo”. Ao deixar o ministério em 1906, o tesouro tinha uma situação de folga em seu capital, crédito, dívida interna e dívida externa. O meio circulante valorizara-se e a taxa cambial havia subido, tornara-se firme e estável, a cotação dos nossos títulos estava elevada, atestando o ressurgimento de nosso crédito e a confiança do comércio mundial, o que nos habilitaria a levantar capitais para melhoramentos de suma importância. Graças a isto, vimos no quadriênio as admiráveis realizações administrativas que marcaram com letras de ouro o governo de Rodrigues Alves: construção do porto do Rio de Janeiro; liquidação de pendências seculares da nossa diplomacia; aquisição

do Território do Acre; equipamento do Exército e renovação da nossa Marinha de Guerra, quando foram adquiridos os encouraçados S. Paulo e Minas Gerais; pagamento de vultosa subscrição do então Banco da República e sua transformação em Banco do Brasil, que se registra como iniciativa pessoal do Ministro da Fazenda e, finalmente, a construção de algumas estradas de ferro, que, hoje se sabe, deverão constituir por muito tempo ainda importante via econômica do país que não fabrica automóveis na medida de nossa necessidade e importa combustíveis em larga escala.

Em 1909, Bulhões renuncia à cadeira do Senado para voltar ao ministério da fazenda com o presidente Nilo Peçanha. Sua escolha foi aplaudida pelas rodas financeiras do país e do exterior. Aí reatou ele o pagamento da nossa dívida e reduziu os juros da dívida pública, que elevaram o nosso crédito e pouparam à nação milhares de contos de réis. A imprensa chamou de audiciosa a operação e publicou as felicitações de Campos Sales, o regenerador de nossas finanças, e de Rothschild, banqueiro do Brasil em Londres. Por motivo do seu aniversário, foi alvo então de grandes manifestações de apreço pelo funcionalismo do Tesouro Nacional, com banquete no Hotel dos Estrangeiros e um baile no Palácio Guanabara, quando brindo o aniversáriante o Barão de Itaboraí. Na ocasião o eng. Luiz Schnoor comunicava ter a locomotiva "Major Bulhões" corrido nos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, de Araguari à estação de Amanhece, pela qual tanto havia trabalhado o ilustre goiano. Entre outras iniciativas de grande alcance neste período, devem-se mencionar a restauração das antigas tesourarias de fazenda nas delegacias fiscais do Tesouro; a sustentação do câmbio em taxa com tendência a subir; dois empréstimos externos de juros de 5%, um de 4%, e a antecipação dos pagamentos dos juros de nossa dívida externa, suspensos pelo **fundig** de 1898, ato esse que lhe garantiu calorosos aplausos dos maiores banqueiros da Inglaterra.

Como o primeiro, o segundo período de Bulhões no ministério da fazenda passou também à história pátria como uma época áurea para a nossa terra. Verdadeiro "renascimento econômico", como escreveram. Em 1910 deixava a importante pasta, que tantos serviços lhe deve.

BULHÕES CHEFE DE FAMÍLIA. O FIM — Apesar de guindado pelo saber e pelo trabalho aos mais altos postos de comando político, Bulhões conservou-se até o fim da vida

inteiramente superior aos interesses materiais e egoísticos da riqueza. No seu elevado entender, ela deveria ter a função social de resolver problemas coletivos, porque assim se desprende das suas atitudes, e nunca uma fonte de gozo pessoal. Com a consequência de tal posição filosófica diante da vida, jamais alimentou desejos de ser rico, de fazer ou deixar fortuna. Como chefe de família exemplar e, embora numerosa, despojava-se de tudo em benefícios dos filhos. Educava-os com exemplo, com conselhos ministrados em tom de conversa, como nos conta o filho e biógrafo, e — uma particularidade — tinha ojeriza às negativas. Nunca proferia o vocábulo “não”. Em consequência desse amor à família, dava-lhe governanta inglesa, professora de piano e violino e os melhores colégios e academias. Além disto, para facilitar-lhe a educação, fixou residência em Petrópolis, a encantadora cidade da serra, de onde gastava diariamente 4 horas de trem, a fim de atender aos afazeres no Rio, como senador, como ministro ou ainda como comissário geral de Alimentação Pública. Amava a música e exigia que os filhos conhecessem os libretos das óperas, em especial os de Wagner, autor da sua predileção.

Bulhões criou a prefeitura de Petrópolis e convidou Osvaldo Cruz e um renomado urbanista para serem seus prefeitos, nos dois períodos iniciais, e ambos a transformaram, limparam e embelezaram, para se tornar na que hoje conhecemos: local de turismo, encantador e limpo como um belo jardim. No fim da vida, concordou em dirigi-la ele próprio e, a 25 de dezembro de 1928, faleceu naquela bela cidade. (*)

CONCLUSÃO. — Eis aí em linhas gerais uma notícia sobre o excepcional financista goiano, que prestou imensos serviços ao Brasil. A ele Calógeras se referiu como “competência” e “mãos capazes”; Assis Brasil enalteceu sua obra, dizendo que bastava “para fazer a reputação do emérito estadista”. E este imortal co-estaduano, cuja política era no seu dizer “de luz, de paz e de tranquilidade”, espera e merece que resgatemos com ele, no primeiro centenário de nascimento, uma velha dívida da nossa terra e da nossa gente: a perpetuação do grande ministro da fazenda em bronze na praça pública. E para isto, ilustrado auditório, ousa concitá-lo aqui, neste momento de civismo, para que encetemos imediatamente uma

(*) Nada vimos em Petrópolis, infelizmente, que lembre o seu nome e o seu carinho pela terra das hortências.

campanha em prol do busto de Leopoldo de Bulhões, como preito da nossa imensa gratidão pelo seu exemplo imperecível de trabalho para as gerações vindouras.

Esta dito.

(Goiânia, setembro de 1956)

JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM

Esther Barbosa Oriente

José Leopoldo de Bulhões Jardim nasceu em 28 de setembro de 1857, em Goiás, ex-Capital de Goiás. Filho de Inácio Soares Jardim e d. Antônia Emília Bulhões Jardim, ambos de famílias tradicionais. Casado com d. Cecília Félix de Bulhões, sua prima e sobrinha.

Fez seus primeiros estudos em Goiás, tendo cursado o secundário no Liceu de Goiás, formando-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880. Salientou-se pela privilegiada inteligência, sempre voltado aos estudos de Finanças, segundo depoimento de seus colegas era considerado sempre um dos melhores alunos da turma, pela dedicação e estímulo à causa estudantil. Foi colega de Afonso Celso, Santos Werneck, Horácio Guimarães, e outros vultos de grande valor nacional. No ano imediato à formatura, iniciou a propagação de suas idéias e convicções: VERDADE ELEITORAL, LIBERDADE DE CULTO, ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, FEDERAÇÃO E CONVERSÃO DO MEIO AMBIENTE.

Em seu lar o ambiente era de respeito e responsabilidade para com os deveres. Foi grande político, homem público, e especialmente um grande financista — um dos maiores do Brasil e conhecido em muitos países, principalmente na Europa. Após a morte dos irmãos, Leopoldo liderou o grupo, demonstrando grande capacidade política, elegendo-se e elegendo Câmaras e Presidentes. Foi o grande líder abolicionista, ao lado de seu irmão Antônio Félix de Bulhões, que faleceu muito jovem. Bulhões projetou-se nessa luta, tanto no cenário estadual, como no nacional alcançando maior projeção no governo RODRIGUES ALVES, ocasião em que ocupou a Pasta da Fazenda. Gozava de grande prestígio em Goiás. Muito coerente na defesa à causa pública, quando se apresentava em conferências e discursos. De uma superioridade intelectual que superava todas as dificuldades, foi escolhido para a Comissão dos 21, para rever o projeto da Constituição Brasileira,

cabendo-lhe defender as mais adiantadas idéias, como eliminação da pena de morte (parece-nos foi de sua autoria). Na Câmara era sempre destacado para a Comissão de Finanças, da qual era perito conhecedor.

LEOPOLDO DE BULHÕES mantinha sempre uma conduta irreparável nas questões políticas que agitavam o Brasil, naquela época, principalmente quando da República. Foi Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Era calmo e firme de caráter. Sempre ouvido nas horas mais difíceis da Nação. Aos 23 anos, em 1881, candidata-se à Assembléia Geral pelo Partido Liberal da Província de Goiás, por ele fundado. Fez a campanha política a cavalo, o que lhe proporcionou muito prestígio. Foi eleito — 1882 — 1885 —. Pela sua têmpera de luta e grande interesse à causa pública, era chamado “O INVENCÍVEL ADVERSÁRIO”. Sempre demonstrou ser grande conhecedor dos problemas nacionais. Iniciou sua vida na imprensa, combatendo, aos 22 anos, o Imperador e os Ministros. Desafiou a ira dos escravagistas, saindo vitorioso em 1888. Defendeu a liberdade: “A LIBERDADE NÃO SE DECRETA, NÃO NÃO SE CONFERE, CONQUISTA-SE”. Destacou-se pelos projetos apresentados e defendidos: ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA e a CONVERSÃO DO MEIO CIRCULANTE, LIMITES ENTRE GOIÁS E MINAS e a ESTRADA DE FERRO PARÁ-GOIÁS, com aproveitamento das partes navegáveis dos rios Araguaia e Tocantins.

Luta pela reeleição 1886 — 1889, sofrendo forte campanha para não ser reeleito. Por ser o grande defensor da causa abolicionista, sofreu graves consequências de seu idealismo. Combateu o “PODER MODERADOR” pelo Jornal “Goiás”, fundado por ele e seu irmão Antônio Félix de Bulhões.

Morto Félix de Bulhões, fez um juramento “não repousar, enquanto não fosse uma realidade legislativa no Brasil seu duplo lema: “ABOLIÇÃO E FEDERAÇÃO”. Reorganizou o Partido Liberal, tendo como bandeira — Abolição imediata e Federação das Províncias, articulando-se com o Clube Liberal instalado na capital do Império.

Em 29 de maio de 1887, por ocasião da Confederação Abolicionista “Félix de Bulhões”, Leopoldo pronunciava a primeira Conferência, no teatro S. Joaquim. Viu realizado o seu ideal em 13 de maio de 1888. Goiás recebeu a notícia com festas e passeatas cívicas. Como Deputado, requereu que a Assembléia felicitasse a S. Alteza Imperial Regente, pela decretação da Lei de 13 de maio. Em 1º de setembro de 1888,

requereu a conveniência da convocação de uma Constituição para o fim de estabelecer no País a Federação das Províncias. Finaliza — “A Monarquia Federativa ou a República, tal é o dilema que o momento atual nos impõe. Trabalharão para esta os que combatem aquela”.

Em 1889, com a subida do Partido Liberal, foi lançada, novamente, a candidatura de Leopoldo de Bulhões a Deputado Geral, pelo 2º Distrito de Goiás. Foi eleito e a vitória foi festivamente comemorada em Goiás. Quando, a caminho da Corte, recebe a notícia da Proclamação da República. Telegrafa aos elementos do Partido Liberal, aderindo-se ao movimento e aconselhando acatamento e respeito ao Presidente da Província, até a regular substituição pelo Governo Provisório. Foram designados membros do Governo: Dr. JOAQUIM XAVIER GUIMARÃES NATAL, Dr. JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA e Major EUGÊNIO AUGUSTO DE MELO. Estava cumprida a segunda parte do juramento. A luta seria, agora, pela transformação da Província em Estado Federado.

Bulhões regressa para Goiás e, em 1º de março de 1890, no Paço da Intendência Municipal, em Goiás, pronunciou uma conferência sobre interesse do Estado: Prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana, salientando “seu grande desejo de ver o seu torrão natal dotado, em breves dias, de um melhoramento importantíssimo e isso o obrigava a subir à tribuna popular, donde se achava afastado desde o triunfo da causa abolicionista”.

Fez parte integrante da Comissão para elaborar o projeto da Constituição do Estado. Em 7 de outubro de 1890 viu convertida em Constituição o projeto, tendo sido convocadas as eleições para a Câmara, Governador e Vice-Governador. Para 15 de setembro foi convocada a Assembléia Constituinte Federal. Foi candidato juntamente a GUIMARÃES NATAL — 3 de julho de 1890 — pelo Centro Republicano — à Assembléia Federal. Declarou: “Se aí figuram é em virtude do dever sagrado, imposto àqueles que colaboração na destruição de um regime e em cooperar para a consolidação de outro”.

Foi eleito membro da Comissão Especial incumbida de dar parecer sobre o projeto da Constituição e depois encarregado pelo Presidente de redigir o projeto em companhia de Júlio de Castilho e José Higino. Em 5 de janeiro de 1891, fez um brilhante discurso, sustentando a sua fé nos princípios federativos, sendo elogiado pela imprensa: “O País”, “Gazeta de Notícias”, “Diário de Notícias”, “Diário do Comércio”. Em 5

de janeiro de 1891, defendia a dualidade de legislação e justiça. Deu explicações detalhadas sobre o assunto, sendo muito aplaudido. Preocupava-se com os Estados. Na mesma sessão faz críticas ao Ministro da Fazenda, seu amigo e correligionário: "Parece, pois chegado o prazo de criar-se um banco de emissão, que não só auxilie o governo no resgate do papel-moeda mas, ainda o progressivo aumento do crédito e da riqueza pública". Reafirma: "Há tempos a indústria do Brasil ressentida profundamente aos efeitos inerentes ao papel-moeda, perdurável relíquia do naufrágio do 1º banco circulação que se fundou no Brasil — 1853".

Em 23 de fevereiro fez um discurso pedindo revisão na Constituição.

Em 3 de abril de 1891, lançou seus companheiros de representação: Guimarães Natal, Silva Canedo e Silva Paranhos, prestando contas de suas atividades na Assembléa Constituinte. Volta a Goiás, procurando instalar a Constituinte Estadual, seguidamente adiada pelo Governador, com o pretexto de não dispor de lugar adequado. Em 1º de abril de 1891, fez uma reunião em casa do Tenente-Coronel Antônio Caiado, elaborando o Regimento. Foi promulgada a Constituição Estadual, cuja ata foi publicada no jornal "Goiás", de 5 de junho de 1891. O Governador declarou ilegal a Constituição e pelo Decreto nº 70, de 10 de junho de 1891, cassou o mandato dos Deputados e transferia para 15 de novembro a data para instalação da Assembléa Constituinte, resolução que foi reprovada pela Câmara e Senado. Em 3 de novembro de 1891, foi dissolvido o Congresso. Em seguida assume a Presidência Floriano Peixoto, em virtude da renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca. Bulhões sustenta Floriano, inclusive por ocasião de ser votada a Lei Orçamentária. Em 19 de fevereiro os deputados cassados, reunidos na Praça 1º de Junho, aclamaram a Constituição promulgada, depondo o Governador e Vice-Governador. Assumiu o Governo o Deputado Braz Abrantes, sendo seu 1º ato o Decreto de 22 de fevereiro de 1892, declarando em vigor a Constituição de 1º de junho de 1891.

Leopoldo de Bulhões foi eleito Presidente do Estado em 1892, renunciando em 15 de janeiro de 1893, por julgar de maior interesse a jornada federalista.

De 1892 a 1893, na Câmara, Bulhões tomando parte da Comissão de Orçamentos em substituição a Rodrigues Alves, nomeado Ministro da Fazenda de Floriano, fez um grande trabalho para votação da Lei Orçamentária.

Defende, na Câmara, o parecer que indeferiu a petição dos comerciantes e industriais do Rio de Janeiro, contra o imposto do fumo, Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1891.

Critica a política financeira do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, na parte relativa à legislação sobre a emissão de vales, conversão de apólices e reorganização bancária.

Em 26 de setembro de 1892, defende os auxílios concedidos aos Estados de Goiás, Paraíba e Piauí: "Sob forma de empréstimo a juros e de resgate a prazo curto". Fez uma análise detalhada dos Estados, principalmente Goiás, acrescentando: Goiás, em futuro próximo, estará em condições de satisfazer quaisquer compromissos que hoje assuma, com a valorização de suas terras, melhoramentos nas ferrovias Mogiana e Alcobaca, franqueando as comunicações com o Pará e exportação dos produtos pelo Araguaia e Tocantins. O mal que aflige Goiás é passageiro e talvez mais transitório que presumo".

Foi relator da Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Foi relator do Orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, demonstrando o "deficit" orçamentário e a crise no País.

Sendo um dos maiores financistas do Brasil, estudou detalhadamente os assuntos econômicos e financeiros em todos os aspectos.

Foi eleito Senador pelo Partido Republicano 1894 — 1902. A eleição se deu em 1º de março de 1894. Foi um ardoroso Senador, firme em suas convicções. Foi relator da Comissão de Constituição e Poderes, ocasião em que repele o projeto da Câmara, decretando o Estado de Sítio na Capital Federal e em outras. Reivindica: Princípio de Liberdade, Direito à Revolução, Legalidade e Imunidade Parlamentar, discutindo o problema do Estado de Sítio. Diz: "O Sítio a Constituição do Brasil não é "Interregno" da mesma Constituição, não é ditadura e nem a suspensão total das garantias, como se apregoam. Não é lei marcial. É um instrumento policial para o restabelecimento da ordem e nada mais, determinando à Constituição expressamente, as condições em que o seu emprego é legítimo e fixando de modo iniludível a sua extensão, regulando os seus efeitos".

Em sessão de 31 de julho de 1894, pede ao Senado uma lei transferindo para o patrimônio do Estado de Goiás os prédios não reclamados pelo Governo Federal, alguns já entregues por ato do mesmo Governo ao Estado.

Em 12 de setembro de 1894, foi relator do Orçamento

do Exterior, aconselhando o Governo a trilhar o caminho da legalidade, a exemplo de Washington, imortal fundador da República Americana que, respeitando a lei, ganhou a confiança popular.

Convidado para ocupar uma pasta no Governo Prudente de Moraes, recusou, por achar mais úteis os seus serviços no Senado, o mesmo acontecendo no Governo Marechal Floriano.

Outros assuntos de interesse de Goiás e da Nação foram apresentados e debatidos por Leopoldo de Bulhões, no Senado, como a Indústria Pastoral, as exposições estaduais e federais, aperfeiçoamento da lavoura. Insistiu para que apressassem os serviços da construção da futura capital da União para o Planalto e para que a Companhia Mogiana chegasse até Catalão.

Quando, da organização do Partido Republicano Federal, foi eleito para a Comissão Executiva, ao lado de Afonso Pena, Porciúncula, Artur Rios.

Concorreu para a formação do Capital-Empresa jornalística "O Constitucional", órgão do partido no Rio.

Foi Presidente da Comissão de Tarifas e a designação feita pelas partes litigantes, Governo e Lóide Brasileiro, de Juiz Arbitral no desacordo quanto à cláusula de isenção de direitos.

Sua personalidade era respeitada pelos conhecimentos profundos que possuía e pela firmeza de caráter quando debatia assuntos de interesse público.

Debateu a tese da intervenção nos Estados.

Discutiu sobre o imposto e frete do gado. Deu parecer sobre o divórcio.

Em 1896, trabalha pelo imposto de trânsito, navegação do Araguaia, Caixas Econômicas.

Em 1897, insiste no problema dos Impostos Interestaduais, Comissão de Tarifas e Comissão de Finanças.

Em 1898, trabalha para prover o serviço de água e esgoto da Capital Federal.

Em 1899, pleiteia auxílio para as companhias de navegação.

Ainda em 1899, defende os direitos do voto da mulher e exercício de profissão liberal.

Em março de 1902, apresenta uma indicação, visando dar mais rápido curso à votação do Código Civil e afirmando: "Se o Congresso conseguir dotar o País com um Código Civil prestará valiosíssimo serviço, que lhe garantirá o reconheci-

mento nacional e lhe reservará o maior quinhão de glórias dessa notável conquista”.

Em 1900, fala sobre a crise bancária, tarifas de transporte, orçamento do exterior e pensão do Visconde de Rio Branco.

Em 1901, debate o problema das Tarifas Aduaneiras.

Em 1902, defende a política financeira de Campos Sales e a emancipação da Estrada de Ferro.

Foi Ministro da Fazenda na gestão Rodrigues Alves, do qual recebeu uma carta com os dizeres, em parte: “Reservada — Bulhões. Recebi sua última. No empenho de ter na pasta do exterior um homem de autoridade e competência, convidei para exercê-la o Sr. Rio Branco que, há poucos dias, declarou-me que aceitava. Para a Fazenda conto com Você que conhece os negócios dessa importante repartição pelo estudo que vem fazendo de longa data e sobretudo pela concordância de suas opiniões e tendências com as minhas. Espero que Você me prestará esse auxílio e peço que não me apresente dúvidas ou objeções”.

Bulhões, que sempre recusava em ocupar cargos de relevâncias, por modéstia, característica de sua personalidade, assim se manifestou diante de tão honroso convite: “Diz-me que conta comigo para a pasta da Fazenda e eu não presento dúvidas ou objeções. Disponha de mim como entender; ocuparei no seu governo o Posto que me designar. Peço, não obstante, que me permita algumas ponderações, às quais dará a atenção que julgar merecerem.

Os meus estudos de finanças não são sistemáticos. Têm-se limitado aos problemas submetidos à deliberação do congresso. Nunca exerci cargo de Administração. Eleito Presidente do Estado, não tomei posse. A minha vida tem sido parlamentar. Nestas condições, que valor poderá ter o auxílio que deseja que lhe preste na tormentosa pasta da Fazenda? A minha candidatura ao Senado já levantada em Goiás e as circulares impressas, lá foram distribuídas. Não acha que, no Senado, onde já escasseiam os homens de atividade e de trabalho, posso prestar no seu governo auxílio mais eficaz?”

Aceitou o convite e não decepcionou o povo. Planejou um grande trabalho em benefício dos brasileiros.

Os jornais da época foram coesos em salientar sua personalidade forte e digna de admiração.

De 1903 a 1906, reorganizou os Ministérios, inclusive a admissão do funcionário mediante concurso público de provas,

visando maior rendimento do trabalho. Deixou o Tesouro bem equilibrado, o meio circulante valorizou-se e a taxa cambial subiu e tornou-se estável, a confiança renasceu. Pleiteou diminuir os impostos indiretos e opressivos sugerindo a criação do imposto sobre renda. O jornal "O Goiás" foi substituído pelo "A Imprensa", defensor da política presidencial. Houve uma reviravolta política e, estabelecida a dualidade no governo do Estado, executivo e legislativo, foi solicitada intervenção ao Presidente da República, que enviou ao Congresso uma mensagem, em 6 de junho de 1905.

Estava Bulhões derrotado em seu Estado, quando gozava prestígio na área federal. Foi convidado, em 1905, para Ministro do Supremo Tribunal Federal, não aceitando o convite, para continuar como Ministro da Fazenda, indicando Joaquim Xavier Guimarães Natal, Juiz de Direito de Goiás e pessoa de vasta cultura.

Reorganizou o Banco da República, que voltou ao tradicional nome de "Banco do Brasil", órgão oficial da Nação, por intermédio do qual se faziam todas as operações financeiras no Exterior e no Interior.

Fez parte da Diretoria do referido estabelecimento de crédito.

De 18 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910, exerceu o cargo de Ministro da Fazenda, Governo Nilo Peçanha, demonstrando, mais uma vez, grande administrador, com a antecipação do termo do "fundingloan" e outras medidas tomadas, de grande interesse para a Nação. Defendeu a política financeira de Nilo Peçanha.

Em 1912, discutiu sobre Empréstimo Externo e a Estrada de Ferro Goiás. Deu entrevista à "Noite" sobre a Libra Brasileira.

Nos seus relatórios apresentados ao Presidente da República, salienta a precariedade das repartições fazendárias, a reforma das Delegacias Fiscais, reformando a Recebedoria e a Casa da Moeda.

Em 1913, escreve nos jornais "O Imparcial" e "A Noite", sobre Tarifas Aduaneiras, Carestia de Vida e Emissão de Papel-moeda e debate a Reforma Naval.

Ainda em 1913, realiza conferência sobre "Os Financistas do Brasil", uma das mais notáveis conferências do mundo intelectual brasileiro — Em 22 de dezembro, na Biblioteca Nacional.

Em 14.08.1914, demonstra, no Senado, documentadamente, o acerto de sua administração 1903-1906 e 1909-1910.

Em 1916, Bulhões escreve no "O Imparcial", como muito conhecimento de causa, sobre a necessidade urgente, inadiável, da Reforma Tributária e a necessidade do pacto federal, para conseguir a reorganização econômica e financeira do País. Luta pela revisão Constitucional.

Em 9 de março de 1916, toma posse no cargo de Presidente do Conselho Municipal de Petrópolis, para o qual havia sido eleito. Promove Petrópolis à categoria de Prefeitura, convidando para Prefeito Oswaldo Cruz, ocupando, mais tarde, também o cargo de Prefeito da referida cidade, incentivando a criação do Núcleo Agrícola de Petrópolis. Pela imprensa fez divulgação sobre Imposto de Renda, sua implantação.

Foi Presidente da Comissão Técnica e do Conselho de Contribuintes do Imposto de Renda.

Em 1918, faz uma explicação sábia do porquê do "deficit" no Brasil.

Participou da Escola de Altos Estudos, fundada pelo Instituto Histórico Brasileiro, como professor.

Em 1916, luta pela reeleição, visitando o Estado de Goiás em política, sendo-lhe prestadas homenagens como "O maior dos goianos vivos" — Partido Republicano de Goiás. Não foi eleito.

Foi convidado a desempenhar a difícil função de Comissário de Alimentação Pública, exercendo-a com dignidade.

Abandonando as atividades políticas, usou a imprensa para falar sobre as dificuldades brasileiras.

Leopoldo de Bulhões, aos 62 anos entrou em atividades industriais. Fundou a Companhia Nacional de Tecidos Nova América. Reorganizou a empresa White Martins, S.A.. Foi Presidente da empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Presidiu a Comissão Técnica e o Grande Conselho de Contribuintes.

Debateu, pelo "Jornal do Brasil" a questão cambial, em defesa do consumidor, do comércio, da indústria, do assalariado, do funcionário público, e o brio nacional!

Quando, do projeto que cria a nova moeda "O Cruzeiro" e fixa a taxa de câmbio, volta Bulhões a condenar, pelo "O Jornal", o projeto do Governo, qualificando-o de injustificado e injustificável — O Banco do Brasil despojado de suas regalias.

Leopoldo de Bulhões falece na madrugada do dia de Natal de 1928 e sepultado no dia 26, às 10 horas, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro.

Homenagens — No Senado: Usou da palavra, em nome

de Goiás, o Senador Ramos Caiado e o Senador Paulo Frontin. — Na Câmara: o Deputado Rodrigues Alves Filho e Alfredo de Moraes, este, em nome de Goiás. Em São Paulo o Senado prestou homenagem ao extinto, assim como o Tribunal de Contas, Corte de Apelação, Academia Brasileira de Letras.

Em Goiás o Governo decretou luto por 7 dias.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 12 de outubro de 1929, o orador perpétuo, Dr. Benjamin Franklin Ramiz, fez um traçado biográfico do ilustre goiano.

Assis Chateaubriand, em "O Jornal", prestou seu depoimento sobre o grande feito de Leopoldo de Bulhões como jornalista e homem público.

A cidade "Leopoldo de Bulhões", em Goiás, recebeu esse nome em homenagem à sua pessoa.

Em Goiânia e no Rio de Janeiro existem avenidas com seu nome.

Quando Ministro da Fazenda, prontificou-se a reorganizar a Imprensa Nacional, contribuindo para a aquisição de máquinas litográficas, de fabricação francesa, "Marinoni", sendo que duas delas levaram o seu nome "Leopoldo de Bulhões".

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA CAPITANIA DE GOIÁS

Antônio Brasil

Ao longo de nossa exaustiva pesquisa, no Arquivo Histórico de Goiás, buscando subsídios capazes de documentar a versão exata da desanexação do rico trato da terra compreendida entre o Rio Grande e Rio Paranaíba, na larga extensão de 94.500 quilômetros quadrados, então pertencente à Capitania de Goiás, fomos despertados pelo carinho e interesse que oferecia a esparsa documentação ali existente.

O desamor do homem ao passado era ali patente, agressivo e revoltante. Processos dilacerados e rasgados criminosamente. Sujos e empoeirados. Imagem viva de triste abandono. Reconstituímos muitos deles, tangidos pelo respeito que merece um arquivo que oculta, num desafio constante aos historiadores, retalhos preciosos desta outrora Capitania que, com a riqueza farta e abundante de sua terra, atalhou a Coroa de Portugal.

Fruto dessa longa e penosa caminhada, que nos legou o prazer de convivermos com os dignos auxiliares que ali mourejam e com os cultos historiadores professores Sérgio Paulo Moreyra e Luis Palacin, esse último entregue à pesquisa que nos brindou com a sua excelente obra — **GOIÁS — Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas — 1722/1822** — podemos colher elementos inéditos e preciosos sobre a primeira aldéia edificada na Capitania de Goiás — **Aldeia de Santana do Rio das Velhas** — fundada pelo padre José de Castillo que teve notável influência nos sertões goianos; Julgado de Desemboque — cujo primitivo nome é o símbolo do arrôjo, luta e fé — **“Novos Descobertos de Nossa Senhora do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas do Desemboque”**. Julgado de São Domingos do Araxá e povoados adjacentes e seus primitivos moradores que, com o sacrifício de suas vidas, rasgaram e povoaram estas ricas paragens que hoje brilham e enriquecem o território das Minas Gerais.

Sentimos a decisiva influência dos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva — o Anhanguera — seu genro João Leite da Silva Ortiz, no desbravamento dos sertões goianos, durante o século XVIII, à busca das minas dos goiases; do capitão João Gaudieley, cruel e truculento; de João de Godoy da Silveira, notadamente mau e perverso, capitão da conquista dos índios, do coronel Antônio Pires de Campos, famigerado caçador de índios, edificador de inúmeras aldeias, entre elas, Rio-das-Peras, onde morava com os seus 500 borôro, mais tarde, todas elas inclusive a lendária Aldeia de Santana do Rio das Velhas compondo outrora o vasto território de nossa terra natal, **Nossa Senhora Mãe dos Homens da Bagagem Diamantina**, hoje Estrela do Sul, a terra dos mais raros e belos diamantes do mundo; do tte. cel. Wenceslau Gomes da Silva, sempre em guerra aberta contra os índios; dos índios da nação caiapó que viviam atacando e matando os viandantes que percorriam toda a extensão da chamada **Estrada do Anhanguera** e a eles — revelação ainda inédita na história das capitânicas de Goiás e Minas Gerais — a triste glória fratricida do extermínio total da nação dos índios araxá que viviam nas cabeceiras do Rio Grande, quando os sertões dos araxás se mancharam de sangue. Houve um banquete de carne humana, de homens, mulheres e crianças. Essa trágica epopéia, de horror e sangue, se deu em 1750!

Encastelado na nossa modéstia, de quem na vida teve, apenas, o curso primário, podemos escrever um livro, ainda inédito, onde relatamos a exata extensão de fatos ocorridos na história da Capitania de Goiás, rebatendo falsas imagens e aleijões que desfiguram a história, criados ao sabor de historiadores apressados e, muitos deles, bajuladores dos comensais da Corte portuguesa, destruindo, entre outras, a imagem falsa de que D. Bêja, de amores com o Ouvidor Geral da Capitania de Goiás, Joaquim Ignacio da Silveira da Mota, conseguira desse a separação do Triângulo Mineiro.

A origem deste intróito, devemos esclarecer aos leitores, tem raízes no nosso propósito de atendermos aos reiterados apelos do ilustre e culto escritor, Basileu Toledo França, em divulgando o documentário que temos em nosso poder coligido ao sabor da pesquisa e reconhecidamente importante para a história.

Uma série de documentos narrando fatos históricos, a partir de agora, será objeto de transcrição para a Revista do Instituto Histórico de Goiás, respeitada fielmente a sua grafia,

sua origem e teor, para tornar-se fonte de análise e consulta dos historiadores que deles possam, porventura, interessar-se.

Antes de iniciarmos, porém, a publicação do documentário relativo a fatos históricos ocorridos na Capitania de Goiás, nos séculos XVIII e XIX, fruto de nossa estafante pesquisa, divulgaremos, por etapas, o elenco historial, em forma de índice, dos acontecimentos que marcaram, com tragédia e sangue, a vida da Capitania de Goiás.

- 1) — Regresso do Anhanguera a S. Paulo, em 21 de outubro de 1725
- 2) — Volta do Anhanguera aos sertões de Goiás — 1726
- 3) — Novos Descobertos de Goiás, principalmente nos rios auríferos de Meia Ponte e Pilões — 1732
- 4) — Posse do Conde de Sarzedas da Capitania de S. Paulo. Criação de vilas em Goiás. Prêmios aos bandeirantes para a exploração em Goiás — 1732.
- 5) — Rebelião no arraial da Meia Ponte. Nomeação de Regente, Guarda-mór e Superintendente para o arraial de Santana de N.S. do Rosário — 1732
- 6) — Reeblião no arraial da Meia Ponte. Descoberto de ouro no rio Maranhão. O nome do descobridor — 1732
- 7) — Diamantes. Achado de pedras preciosas que se dizem diamantes achados em dois rios — Rio Claro e Rio Pilões — 1734
- 8) — Obrigação do povo de Goiás, com a contribuição de uma arroba de ouro, para ajudar à expedição de Antônio Pires de Campos, na exploração das campanhas — Sertões de Goiás — 1742
- 9) — Novo Descoberto de Paracatu. Injustas repartições que nele se fizeram por ordem dos Superintendentes vindos das Gerais. Entendimento entre o Ouvidor Geral de Goiás com o Ouvidor de Sabará — 1744
- 10) — Carta ao capitão Antônio de Sá Pereira. Criação de dois destacamentos, no **Lanhoso** e **Rio Grande**, na Estrada de S. Paulo a Goiás — 1745
- 11) — Chegada do Intendente em Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho, livre das garras do caiapó. Lastimável estrago no sítio **Lanhoso** — 1745
- 12) — Antônio Pires de Campos. Chegada à Vila Boa. Empréstimo de 400/8as. de ouro a esse sertanista para conservação dos Borôros
- 13) — Cel. Antônio Pires de Campos. Carta de D. Luis de Mascarenhas, desejando que vença na conquista do

gentio caiapó para ganhar a graça dos prêmios de S. Magde. Ajuda dos soldados **Aventureiros** — Sertões de Goiás — 1746

- 14) — Carta do Intendente de Goiás, Manoel Caetano Homem de Macedo, avisando da resolução de S. Magde. a respeito da guerra contra o caiapó e das promessas que fez ao cel. Antônio Pires de Campos. Proteção recomendada aos Borôro — 1746
- 15) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua ida a Cuiabá buscar as mulheres dos Borôro. Recomendação para marchar com os mesmos borôro para aldearem-se na estrada de Goiás a S. Paulo — 1746
- 16) — Borôros. Espera que o cel. Antônio Pires de Campos estabeleça os seus borôro no sítio **Lanhoso** e o cel. Bartolomeu Bueno da Silva, com toda a sua gente, no Rio Grande. Após isso, retirar os soldados infantes, que guarnecem os dois portos, para irem servir nas vizinhanças de Vila Boa. Mudança dos índios para o sítio **Lanhoso** e para o **Rio Grande** — 1748
- 17) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua chegada a Vila Boa, com os índios borôro. Pelo mau estado em que chegaram tiveram três meses de licença — 1748
- 18) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua carta de 27 de junho de 1750 a D. Marcos de Noronha, avisando-o da resolução tomada pelo Pe. José de Castillo a respeito da nova aldeia que está situando. Negada licença para fazer guerra ofensiva aos índios, indo atacá-los nos seus alojamentos — 1750
- 19) — Cel. Antônio Pires de Campos. D. Marcos de Noronha avisava ao Pe. Simão da Cunha que “hoje dia 26 de julho de 1750 chegou a esta V^a o Cel. Antônio Pires de Campos” e dela via as desordens havidas nesse arraial. Desordens no arraial onde morava o padre Simão da Cunha — Pilões — 1750
- 20) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua ida para o distrito onde morava o capitão Antônio de Sá Pereira. A chegada de 300 cavalos de S. Paulo para Goiás e Cuiabá — Pilões — 1750
- 21) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua permanência no distrito onde minerava Joaquim Caldeira Brant, na trilha dos índios — 1750.
- 22) — Sertões de Pilões. Cel. Antônio Pires de Campos. Negada proibição para a guerra ofensiva. No caminho do

- povoado, dizia o Cap. Antônio de Sá Pereira, as aldeias eram tão numerosas que mereciam o nome de **Reino** — 1750.
- 23) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua marcha, no dia 23 de agosto de 1750, do arraial dos Pilões, a circular a campanha. Recomendação para não fazer guerra ofensiva — 1750
 - 24) — Aldeia do Rio-das-Velhas. Vinda de seis casais para a nova aldeia que o Padre José de Castillo está estabelecendo. A despesa correu por conta da Capitania de Goiás — 1750
 - 25) — Aldeia do Rio-das-Velhas. Picada para **Rocinha**. Padre José de Castillo. Esperança de que ele conclua, como era do seu agrado, a fundação da aldeia. Perseguição de Eugenio José ao padre. Reclamação do Contratador das Entradas, pela nova picada que o Padre mandou abrir da aldeia para a **Rocinha** — 1750
 - 26) — Extinção da nação dos índios araxá. Padre José de Castillo. Com o aviso de Antônio Pires de Campos de que o gentio araxás que vivia nas cabeceiras do Rio Grande e se queria aldear e, passados alguns meses, a nação dos araxá estava totalmente extinta pelos caiapó — 1750
 - 27) — Amaro Leite. Indica o gentio da **língua geral** para aldear-se em lugar dos araxá, encarregando o cel. Antônio Pires de Campos que fosse ao sertão para isso. Foi Pires de Campos recebido com as armas na mão, sendo flexado pelos índios. Padre José de Castillo chamado para ir aldear índios em Pilões — 1750
 - 28) — Diamantes. Joaquim Caldeira Brant queixa-se da pobreza de diamantes nas lavras exploradas — Pilões — 1750
 - 29) — Alguns nomes de caçadores de índios. Antônio Gomes Leite — capitão João Pires — capitão Antônio de Lemos Faria — Ignacio Bueno — 1750
 - 30) — Capitão Antônio de Lemos e Faria. Carta ao Intendente de Pilões censurando o capitão pelas desordens repetidas que vinha praticando — 1751
 - 31) — Índios. Insultos, mortes e estragos. Feitos pelos índios caiapó nos subúrbios da Vila Boa, desde o tempo que se descobriram estas minas. Matança de negros e gado — 1741
 - 32) — Diamantes. Remessa dos papéis do Contrato de Joa-

- quim Caldeira Brant remetidos ao governador Gomes Freire de Andrada, que fora o executor do mencionado contrato — 1751
- 33) — Diamantes. Pilões. Carta a Belchior Izidoro Barreto. Estabelecimento das novas minas dos diamantes no rio Pilões. A capitação dos escravos veio abolida totalmente — 1751
- 34) — Diamantes. Pilões. Último ajuste que se fez com o Contratador de Diamantes. Carta de Gomes Freire de Andrada — 1751
- 35) — Rixa entre o cel. Antônio Pires de Campos, alferes João Gaudielev com o padre Castillo. O capitão general reconhece que o padre José de Castillo vive, em um sertão tal, com gente tão fora de propósito, como são esses seus vizinhos, Antônio Pires de Campos e o alferes João Gaudieley, que pouco falta para serem inimigos declarados. Impedimento contra o padre para não dar assistência aos índios — 1751
- 36) — Índios. W. Gomes da Silva. Guerra ofensiva. Carta ao padre Dionizio Dias da Costa. Denunciada a hospitalidade dos índios. Moradores apreensivos. Encontro do tte. cel. Wenceslau Gomes da Silva com o gentio, fazendo-lhe guerra ofensiva contra as leis de el-Rei, julgando-os presa de guerra, e como tais, os quintou, para vendê-los — 1751
- 37) — Guerra contra os índios. O grande encontro do tte. cel. Wenceslau Gomes da Silva com os índios **Acroá**. Ordem para o padre Bento Soares para marchar, indo aldear o gentio — 1751
- 38) — Aviso a Joaquim Caldeira Brant da chegada dos índios que se puseram em marcha no dia 22 de agosto de 1751, para Santa Cruz. A avareza do rio Claro em dar diamantes — 1751
- 39) — Capitação. Em 31 de dezembro de 1751, findava o sistema de capitação — 1751
- 40) — Santa Cruz. O nome do seu primeiro Intendente. A sua morte. Outro indicado para a cobrança da capitação — 1751
- 41) — Moeda. O valor da moeda, depois de reduzida em pó, era de 12 tostões, em S. Paulo e Minas. O mesmo preço na Capitania de Goiás — 1751
- 42) — Escravos. Cem açoites em mulatos, negros e escravos que estiverem usando facas e armas proibidas — 1752

- 43) — Diamantes. Sequestrados os bens de Caldeira Brant. — 1758
- 44) — Diamantes. Rio Claro e Pilões. Burlada a proibição da extração de diamantes — 1748
- 45) — Missionários. A sua chegada na Capitania de Goiás. Aldeia do Rio das Velhas — 1750
- 46) — Divisa de Goiás com Mato Grosso. Carta de 12 de janeiro de 1750 — 1750
- 47) — Abolida a capitação. Adotado o Direito Senhorial dos quintos — 1758
- 48) — Cel. Antônio Pires de Campos. A sua morte. Sequestro de seus bens existentes no sítio do Rio-das-Pedras — 1758
- 49) — Jesuítas. Desnaturalização e proscrição dos missionários. Aldeia do Rio-das-Velhas — 1761
- 50) — Prisão de jesuítas. Ordem para prender dois missionários que estavam em Goiás, Manoel da Silva e Pedro Tebaldi. Culpa aos jesuítas pelos insultos dos índios 1760/61
- 51) — Cavalos. Ajuste para a remessa de 600 cavalos — 1750
- 52) — Divisa entre Goiás e Mato Grosso — 1761
- 53) — Diamantes. Pobreza dos rios Claro e Pilões. Felisberto Caldeira Brant pede a **falência** dos dois rios — 1752
- 54) — Capitação. A sua abolição. Casa de Fundição. Início em janeiro — 1752
- 55) — Prisão de padres. Ordenada a prisão de Manoel Dias e João Lopes França — 1756
- 56) — Índios. A grande hostilidade do gentio caiapó, nas proximidades do sítio **Antas**, matando a Manoel da Costa Portela e 44 escravos — 1755
- 57) — O mesmo trágico acontecimento. A matança de Manoel da Costa Portela e seus 44 escravos. Pedido para fazer guerra contra os gentios. O capitão general adverte, citando fatos, a proibição régia — 1755
- 58) — Índios. Atacaram o sítio do capitão Francisco Gonçalves, no caminho de S. Paulo para Goiás, fazendo grandes estragos. Ação do sertanista João de Godoy da Silveira. Guerra aos índios. Padre André Frazão, de gênio ardente. — 1755
- 59) — Viagem do Conde S. Miguel. Resolução de seguir pela estrada de Minas, passando por Paracatú, a caminho de Goiás. Proteção ao futuro governador de Goiás — 1755
- 60) — Índios. Ordenado ao capitão Antônio de Lemos para

- conduzir os índios e entregá-los em Santa Cruz ao padre José de Castillo, da Aldeia do Rio-das-Velhas — 1751
- 61) — Aldeamento de índios. Belchior I. Barreto, Intendente dos Diamantes. Aviso da chegada a Vila Boa dos condutores dos índios que estavam no alojamento Amaro Leite. Muitos haviam morrido e, outros, fugido. Ordena ao capitão Antônio Lemos que marche com os índios para juntá-los aos que estão em Vila Boa e conduzí-los para Santa Cruz para seguirem para a aldeia do Rio-das-Velhas — 1751
- 62) — Choque com os índios. Condução para a aldeia do Rio-das-Velhas. Carta ao Ouvidor Geral. Aviso ao mesmo que recebera carta do tte. cel. Wenceslau Gomes da Silva e do Contador da **Contagem de Tabatinga** sobre o grande choque com os índios — 1751
- 64) — Índios. Alojamento. Ordem aos juízes Ordinários das **Terras Novas e São Felix** para obrigarem aos moradores na ajuda destinada ao estabelecimento, mesmo que preciso fosse usar a violência — 1751
- 65) — Carta ao vigário de Natividade. Notícia do encontro do tte. cel W. G. da Silva com os índios que pediram paz. Ordem para a fundação de uma aldeia — 1751
- 65) — Guerra contra os índios. O grande encontro do tte. cel. Wenceslau G. da Silva com os **Acroá**. Ordem para o padre Bento Soares marchar, indo aldear o gentio — 1751
- 66) — O capitão general avisa ao tte. cel. Wenceslau Gomes da Silva de que fora avisado de que ele passara para Goiás, a chamado dos moradores que desejavam ver-se livres do gentio. Ordena a restituição dos índios em seu poder — 1751
- 67) — Diamantes. Índios. Aviso a Joaquim Caldeira Brant da chegada dos índios que se puseram em marcha no dia 22 de agosto de 1751, para Santa Cruz. A avareza do rio Claro em dar diamantes — 1751
- 68) — Índios. O capitão Antonio Lemos faz entrega de 29 índios para a aldeia do Rio-das-Velhas. Morte de muitos na viagem — 1751
- 69) — Bandeira de Amaro Leite para buscar o gentio da nação Carahá. Denúncia dos moradores contra o cel. Antônio Pires de Campos que exigiu deles o custeio de suas despesas. Venda de índios — 1751

- 70) — Carta ao alferes João Gaudieley. Entrega dos índios que marcharam sob o comando do capitão Antônio Lemos, os quais iam ser aldeados no Rio-das-Velhas. Hostilidades dos índios caiapó — 1751
- 71) — Padre Bento Soares. Impedido de viajar para aldear os índios. A sua ida para Ouro Fino, como doente, Conduzido numa rede — 1751
- 72) — Padre Bento Soares. A sua viagem até São Felix para dalí saber o caminho a seguir para chegar ao distrito onde se achavam o tte. cel. Wenceslau G. da Silva e Francisco Rodrigues de Matos — 1751
- 73) — Remessa de Quintos. Ameaça dos ladrões. Carta a Belchior Izidoro Barreto, Intendente dos Diamantes. Viagem de Joaquim Caldeira Brant. Ladrões rondam as paragens do **Lamerão** e **Paracatu**. Ataque à expedição dos Quintos. Proteção do cel. Antônio Pires de Campos — 1751
- 74) — Carta ao capitão Antônio de Sá Pereira. Notícia dos ladrões que iam atacar a guarda que acompanha os Quintos. Ordem para proteção, mesmo com violência — 1751
- 75) — Quintos. Viagem do capitão Antônio de Sá Pereira para escoltar os Quintos até **Paracatu**. Proteção do cel. Antônio Pires de Campos — 1751
- 76) — Carta de Belchior Izidoro Barreto. Falta de notícias dos ladrões que queriam roubar os Quintos. Chegada em **Paracatu**. Resto do contrato com Joaquim Caldeira Brant. Diamantes — 1751
- 77) — Aldeamento de índios. Padre Bento Soares. A sua saída de Vila Boa para S. Felix — 1751
- 78) — Índios. Garantida a sua liberdade. Proibido o cativeiro dos índios. Proteção desde 1725 dos moradores de S. Paulo, que se lhes concedessem o direito de administração de todos os índios, como presa de guerra. Proteção aos índios nas capitanias do Estado do Brasil — 1751
- 79) — Intendente das Minas de Goiás. Nomeado Sebastião Mendes de Carvalho, inclusive de Provedor da Fazenda Real deste distrito — 1736
- 80) — Índios. Natividade. Terras Novas. Ribeira do Paranã. Pacificação dos índios. Indicação o tte. cel. Wenceslau Gomes da Silva. Celebração de ajuste com esse sertanista — 1754

- 81) — Índios. Avisado ao rei de Portugal, D. José, de que os índios **araxá** foram destroçados pelos caiapó. Crueldade de João Leme. Aldeia edificada no Rio Claro, com índios conduzidos por Antônio Pires de Campos — 1751 de Melo avisava ao Rei de que não havia índios civilizados com os borôro — 1751
- 82) — D. João Manoel de Melo. A sua chegada à Capitania de Goiás. A sua posse em 7 de julho de 1759-1759
- 83) — Criação de novo Regimento Auxiliar. D. João Manoel de Melo avisava ao Rei de que não havia índios civilizados nem ainda aldeados, para se criar o novo Regimento Auxiliar — 1760
- 84) — Superintendente das Minas de Goiás. Em 1735, punha na presença de Sua Mage. Gregorio Dias da Silva, “que então era Superintendente destas Minas” — 1751
- 85) — Capitação. Nomeação do Intendente. Bacharel Manoel C. Homem de Macedo. Sistema de capitação — 1744
- 86) — Casa de Fundição. Ordem para criar-se uma Casa de Fundição em todas as Comarcas do Brasil — 1750
- 87) — Índios. Aldeamento dos índios **carayazes** em Pilões Advertência severa do capitão general ao capitão Amaro Leite para cumprir às ordens de S. Mage. — 1751
- 88) — Cel. Antônio Pires de Campos. Desinfestado o caminho de S. Paulo para Goiás. Atuação de Pires de Campos com os borôros — 1751
- 89) — Caminho de Goiás para S. Paulo e Cuiabá. Francisco Toce Colombina. Novo caminho — 1750
- 90) — Missionários. Chegada de dois missionários em Goiás. Hostilidades do gentio. Os índios araxá. Fundação da aldeia do Rio-das-Velhas. Atuação do cel. Antônio Pires Campos. Foi **frexado** pelos índios — 1751
- 91) — Concessão dada ao abridor dos novos caminhos. Francisco Toce Colombina — 1751
- 92) — Diamantes. Rio Claro e Pilões. Assinatura do Contrato na mesma base o Serro do Frio — 1750
- 93) — D. Marcos de Noronha. A sua posse em 8 de novembro de — 1749-1749
- 94) — Diamantes. Contratador João Fernandes de Oliveira. Felisberto Caldeira Brant — 1752
- 95) — Diamantes. Sequestrados os bens de Joaquim Caldeira Brant — 1752
- 96) — Contrato de Passagens. Francisco José da Fonseca — 1749

- 97) — Dízimos. Contrato feito por Estevam da Silva Castelo Branco — 1750
- 98) — Diamantes. Rio Claro e Pilões. Burlada a proibição da extração de diamantes — 1748
- 99) — Diamantes. Rio Claro e Pilões. Extração de diamantes em rios proibidos — 1748
- 100) — Missionários. A sua chegada em Goiás. Aldeia do Rio-das-Velhas — 1750
- 101) — Casas de Fundição e as Intendências. Novamente erigidas no Estado do Brasil — 1751
- 102) — Quintos. Cobrança dos Quintos — 1752
- 103) — Mineiros. Graças aos mineradores que tenham 30 escravos próprios — 1752
- 104) — Contrato de passagens. João de Siqueira Lima — 1753
- 105) — Contrato dos Dízimos Reais. João de Siqueira Lima — 1753
- 106) — Registro do Rio-das-Velhas. Comandante — 1774
- 107) — Contrato das Passagens. João Teixeira de Macedo. Princípio em 1º de janeiro de 1760 — 1758
- 108) — Fundição de barrinhas de ouro — 1760
- 109) — Índios. Perseguição aos índios. Instrução para catequizá-los por meios brandos e suaves — 1761
- 110) — Jesuítas. Desnaturalização e proscricção dos missionários. Aldeia do Rio-das-Velhas — 1761
- 111) — Jesuítas. Ordem para prender dois missionários que estavam em Goiás, Manoel da Silva e Pedro Tebaldi. Culpa aos jesuítas pelos insultos dos índios — 1760/61
- 112) — Jesuítas. São culpados pelos insultos praticados pelo gentio — 1765
- 113) — Mato Grosso. A Capitania de Mato Grosso é socorrida pela a de Goiás — 1764
- 114) — Missionários. A chegada de dois missionários na Capitania de Goiás. Entrega dos dois ao cel. Pires de Campos. Sugerido o estabelecimento da aldeia do Rio-das-Velhas — 1750
- 115) — Cel. Antônio P. de Campos. Pedido de ajuda de custo para as despesas com os seus 500 borôros e mais pessoas para a destruição dos caiapós. Primeiro pito dado pelo capitão general de Goiás — 1749
- 116) — Método. Arrecadação dos Quintos de ouro. Regimento das Intendências e Casas de Fundição — 1751
- 117) — Índios. Aldeamento dos índios. Catequização com brandura. Falta de missionários — 1753

- 118) — Índios. A falta de liberdade aos índios, causa principal de suas hostilidades e contínuos insultos. Desobediência às ordens de el-Rei. Todas as instruções sobre o tratamento a ser dado aos gentios — 1755
- 119) — Conde de S. Miguel. A sua chegada em Paracatu em 2 de agosto de 1755. A sua posse em 31 de agosto de 1755 — 1755
- 120) — Missionários. Com a saída dos dois missionários os índios ficaram sem assistência na aldeia do Rio-das-Velhas — 1760
- 121) — Diamantes. Contrato arrematado, por seis anos, por João Fernandes de Oliveira — 1752
- 122) — Índios. Casamento dos vassallos com as índias. Benefícios concedidos. Não serão taxados de **caboucos** — 1755
- 123) — Antônio Gomes Leite, sucessor de Pires de Campos. Base para o contrato. Caça aos índios — 1756
- 124) — Missionários. Ordem para que se recolhessem os missionários da Cia. de Jesus. Em lugar das **Missões** foram criadas as **Vigairarias** — 1758
- 125) — Missionários. Expulsão dos frades e dos clérigos da Capitania de Goiás, que nela se achavam sem expressa ordem de Sua Mage. Denúncia contra a Sociedade Jesuítica — 1760
- 126) — Índios. Insultos dos índios. Responsabilizados os **infames** jesuítas espanhóis — Culpados os padres — 1765
- 127) — Índios. Sublevação dos índios. Assassinados os guardas dos presídios do **Duro** e **S. José** — 1760
- 128) — Rio-das-Velhas. Criação da Vigairaria. A questão dos padres na aldeia do Rio-das-Velhas — 1760
- 129) — Missionários. Ordem para expulsá-los — 1760
- 130) — Morte do padre Francisco Tavares, Superior das Missões do Duro. Assistência aos índios. Muda-se para S. Paulo o padre José de Castillo. A sua substituição. Cel. Wenceslau Gomes da Silva. Outros fatos — 1755
- 131) — Sublevação dos índios. Luta do capitão general da Capitania que governa — 1757
- 132) — Cia. de Jesus. Reitera cobrança das despesas feitas com o transporte dos dois missionários. Silêncio do capitão general de Goiás — 1755
- 133) — Invasão do território goiano. Um corpo de tropas de S. Paulo invade o território goiano e retira dali, de mo-

- do arbitrário, dois missionários da aldeia do Rio-das-Velhas. Denúncia do padre de Santa Cruz — 1760
- 134) — Retirada dos dois missionários. Ordena o capitão general a ida de um coadjutor de Santa Cruz para cuidar dos índios — 1760
- 135) — Diamantes. Antônio Lourenço da Costa. Chama a si a glória do descoberto dos diamantes, entre eles, nas paragens do **Rio das Almas, Rio Traíras, Rio Bacalhau, Rio Bagagem e Rio Tocantins** — **Nota:** importante documento está datado de 1756, mas a indicação do Rio Bagagem não tem nenhuma ligação com a descoberta com as jazidas diamantíferas existentes no **Rio Bagagem**, em Estrela do Sul, as quais foram descobertas anos depois da desanexação do Triângulo Mineiro da Capitania de Goiás.
- 136) — Missionários. Ainda a prisão dos padres Manoel da Silva e Pedro Tebaldi. A ida para S. Paulo, também, do padre Manoel da Cruz, retirado da aldeia do Rio-das-Velhas — 1760
- 137) — Missionários. As suas fazendas. O procurador deles 1760
- 138) — Aldeia do Duro. Levante dos índios. Mortes e graves insultos. Ouvidor Geral culpa o capitão general. Situação de Wenceslau Gomes da Silva — 1757
- 140) — O capitão general, depois do levante dos índios, **adula** o tte. cel. Wenceslau G. da Silva, a quem se negava de pagar os seus subsídios — 1757
- 141) — Novo método da cobrança do Quinto. Designação de Fiéis — 1758
- 142) — Carmo de Natividade. O seu descobridor — 1760
- 143) — Novo Descoberto. Desemboque. Bandeiras para a exploração. Divisas das Capitanias de Goiás e Minas — 1773
- 144) — Desemboque. Remessa da prata. Bandeiras para a exploração dos sertões — 1773
- 145) — Desemboque. Cartas aos Juizes Ordinários — 1772
- 146) — Desemboque. Ordem aos moradores para devassarem os sertões. Divisas — 1772
- 147) — Desemboque. Remessa de mapa sobre o Novo Descoberto. Separação dos domínios de Goiás e Minas. Indicação dos Juizes Ordinários — 1773
- 148) — Quilombos. Negros aquilombados. Os seus repetidos insultos. Castigos — 1773

- 149) — Moradores do **Sul do Rio Paranaíba**. Assistência espiritual a cargo do vigário de Santa Cruz — 1776
- 150) — Exploração dos sertões dos Dourados e Paranaíba — 1776
- 151) — Passagem sobre o Rio das Velhas, Rio Corumbá e Rio Grande. Falece o cel. Bartolomeu Bueno da Silva. **Uberava Verdadeiro e Uberava Falso** — 1777
- 152) — Corumbá. Rio-das-Velhas. Passagem. Arrematação por morte do cel. Bartolomeu Bueno da Silva — 1777
- 153) — Desemboque. O Juiz Ordinário e a exploração das campanhas. Rio Veríssimo e Rio das Velhas — 1775
- 154) — Rio das Velhas. Campanha. Exploração dos sertões do Rio das Velhas. Designação de índios para ajudarem — 1776
- 115) — Carta do Vigário da Meia Ponte. “Conversando com os meus botões os que me fazem cortes...” — Goiás. Uma tapera! — 1776
- 156) — Descoberta de diamantes. Dois ribeirões, chamados “Pedrinhas” e “Alfinetes”, pertos de Paracatu — 1780
- 157) — Conflito sobre limites. Sertões do Paracatu. Rio dos Dourados. A descoberta das minas do Rio Dourados — 1781
- 158) — Extração de diamantes. Campanha de Santa Cruz e S. Luis, na Campitania de Goiás — 1782
- 159) — Treze pedras que se dizem diamantes. Rios Claro e Pilões — 1734
- 160) — Junta da Justiça. A sua criação — 1786
- 161) — D. João Manoel de Melo. Impressões sobre a Capitania de Goiás. As suas riquezas. Os jesuítas. Casamento das índias. Diretório dos índios — Jesuítas — 1771
- 162) — Correios. Geral e Parcial. Roteiro. Da Capitania de Goiás a S. João Del-Rei
- 163) — Índios. Abolida a Administração Temporal, passando os índios a se governarem por si próprios — 1757
- 164) — Desemboque. Nomeação do guarda-mór das minas de **N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio-das-Velhas**. José Luis Pinheiro — 1772
- 165) — Ouro. Convocação do governo para decidir quanto à cota do ouro que Goiás deveria dar. A cota de Minas Gerais. As riquezas das minas de Goiás e das Gerais — 1756
- 166) — Índios. Insultos dos índios. Mortes. Guerra ofensiva. Fuga dos índios. Os missionários — 1757

- 167) — Aldeia do Rio-das-Pedras. Assistência espiritual aos índios borôro. Aos mulatos e pretos — 1758
- 168) — Tocantins. A importância da navegação — 1799
- 169) — Índios. D. João Manoel de Melo pede que se faça a eles guerra ofensiva. Instruções — 1761
- 170) — Ouro. Depois da Lei de 3 de dezembro de 1750, foi permitido correr nestas minas de Goiás ouro em pó. Moeda provincial — 1750
- 171) — Desemboque. Campanha do Rio-das-Velhas. Moratória pedida pelos moradores — 1773
- 172) — Diamantes. Contrato com Felisberto Caldeira Brant — 1773
- 173) — Dízimos Reais. Vexação dos moradores. As suas consequências — 1773
- 174) — Descobrimto de ouro. Bandeiras. Campanha do Rio Claro — 1773
- 175) — Tocantins. Navegação — 1773
- 176) — Impostos exigidos pelo capitão general de S. Paulo. Reação do capitão general de Goiás — 1773
- 177) — Tocantins. Navegação — 1774
- 178) — Aldeia chamada Nova Beira. Ilha do Bananal — 1775
- 1) — Criação de duas Comarcas. S. João das Duas Barras e Vila Boa. Divisão — 1809
 - 2) — Abolida a circulação do ouro em pó — 1803
 - 3) — Santa Cruz. Capitão Bartolomeu Bueno da Camara Leme — 1803
 - 4) — Paracatu. A Câmara Municipal queixa-se contra as barreiras postas nos rios. Divisas — 1856
 - 5) — Arraial de Santa Cruz. Numero de moradores — 1823
 - 6) — Julgados de Araxá e Desemboque. Estabelecimentos dos Destacamentos — 1824
 - 7) — Dízimos. Isenção de Dízimos aos lavradores que cultivarem as margens dos rios Tocantins, Maranhão e Araguaia — 1806
 - 8) — Divisas de Goiás. Minas Gerais. Mato Grosso. Maranhão — 1837
 - 9) — Índios. A nação dos Apinagé. Os que navegarem da Capitania de Goiás para o Pará, pelo rio Araguaia, devem agir com brandura e amizade aos índios — 1801
 - 10) — Ouvidor Geral Joaquim Ignacio da Silveira da Mota, o falado amor de D. Bêja. Elogios à sua pessoa — 1811
 - 11) — Direito das Entradas. Servia para cobrir as despesas

- com os pagamentos dos **filhos da folha**, civil, militar e eclesiástico, navegação, etc.
- 12) — Fiel do Registro do Rio-das-Velhas, Bartolomeu Bueno da Silva. A sua morte e a substituição no emprego — 1811
 - 13) — Registro do Rio-das-Velhas. Posse do Fiel Manoel Pacheco de Carvalho — 1812
 - 14) — Desemboque. Nomeação do Superintendente da **Décima**. Um novo **imposto** — 1812
 - 15) — Registros do Sul. Cobrança exorbitante aos viandantes na permuta dos seus ouros — 1812
 - 16) — Araxá e Desemboque. Cobrança de subsídio. Direito do gado que tenha entrado desde 1794 até 1809. Administradores de Araxá e, citado, pela primeira vez, Patrocínio. A passagem chamada **Quebra-Anzol** — 1813
 - 17) — Direito de Saída. Normas para a cobrança desse imposto — 1813
 - 18) — Julgados da Capitania de Goiás. Fala-se em julgados até 1811: 1 — Porto Real — 2 — Arrayas — 3 — Flores — 4 S. Felix — 5 — Natividade — 6 — Conceição — 7 — Carmo — 8 — Traíras — 9 — Cavalcante — 10 — Santa Luzia — 11 — Santa Cruz — 12 — Crixás — 13 — Pilar — 14 — Desemboque.
 Nota: Não há citação, como se vê, do novo julgado do Araxá. Esse foi criado, assim, nos fins de 1811, depois de maio desse ano.
 - 19) — Ananguera. Os seus descendentes. As mercês concedidas pelo Rei. Bartolomeu Bueno da Câmara Leme — 1812
 - 20) — Comarca. A criação de mais uma Comarca, indicando os julgados. À Comarca de Vila Boa, ficaram pertencendo os julgados de Crixás, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia e Desemboque — 1809
 - 21) — S. João das Duas Barras. Criação da Vila — 1809
 - 22) — Correios. Goiás, Minas Gerais e S. Paulo — 1809
 - 23) — S. João da Palma. Erigida em Vila — 1814
 - 24) — Índios. Incursões dos terríveis **canoeiros** — 1825
 - 25) — Juiz de Fora. Criado o lugar na cidade de Goiás — 1809
 - 26) — Ouvidor Interino. Dr. Manoel Antônio Galvão. Diz o documento que “era falso, áspero e terrível”, apresentando-se sempre com um punhal — 1822
 - 27) — Imposto de 600 réis. Gado. Isenção durante 6 meses — 1820

- 28) — Julgados do Araxá e Desemboque. Queixa dos moradores — 1821
- 29) — Comarca do Norte. Criada por Alvará de 18 de março de 1809
- 30) — Ouvidor Interino. Ao Ouvidor Galvão foi dada ordem de retirar-se para Corte — 1822
- 31) — Habitantes das margens do Araguaia e Tocantins. Nações gentias — 1822
- 32) — Julgados do Desemboque e Araxá. Representação feita pelos moradores, queixando-se contra os impostos exorbitantes. Os primitivos habitantes. Os sertões — 1807
- 33) — Paracatu. Denúncia falsa e mentirosa contra o Juiz de Fora. Prisão dos falsos denunciadores — 1809
- 34) — Sertão da Paranaíba. Pertencia a Santa Cruz. A nova situação criada pelo Alvará régio de 4 de abril de 1816 — 1816
- 35) — Navegação. Goiás e Pará — 1809
- 36) — Ouvidor Joaquim Ignacio da Silveira da Mota. Minas de S. Francisco de Anicuns. Desinteligência com os administradores das minas de Anicuns — 1810/1814
- 37) — Goiás e Pará. Os seus limites — 1808
- 38) — Joaquim Ignacio da Silveira da Mota. Briga com os administradores das minas de Anicuns. Várias ocorrências — 1810
- 39) — Divisas de Goiás e Pará. Os conflitos — 1823
- 40) — Divisa de Goiás. A fronteira de Mato Grosso distante de Goiás, mais de duzentas (200) léguas — 1825
- 41) — Ouro em Goiás. A sua decadência. O despertar para a agricultura — 1813
- 42) — Sal. Em Goiás e S. Romão, território mineiro — 1813
- 43) — Limites de Goiás e Maranhão. Linhas divisórias — 1816
- 44) — Índios. Proibida a venda dos serviços dos índios — 1816
- 45) — Paracatu. Posse do lugar de Ouvidor. Rixa com o Ouvidor de Goiás — 1817
- 46) — Limites de Goiás com o Maranhão — 1836
- 47) — Briga de Salerna. Herança. Mortandade. Invasão da Comarca do Norte — 1837
- 48) — Joaquim Ignacio da Silveira da Mota. Exaltada a sua pessoa pelo capitão general. Briga em Anicuns — 1814
- 49) — Anicuns. Aprova a Junta Administrativa da Sociedade 1816
- 50) — O Ouvidor Joaquim Ignacio da Silveira da Mota briga,

- termos candentes, com o capitão general de Goiás, em torno da **Sociedade de Mineração de Anicuns** — 1816
- 51) — S. Pedro de Alcantara. Fica pertencendo à Capitania do Maranhão. Divisas — 1817
 - 52) — Carolina e Cavalcante. Eretas em vilas — 1831
 - 53) — Ouro. O ouro em pó correrá livremente como mercadoria em todas as províncias — 1831
 - 54) — Correio. Estabelecimento de um correio regular entre Goiás, Cuiabá e Vila S. João d'El-Rei — 1820
 - 55) — Damiana da Cunha. A lendária índia era pensionista do governo. O seu falecido marido chamava-se José Luiz Pereira — 1830
 - 56) — Corpos Militares. Ordens de suas criações — 1829
 - 57) — Os Dragões. Os Henriques. Os Pedestres — 1829
 - 58) — Conselhos Administrativos. Foram criados por Alvará de 12 de março de 1819 — 1810
 - 59) — Batalhão de Caçadores. Suprimidos. Lei de 18 de agosto de 1831 — 1831
 - 60) — Canoeiros. Nação gentia bárbara, habitante da região de S. José, Pilar e Trayras — Hostilidades praticadas na região do Norte
 - 61) — Salerna. Assalto ao arraial da **Conceição**. Atentados horrorosos. Roubos. Incendios — 1837
 - 62) — Limites de Goiás com Maranhão. A Vila de Carolina — 1854
 - 63) — Emigração dos moradores do Norte para o Sul. A agressividade medonha dos índios. Goiás caminhava para tornar-se uma: Tapera! — 1849
 - 64) — Damiana da Cunha. Requereu pensão ao governo pela morte de seu marido, o primeiro. Citação de Índios. Diligência feita por José Luiz Pereira, seu marido — 1821
 - 65) — Cia. dos Pardos. Criada pela Carta Régia de 22 de março de 1765, formada por crioulos e pretos forros, denominada dos **Henriques** — 1765
 - 66) — Governador das Armas. João Jácomo Baunaum, Marechal de Campo, morreu repentinamente, no dia 28 de outubro de 1830, vítima de um ataque apoplético — 1830
 - 67) — Diamantes. Proíbidas novas descobertas. Obstada a extração de diamantes — 1822
 - 69) — O imposto de 600 réis. Reclamação dos fazendeiros mineiros. El-Rei autoriza a isenção pelo prazo de 6 meses. Saída do gado de Goiás para as outras capitânias. — 1820

- 70) — Cunha Matos. Representante na Assembléia Geral Legislativa. Eleito. Outras notas. Briga com o governador da Província de Goiás — 1825
- 71) — Araxá e Desemboque. Destacamentos. Entendimentos entre os governadores das Armas — 1825
- 72) — Cunha Matos. Fundação da aldeia **Graciosa**. Índios — 1825
- 73) — Damiana da Cunha — Pede a permanência de um sobrinho no Destacamento da aldeia de S. José — 1827 — 1828
- 74) — Índios chavantes. Aldeamento. Navegação do Araguaia. Decisão de aldearem-se, apresentando-se ao Frei Rafael de Taggia — 1851
- 75) — Limites da Capitania de Goiás. Dados de um relatório — 1853
- 77) — Aldeia de Goiás. Quando foram fundadas — 1855
- 78) — Desemboque e Araxá. O vigário do Desemboque notifica a descoberta de um **lago salino** — 1827
- 79) — Cunha Matos. A sua inspeção. Santa Cruz — 1823
- 80) — Defuntos. Proibição para sepultamento dentro das igrejas — 1801
- 81) — Desemboque. Ordem para castigar os negros fugitivos que infestam os sertões — 1810
- 82) — Correio. Por água, entre S. Paulo e Goiás. Nomeado o guia da expedição — 1809
- 83) — Capitania de Goiás. Uma das mais poderosas e florescentes. Dados históricos — 1819
- 84) — Imposto de 600 réis sobre o gado que sair de Goiás. Isenção pelo prazo de 6 meses. Passou a ser perpétuo — 1820
- 85) — Navegação do Rio dos Bois até S. Paulo. Ajuda a João Caetano da Silva. Canal de São Simão — 1820
- 86) — José Manoel da Silva e Oliveira. Elevado ao posto de capitão desta vila. Prestou serviços relevantes no Julgado do Desemboque. Grande sertanista — 1806
- 87) — Cunha Matos. Novo governador das Armas 1826
- 88) — Limites com o Pará. Carolina. Povoação chamada da **Boa União** — 1827
- 89) — Estrada nova. Santo Antônio de Uberaba, Rio Grande, Corumbá, Rio Paranaíba — 1828
- 90) — Correios. Plano e Mapa, que se acham aprovados. Entre Goiás e Minas — 1832
- 91) — Correios. Alterado o Plano dos Correios. Goiás e Minas — 1832

- 92) — Limites. Goiás e Maranhão. Relatório do governador da Província de Goiás — 1831
- 93) — Bilhetes do Quinto do Ouro — 1826
- 94) — Correios. Direção dos correios. Goiás e Minas — 1832
- 95) — Prelazia de Goiás em Bispado. Aprovada — 1827
- 96) — Índios. Os canoeiros, chavantes e cherentes. Insultos e barbariedades cometidas — 1832
- 97) — Limites de Goiás com o Maranhão. Invasão do território goiano. Intervenção do Imperador — 1837
- 98) — Junta. Dirige várias proclamações aos goianos. Aos moradores de Pilar para que não manchassem a glória de nossa Pátria. Aos goianos. Aos Julgados. Aos moradores do Centro do Brasil — 1822/2
- 99) — Aldeias. As várias aldeias existentes em Goiás, criadas nos séculos XVIII e XIX, excluídas as que foram criadas além do rio Paranaíba. Datas da fundação—
- 100) — Novos presídios em Tocantins. A navegação dos rios 1854
- 101) — Câmara Municipal de Paracatu. Dirige ofício ao Presidente da Província de Minas Gerais, queixando-se do estabelecimento de barreiras nos Postos do Rio Paranaíba, denominados — do **Gabriel** — do **Justino** e do **Marcelo**. Acusação aos administradores de terem obrado de má fé e praticados atos de violência. Criação de taxas itinerárias em todas as estradas. Arrecadação de taxas de exportação existentes — 1856

2. Do elenco historial não foram transcritos inúmeros dados que estão vinculados à criação de Registros e designação de Fiéis, na Capitania de Goiás, além de fatos que marcaram, na história, a vida agitada dos julgados do Araxá e Desemboque, aldeia do Rio-das-Velhas e, outros, de suma importância, sobre os fatos ocorridos após o alvará régio de 4 de abril de 1816, que separou o Triângulo Mineiro de Goiás, e que guardam o sabor do ineditismo.

PLÁCIDO DE CASTRO E A QUESTÃO ACREANA

Manuel F. Onofre

Compreendamos a questão do Acre. Ela tem origem no Tratado de Ayacucho, de 27 de Março de 1867.

A Bolívia, aproveitando-se de nossa derrota em Curupaiti, na guerra do Paraguai, nos forçaria, psicologicamente, ao convênio, pelo nosso presumido receio de sua aliança com Solano Lopes. Por seu art. 2 — “do rio Madeira para Oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada de sua margem esquerda na latitude Sul — 10° 20’, até encontrar o rio Javari, se o rio Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari”. Este é o espírito do futuro mapa, em erras, assim, desconhecidas, em suas linhas gerais. Todavia, aliás coerente com suas tradições, o Brasil, num contra-golpe, conseguiu intercalar em seu Preâmbulo que, na solução de dúvidas, prevaleceria o **uti-possidetis**. No Direito Civil o proprietário de terras de nítidas confrontações, poderá perdê-las, pelos lapsos de tempo de uso não continuado: — é o usucapião. E, no Direito Internacional, pode uma nação perder o direito a terras, pelo descaso de seu abandono, em período legal previsto e com o uso de terceiros: é o **uti-possidetis**, para exemplificar com simplicidade.

No mínimo, no futuro, o Brasil faria jus ao acréscimo desse patrimônio, pela prioridade de seu sistemático povoamento, por seus nacionais, com tempo tranquilo suficiente para gerar o direito, se as linhas geométricas da demarcação fossem favoráveis à Bolívia, pela razão de seu demorado abandono.

Até 1895, não conhecera nossa vizinha o Acre por qualquer ato comprovado. No entanto, desde 1861 a história assinala a presença de brasileiros até o grosso de seu povoamento, graças aos nordestinos, compelidos pelas sêcas.

(1) Conferência proferida a convite do Instituto Histórico de Santos (São Paulo), comemorativa do 1º Centenário do homenageado (dez., 1972)

Como veio a despertar o interesse da Bolívia? O político Manuel Pando cumpria a pena de exílio no rio Beni. Por curiosidade, saíra a conhecer outros caudais até chegar ao alto Rio Acre. E, estupefato, testemunhara o esplendor financeiro dos exploradores brasileiros da borracha. Levava a La Paz a notícia reveladora. E isso lhe valeria carreira política rápida e máxima, no exército, representando o País na demarcação e mais — até atingir a presidência de sua Pátria e, nesse caráter, vir um dia em pessoa, com seu Ministro da Guerra, à frente de tropa numerosa, a ver se vingava as derrotas de suas forças por Plácido de Castro, nessa época já atuante. Mas resume-se a história diplomática do Acre. Sucessivamente, tivemos 3 Chanceleres — Carlos de Carvalho, general Dionísio Cerqueira e Olinto de Magalhães que, na linguagem do Direito, se deixaram impressionar pela chamada interpretação literal do Tratado. De todos, o, que perdeu a serenidade foi o Gal. Dionísio, antes nosso parlamentar, que publicamente declarara a existência dos direitos adversos. E até nos negara a possibilidade do **uti-possidetis**. Eram notáveis alguns dos plenipotenciários bolivianos no Direito Internacional, fora a irradiação pessoal do diplomata Paravicini. Nessa altura, Taumaturgo de Azevedo denunciara não ter o Barão de Tefé, em recuada demarcação, chegado às nascentes do Javarí, o que interessava ao Peru, ao Brasil e à Bolívia. Não estava provado qual o seu rio formador. A prevalecer aquele erro, grave perda teria o Brasil, através do Amazonas. Sobrevindo o general Cerqueira na chancelaria, discordava de suas conclusões, forçando-o a exonerar-se de Presidente da Comissão de Limites. A denuncia de Taumaturgo abalou a opinião nacional. E teve, a seu lado, as grandes figuras de Rui Barbosa, do ex-demarcador Costa Azevedo, de Serzedelo Corrêa, que lançou livro de interpretação de limites, de Lauro Sodré e dos mais notáveis da engenharia — Prof. Paula Freiras, Frontin e tantos outros.

Taumaturgo, engenheiro militar e formado em Direito, manteria aguerrida polêmica, travada contra Dionísio, e se tornara o alvo da solidariedade nacional, vindo a merecer, por essa evidência histórica, o título de Pai ou Criador da Questão do Acre. Se tivesse obedecido ao Gal. Dionísio, o Acre, sem ruído, teria sido integrado pacífica e automaticamente à Bolívia. De futuro, — Rio Branco, provocado, se negaria ao recurso da arbitragem, pelo laudo infalível, decorrente do reconhecimento de três dos nossos ministros do Exterior.

"A OCUPAÇÃO PELOS BOLIVIANOS"

Apoiados por nossos Chanceleres, será em caráter oficial que os bolivianos se instalarão em terras do Acre. Eles contavam com valores reais nas comissões demarcadoras e entre seus ministros. José Paraviciní empolgara a pasta brasileira do Exterior. Autorizado, vai à Amazônia, com as constrangidas homenagens públicas dos governos do Pará e do Amazonas. E, em navio fretado, se dirige ao seivoso rio Purus, acompanhado de Moisés Santivanez, cônsul em Belém. Com estarrecimento dos brasileiros, desembarca a 3 de janeiro de 1899. Surpreende a José de Souza e a José de Carvalho. E, no ensaio de interpelação, deles, superintendente e seu secretário, faz-lhes sentir a qualidade de plenipotenciário, que só discute de governo a governo. Pela perda de arrecadação, o Coronel Ramalho Júnior, do Executivo amazonense, que secretamente minava essas infiltrações, não pode socorrê-los, como se viu. E Paraviciní, o culto e garboso diplomata, toma posse daquele solo, com solenidade, discursiva dizendo da alegria de seu País, exalta o Brasil e dá vivas ao Presidente Campos Sales. Levanta o pavilhão boliviano. Dá ao local o nome de Puerto Alonso, homenagem ao Presidente de sua Pátria. Enquanto, dos dois autores clássicos nessa matéria, Araujo Lima o vê com assinaladas restrições, do outro lado Leandro Tocantins, em sua "Formação Histórica do Acre", pretende situá-lo com um conceito elevado, considerando-o como eficaz administrador. E ressalta que "durante os meses de Janeiro a Abril de 1899, a borracha do vale do Acre, acima de Puerto Alonso, alcançou o valor total de 18.877:421\$400. A receita da delegação foi de 3.572:650\$000 contra a despesa de 784:600\$000 com o lucro líquido de 2.824:053\$000. E o Amazonas deixou de receber nesses tres meses cerca de 3 mil contos de réis", enorme desfalque no valor da época. Seu ponto fraco seria o de decretar a navegação do curso inferior do rio, no que viria a ser obstado por nossa Chancelaria. Exerceu plenamente os atos de soberania. Proporcionou a seu País rendas de elevado valor. E volta ao Rio, deixando como sucessor o Consul Moisés Santivanez, de presença irradiadora e figura obrigatória até o final de todos os episódios do Acre. É para ele que se voltam os elogios de Araújo Lima, em "Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo", tudo fazendo para ser simpático aos acreanos. Mas a reação será na pessoa dele, à frente com José de Carvalho, autoridades e seringueiros reunidos em Caquetá, ao fim de abril se dirigiram a Puerto Alonso. Santivanez

é intimado a deixar a localidade e, a suas perguntas, responde falar pelo povo brasileiro. E, ante o alegar que está de ordem do Brasil, replica ter sido de ordem apenas de um nosso ministro, que ali se acha. Santivanez, surpreendido, exige intimação escrita para sair, com a qual viajará, para conhecimento e ação de seu País, descendo rumo a Manaus. Foi esse o primeiro movimento regional contra a Bolívia. Apesar das festas de regozijo, faltaria consistência ao ato.

"A INSURREIÇÃO DE GALVEZ"

Luis Galvez Rodriguez e Arias implicará na segunda investida, ao lado dos brasileiros: era um espanhol de família de fidalgos, dotado de cultura, falando vários idiomas e tendo exercido a carreira consular, em países da Europa. Tipo de cosmopolita. A Amazonia lhe despertou a curiosidade. Oscilou entre Belém e Manaus, a escolher papéis de relevo e de fortuna. Devia ter o trato sedutor, porque recaira nas simpatias do velho Lemos, chefe político, do Pará, como de Ramalho Júnior, governador do Amazonas. Chegara a Belém recomendado pelo embaixador da Espanha e conseguira colocar-se na "Província do Pará", jornal oficioso, o mais projetado de todo o Norte. Bem recebido no consulado boliviano. Insinuando-se a todos, soubera da minuta de um contrato do governo da Bolívia com o projetado sindicato boliviano-americano, em cuja composição ia figurar um filho do presidente Theodoro Roosevelt. Deu o chamado "furo de reportagem" na "Província do Pará", em linhas essenciais. Estava no Porto a conhoneira americana "Wilmington", que deveria levar o documento.

O vaso de guerra estivera em Manaus: sem licença regular, singrara o Solimões até Iquitos, no Perú, com a coincidência de ali explodir uma revolução civil. Só não foi declinado o nome do País na reportagem, fácil de deduzir. O mais grave eram cláusulas assim: a América, por via diplomática, exigiria do Brasil que continuasse as demarcações; o Sindicato teria posse e usaria de polícia própria e outros atributos de soberania; e, em caso de guerra, favoreceria a Bolívia, que lhe concederia compensações extraordinárias. Rio Branco teria a missão de romper esse obstáculo (em sua gestão, no qual estava envolvido o ministro Paravicini) com a eficiente colaboração de Assis Brasil, em Washington.

Em Manaus, Luiz Galvez teria o apoio do governador Ramalho. Ferreira Sobrinho, que reuniu o maior arquivo da questão acreana, escreve na Revista do I.H. do Amazonas que,

capitulando Santivanez, — “o governador Ramalho resolveu mandar fundar uma república no território conquistado”. E se seguem as consequências na missão de Luiz Galvez. Em resumo, insinuando ir explorar seringais, parte o missionário, em verdade para o Purus e não para o Juruá, e suas insinuações, no vapor “Cidade do Pará”, a 4 de Junho de 1899, na viagem fingindo-se de homem de negócios. Baldeando e entrosando-se com elementos da Junta revolucionária, a 14/07/, em Puerto Alonso proclamaria Estado Independente do Acre. Age. Organiza o Ministério, com os elementos da terra. Traça os limites. Escolhe Puerto Alonso para capital com o nome de Cidade do Acre. Dá o desenho da bandeira. Adota a Legislação Brasileira e igual idioma e moeda, cabendo à Recebedoria de Rendas do Amazonas a arrecadação de impostos da borracha, em conta especial do governo do Acre. Oficia, em linguagem hábil, até ao próprio Presidente Campos Sales, como ao governador do Amazonas. E planeja a futura cidade, com suas repartições, na proporção do meio ambiente. Toma uma série de projetos para seus oito meses de gestão. Indispõe-se com a Alfandega de Manaus por somente querer esta visar borracha da Bolívia. Faz cobrar o Imposto pela Alfandega da cidade do Acre. Prevê a futura reunião de um Congresso Constituinte. Mas aproxima-se o fim de sua gestão. O Governo Federal apela para o Governador Ramalho. Galvez retivera a borracha, com prejuizo geral de firmas interessadas de Manaus e Belém. O comerciante Sousa Braga, a 28 de Dezembro de 1899, depusera Galvez, sendo aclamado em seu lugar. A Comissão Boliviana chegara, decretando até Estado de Sítio. Nessas discórdias de Brasileiros, uns pela Bolívia e outros pela Independência do Acre, resultou até a renuncia, futura, de Sousa Braga, convocando novamente a figura de Galvez. Chega ao Purus um navio de marinha para instalar um Consulado, ficando indeciso ante a argumentação do mesmo Galvez. E como se insinuava a sucessão, no Amazonas, por Silvério Néri, a força irresistível do Destino e da Política sacrificaria Galvez para a segurança política do Amazonas, em atendimento ao apelo do nosso presidente da república. Uma flotilha convenceria Galvez a deixar o poder, conseguindo este, com muita insistência, a compensação financeira das despesas com aquela insurreição.

“EXPEDIÇÃO FLORIANO”

Governa, agora, o Amazonas Silvério Néri, a cujo favor

se sacrificara a missão de Luiz Galvez. Ele auxilia, desta vez, a Expedição Floriano Peixoto, discretamente, pela continuada baixa de arrecadação fiscal no Acre. Mas sua composição era de intelectuais sem prática militar, em suas linhas gerais. A chefia era de Orlando Correa Lopes, jornalista. Até João Barreto, filho de Tobias Barreto, aderira. E os futuros governadores Efigênio Sales e Epaminondas Jácome, também. Fretaram o velho navio "Solimões", de marcha muito lenta, ainda movido a rodas. Com armas, entre elas, metralhadoras e um canhão impressionarão à primeira vista. Assaltam em rio de Manaus, na madrugada de XV de novembro, a lancha "Alonso", boliviana, de surpresa, que eles incorporam, com o protesto da nação interessada. Levam Rodrigo de Carvalho, com experiência do Acre, convocando de Belém. Saem a 16 de novembro furtivamente. Chegam a Labrea, no Purus, a 2/12/1900. Lavra-se Ata com assinatura de autoridades. Recepção festiva. Gentil Norberto passa a ser ouvido. De Manaus tinham saído num total de 132 homens. E ali receberam reforços de tática, fariam a peleja no Natal. Os bolivianos já começavam a sentir fome, E, no entanto, a expedição seria derrotada. O canhão seria presa do inimigo. Tinham contado com Alexandrino José da Silva e Avelino Chaves, este debalde querendo suprir a chefia, depois que Manoel Felício Maciel se arvorara em chefe, dividindo as forças brasileiras sob fuzilaria mútua. A Junta Revolucionária, revogou a ordem contra a livre circulação de navios, que eram 14. A batalha se iniciara contra os bolivianos; não obstante, nesse retrospecto, com as aparentes vantagens de tiros de canhão e metralhadoras sobre Puerto Alonso, em ataque de hora e meia, com o reforço da ex-lancha boliviana assaltada em Manaus. Tudo sem experiência militar, até o esgotamento de munições. Os bolivianos passaram para a margem dos atacantes e ocuparam o local em suas abandonadas posições. Começou a debandada com a derrota evidente. E chegaram na última hora grandes carregamentos de gêneros alimentares, sem os quais os bolivianos seriam forçados, com toda a sua superioridade numérica e instrução militar prussiana, a uma capitulação paradoxal.

"CHEGADA A VEZ DE PLÁCIDO DE CASTRO"

Alguns dos chefes vencidos da chamada Expedição dos Poetas, pela segunda vez apelaram em Manaus para Plácido de Castro aceitar a responsabilidade de mais uma insurreição, à frente deles Rodrigo de Carvalho, elo comum das revoluções

acreanas e já nomeado para o Posto Fiscal do Amazonas em Caquetá, pelos fins de fevereiro de 1902. Plácido de Castro impõe condições surpreendentes. Uma delas era a de não receber interferência do Governador Amazonense Silvério Néri, eficiente financiador desses movimentos. Ainda ele quer uma Junta, para se dissolver no curso da Revolução, ficando a chefia exclusiva com a sua pessoa. E mais: o fuzilamento dos traidores. Viaja, então, para o Acre. Vai fingir-se só de agricultor junto aos bolivianos, para se articular acima do povoado deles, enganando-os. Conta de antemão com Joaquim Vitor, José Galdino e o mesmo **Rodrigo de Carvalho** para aquela junta, sendo os dois primeiros abastados e generosos proprietários. D. **Lino Romero** se arrepende mais adiante da permissão dada para o seu trânsito. Sua dificuldade maior de conspirador foi encontrar divididos os brasileiros, uns pelo senso prático de não se lançarem em aventuras, com a idéia só de lucros, por saberem que o governo do Brasil reconheceria os direitos dos bolivianos, e outros até que receberam nomeações de cargos junto às autoridades estrangeiras, ficando uma parte tendente a acompanhar Plácido na sua aventura militar, apesar das derrotas anteriores. Seu supremo argumento foi convencê-los de que o Brasil, a própria Bolívia e toda a América do Sul ficariam ameaçados em sua soberania, por força do Sindicato Boliviano-Americano, espécie de intervenção imperialista que se fizera no continente africano. Passou a contar com a maioria das adesões: José Galdino foi o grande financiador privado do movimento.

“O ASSALTO A XAPURI”

Vai chegar a vez do assalto ao povoado boliviano de Xapuri, de poucas habitações. Desceram de canoa, silenciosamente, assim saltando na margem, na madrugada de 6 de agosto, e pelas cinco da manhã investem em três turmas, Plácido assaltando a casa maior, da intendência, surpreendendo Don Juan de Dios Barrientos. Ele acorda e supõe falar a patrícios jovens, advertindo-os de que era cedo para os festejos da Independência. Ele Plácido lhe responde que é a Revolução Acreana, apossando-se logo das armas encontradas. Prende-o. O mais é o conagraçamento em praça: decreta-se o Estado Independente do Acre. Tremula a Bandeira, lavra-se a Ata, e até se manda aviso ao Delegado Nacional de Porto Acre. É curioso: Plácido não deixa sem aviso os adversários. Parecia começar bem a tarefa. Mas os espiões iriam criar-lhe dificuldades, che-

gando a vez de mandar fuzilar dois deles. Silvério Néri, por influência de Rodrigo de Carvalho, enviara munições. Alexandrino José da Silva, de mau passado, porém valente, entra a serviço de Plácido, a quem iria assassinar tempos depois da primeira batalha de Plácido, integrado o Acre ao Brasil. Seria o recrutador por excelência. Os nossos espiões avisam a Plácido da aproximação de uma força boliviana, sob a chefia de Rosendo Rojas, ajudante general daquele exército. Plácido subestimara sua ação por ser a primeira ocasião que andava naquele solo, achando impossível ser atingido até pela manhã seguinte. Por isso segue em marcha batida, apenas com 63 homens e munição indispensável, a ver se se antecipava ao mesmo, no lugar "VOLTA DA EMPRESA", numa daquelas curvas muito fechadas do rio. Queria anular o número maior de bolivianos com aquela emboscada. Mas o coronel Rosendo fôra guiado por um espião, chegando primeiro do que o próprio Plácido, cuja pequena tropa fôra surpreendida com intensa fuzilaria e graves baixas, a ponto de haver 22 mortos, 10 feridos e seis desaparecidos, logo com a perda de mais da metade contra a superioridade esmagadora de 180 praças bolivianos.

Só lhe restou recuar, sem dar costas, com uma segunda surpresa: os atacantes ficaram no local, comemorando a vitória, naquele nefasto dia 18 de setembro de 1902. E os efeitos psicológicos? Plácido teria uma tarefa de político, para anular os comentários dos pessimistas, que lhe vinham perguntar o que iria fazer. Não se dando por vencido, aos mesmos respondera que, dentro de umas duas semanas, voltaria ao mesmo lugar para um segundo ataque. Valeu-lhe a lição de mimetismo das aves e dos animais ao se ocultarem na ramagem aproximada de sua própria côr, porque verificara que os seus voluntários, vestidos de azulão, não tinham sido atingidos como os que envergavam fardas de cores destoantes. O caudilho brasileiro com jornais de La Paz em mãos, provando que a Bolívia ia entregar aquelas terras a um Sindicato Boliviano-Americano, iria conseguir cada vez mais adesões necessárias. Assim, um dos maiores proprietários, coronel Antunes de Alencar, iria deixar de ser simpatizante dos bolivianos para servir aos brasileiros. Mas soube em caminho, conduzindo cem homens já armados, da derrota do mesmo Plácido. E ali falou a todos, dando-lhes liberdade de aderir, ou voltar, por isso que não havia oferecido ainda em pessoa seus serviços ao guerreiro gaúcho. Dividiram-se as opiniões e salvou a situação a ida espontânea de um voluntário para averiguar as futuras possibi-

lidades dele, regressando com a notícia animadora de que os brasileiros não se deixaram abater, já subindo a 200 homens. Do outro lado, Plácido manda o valente Alexandrino, acompanhado de soldados ao encontro do coronel Alencar, a quem já envia instruções, até seu próximo encontro, que conquistará de todo a adesão tão preciosa.

“A SEGUNDA BATALHA”

Será a cinco de outubro de 1902, às 10 da manhã. Alencar tinha um papel militar, mas, contra o espírito da luta, manda atirar em simples sentinela que passava, de modo a prejudicar o fator surpresa do começo do combate. Desta vez o gaúcho dos campos meridionais estará afeito ao emaranhado das florestas amazônicas. Em suas avançadas cautelosas, dado o valor dos adversários, progride, tomando os seus, logo no começo, duas trincheiras debaixo de cerrada fuzilaria. Do lado de lá, havia trincheiras de arame farpado. Foram quatro dias de luta contínua. Sentindo-se seguro com o sitiamento, tem a generosidade de enviar um apelo ao coronel Rosendo Rojas para capitular, mandando-lhe condições razoáveis, pois a distância era só de uns seis metros e a escalada derramaria muito sangue, sem necessidade. O coronel Rosendo se nega a tal, daquela vez. Veio a oportunidade de se oferecer como parlamentar um oficial boliviano prisioneiro, tenente Luiz Pinedo, prontamente aceito. E, afinal, a 15 de outubro encontram-se os dois chefes militares, lavra-se a Ata de Rendição, com o honroso e mútuo histórico das operações, não sendo aceita a entrega da espada do vencido por sua bravura. Dalí por diante, a estrela do nosso guerreiro não mais o abandonará.

“A TERCEIRA BATALHA E, AS SEGUINTE”

Plácido terá que enfrentar o combate de **Puerto-Acre**, onde está sediado o delegado boliviano, D. Lino Romero. Este só a 23 de outubro soubera da capitulação de Volta da Empresa, e colabora na assistência de volta de nossos prisioneiros. Celebram os brasileiros, no seio da mata, a passagem do 15 de novembro, sendo preciso logo depois, caminhar contra a tropa boliviana de **Santa Rosa**, por um aviso prévio, com o número aumentado para 160 homens: dura peleja afinal vitoriosa, que que demorou cinco horas, do fim da tarde para as primeiras horas da noite. E, a sete de dezembro, é o sucesso espetacular contra as forças de Costa Rica, em fulminante operação de 30

minutos e até com a carga final de infantaria. Vai entrar o ano de 1903.

A vazante do rio fizera aquele intervalo natural. Aparecem bandeiras do Estado do Acre, desde a margem oposta ao circundamento do arraial boliviano: é a luta sangrenta de 15 de janeiro, com a lealdade de aviso, do nosso lado. O comandante boliviano Manuel Canseco, é dos primeiros feridos, e gravemente, ordenando vingança dos seus. Com efeito, quando as trincheiras já se aproximavam de cem metros, com cinco horas de fogo, não obstante nossas boas posições, a represália fôra tremenda, perdendo os brasileiros cerca de 50, entre mortos e feridos. Plácido compreendera a gravidade daquelas baixas. E apelara imediatamente para o sistema de sapadores.

Nesse intervalo lembrou-se da necessidade de compras de materiais de guerra e de provisões de bôca. Havia a carga de 50 mil K. de borracha, no navio auxiliar "RIO AFUÁ", tomado aos contrários, agora com o nome de Independência. Mas precisava de enfrentar a passagem de **Porto Rico**, pois, nesse trajeto, os bolivianos estenderam uma extensa corrente de margem a margem e de elos muito grossos, como se vira na guerra do Paraguai. Houve a necessidade heróica de voluntários suicidas, montando na corrente, depois do nado, com a lima na boca, para o despregamento de elos da cadeia, sem o que o navio não poderia transitar. E, havia necessidade de um comandante disposto a enfrentar a travessia debaixo do mais intenso tiroteio. A honraria perigosa tocou ao cel. Alencar. Passaram-se extensas horas, sem que o navio descesse, até chegar um ofício do cel., excusando-se da tarefa sob alegação de doença. De modo que o terrível papel teria que recair nos ombros do chefe acreano. Sua idéia feliz foi a de encorajar o nível dos tripulantes por uma cadeia formada pelas próprias colunas de grandes bolas de borracha, solidamente ligadas umas às outras, até a altura de sua proteção pessoal, na marcha mais veloz, naquele **17 de janeiro de 1903**. A sirene apitou todo o tempo e a cerração ajudou o perigoso trajeto daqueles 25 tripulantes, debaixo do tiroteio mais intenso, ao qual não faltaram os tiros do canhão perdido na revolução dos Pcetas. Viveram-se dez minutos do maior perigo imaginavel. Vencida a principal dificuldade, que era a de adquirir as provisões indispensáveis, com a venda daquelas bolas de borracha, voltou a se intensificar o sitiamento do arraial adversário. Fez-se preciso lançar mão da tática que lembra a dos Peles Vermelhas, de apelar para o incendiamento das trincheiras inimigas e casas

vizinhas com o lançamento de setas embebidas de querosene, como também se fizeram dentro das trincheiras, para lançar os combatentes em polvorosa.

A 24 de janeiro os sitiados levantam bandeira branca, mas desejavam somente a suspensão da luta para o enterro dos combatentes do seu lado, o que não foi aceito por se compreender o intuito protelatório e de meia espionagem. Os soldados se vêem de lado a lado, e por fim os nossos lançam ataque **à arma branca**, o que era o pavor dos bolivianos, que levantam já a Bandeira Branca, pela falta de munições e provisão de boca, desde que se assegure a liberdade e a garantia de vida dos mesmos capitulantes. Encontram-se Plácido e Don Lino, diante dos vencidos. Arreia-se o pavilhão da Bolívia e se levanta o do Estado do Acre. Plácido rejeita a entrega da espada, pela bravura indiscutível de Don Lino. Fora as providências da destinação dos presos, o chefe acreano cria três Ministérios, o da Fazenda — para Rodrigo de Carvalho, o mais antigo revolucionário, encarnando Plácido os da Guerra e Justiça, com a decretação de língua, moeda e leis do Brasil.

O BRASIL ENVIA FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS

Plácido não tivera pronto conhecimento da expedição brasileira de forças do exército e da marinha de guerra, compostas de tropas do Recife, Belém e Manaus, do poderoso couraçado Floriano, cruzador-torpedeiro Tupi, caça-torpedeiro Gustavo Sampaio, o exército sob o comando do general Olímpio da Silveira, herói do Paraguai e de Canudos, e a marinha é dirigida pelo contra-almirante Alexandrino de Alencar, símbolo da classe naval. Rio Branco interferira, sem interromper as negociações diplomáticas, para neutralizar a possibilidade do ataque aos acreanos pelas forças bolivianas, agora sob o comando do general Pando, presidente da República e de seu Ministro da Guerra, Cel. Dr. Ismael Montez. A seu tempo, são situados os pontos futuros de estacionamento dos mesmos acreanos e bolivianos. O general Olímpio ficará entre as tropas do Acre e da Bolívia. No contacto com Plácido este recua ao Norte do paralelo 10º 20' e os adversos na altura do Rio Orton, em tese. O mesmo Plácido sente-se chocado, pelo retraimento de expressão do general Olímpio naquele encontro de 3 de abril de 1903, dele recebendo jornais, ficando certo que assim deveria governar o Acre setentrional, de modo que o nosso herói se transferiu para Xapuri, com a Alfândega em Capatará, até se saber o ponto onde o paralelo 10º e 20' cortasse o Rio

Acre. Ficou comprovada a aproximação do general Pando. E Plácido teria ainda oportunidade de começar o sítio de **Porto Rico**, contando com mais uma vitória. Daquela vez, sente-se à frente de **1.200 acreanos**. E o Gal. Pando tem na retaguarda um daqueles extensos lagos amazônicos, que continuam o seu curso dentro de brejos afundadiços. Admite-se historicamente que o Presidente da Bolívia, assim envolvido, seria derrotado, mas o destino o ajudou, porque Plácido recebeu o aviso das mãos do major Gomes de Castro de que Rio Branco firmara o convênio Brasil-Bolívia, a **21 de março de 1903**. Por diferença de horas, a Bolívia não sofreu uma derrota espetacular, e o papel de Plácido, urgente, foi o de mandar cessar fogo, quando o general Pando, também oficialmente informado, já mandara levantar a Bandeira Branca.

Fica assim exposta toda a série de gloriosos combates, revelando o gênio gueirreiro do gaúcho intrépido, cuja família passara à história de sua terra natal com a tradição das lutas em prol dos ideais políticos. Os próprios chefes das forças bolivianas, em entrevista concedida à imprensa de Manaus, teceram homenagens às qualidades de estrategista do chamado Caudilho do Acre. É compungente, ainda que de leve, relatar ingratidões de que foi vítima, por parte do general Olímpio e de vários de seus oficiais que mandaram prender vários de seus auxiliares, atraindo seus soldados quase em massa para as tropas da expedição brasileira, sequestrando os seus materiais, a ponto de se sentir o conquistador do Acre na contingência de dissolver, em Ordem do Dia, o chamado Exército Revolucionário, com a exposição de suas queixas. Todavia, as populações de Manaus e Belém o ovacionaram.

O Ministro da Guerra mandou repor tudo no seu estado anterior e, para cúmulo de reparações morais, foi convidado oficialmente a ir depois ao Rio, com homenagens de chefe de Estado: o paquete, onde viajava, antes da barra da Guanabara vinha escoltado por flotilha de nossa marinha, sob o comando de um almirante, ainda com as salvas das fortalezas que circundam a famosa baía, e mais um séquito de lanchas para levar-lhe os primeiros cumprimentos oficiais, ainda a bordo. E, ao descer ao cais, este estava apinhado das mais altas autoridades, tendo sido o Barão do Rio Branco o primeiro que lhe apertou as mãos, além do representante do Presidente da República, de Ministros e de Congressistas. O povo enchia literalmente a praça e a Av. Rio Branco até o antigo hotel dos estrangeiros, sagrando-o em altas vozes.

O resto foi a sua nomeação para Prefeito de um dos departamentos do Acre; foi a compensação do antigo agrimensor de se converter, talvez, no maior latifundiário daquelas terras, do lado do Brasil como da Bolívia, assinalando-se como proprietário modelo. Para desdita sua, seu fim seria injustamente trágico. Teceram intrigas de sua pessoa com o Cel. Gabino Besouro e outras autoridades, entre estas, o famoso Alexandrino José da Silva, seu Ex-Oficial, dado ao alcoolismo, criador de casos com os oficiais de seu Estado Maior e que, repreendido, saíra a correr de punhal entre os dentes e a nadar para a outra margem, até que num dia nefasto, com seus jagunços, eliminaria a vida de um dos integradores do Território Nacional.

Paulistas, meus caros patrícios

Louvido seja o nome do General Thaumaturgo de Azevedo, que se exonerou do alto posto de Chefe da Demarcação Brasil--Bolívia, como reação contra a entrega das terras Acreanas à Bolívia, ponto sustentado publicamente por três ministros do exterior, que não concederam, sequer, pela nossa vitória através do **uti-possidetis**.

Louvido seja o nome de Plácido de Castro e de seus bravos guerreiros o qual proporcionou ao Brasil a possibilidade de um acordo Diplomático, pela série de derrotas fragorosas do Exército Boliviano, sem a guerra entre as forças armadas dos nossos dois Países.

Louvido seja o nome incomparável do Barão do Rio Branco, o vencedor das questões de Missões e do Amapá e a quem se deve o acréscimo do território do Acre, no programa nacionalista de invalidar o arremesso do Sindicato Boliviano-Americano, no que foi coadjuvado principalmente pela figura de Assis Brasil, nosso Ministro em Washington, — Silva Paranhos esse a quem Rui Barbosa chamou de "Deus Termus da Nossa Fronteira", ressaltando em seu relatório que o território por ele incorporado tinha arrecadação de impostos superior à de dez Estados Brasileiros.

OS TRÊS POVOAMENTOS DE GOIÁS

Luis Palacin

Três formas de povoamento, sucessivas no tempo, tiveram lugar no espaço goiano: o povoamento da mineração, o da agro-pecuária, e o moderno povoamento das vias de comunicação mecanizadas e urbanização explosiva. Cada um deles marca um dos três séculos da história goiana: século XVIII, a mineração (1726-1800); século XIX a pecuária (1800-1940); século XX, a modernização das comunicações e o movimento urbanizador.

O POVOAMENTO DA MINERAÇÃO

Em 1726 inicia-se em Goiás a “corrida do ouro”. É uma verdadeira avalanche. Escrevi noutra lugar: “Poucos fenômenos históricos aparecem na história moderna com o dinamismo populacional da descoberta de ouro numa terra nova. Populações inteiras acorrem, sugadas por esta área ciclônica, dando lugar, em pequeno lapso de tempo, a modificações profundas em todos os aspectos do desenvolvimento nacional”. (1)

A primeira notícia precisa que conservamos sobre o povoamento de Goiás data de 1736, dez anos, portanto, após a primeira expedição. Os registros da capitação — que começou a cobrar-se este ano — indicam que eram 10.263 os escravos no segundo semestre deles 3682 figuram a título de “adventícios”, sendo portanto, 6580 os existentes depois de dez anos de iniciado o povoamento. Geograficamente, estes escravos mineradores se encontravam divididos em três distritos administrativos: Santa Ana — todas as minas do sul — 4,021, Crixás, 1366 e Tocantins, 1196.

Não é possível, a partir destes dados, fazer um cálculo nem sequer aproximado da população total. Qual seria proporção entre livres e escravos? A primeira cifra comparativa que nos poderia servir de indicador é a do recenseamento de 1804. Nesse momento, num total de 50.000 habitantes os escravos — quase vinte mil — representavam apenas quarenta por cento

(2). Não creio, contudo, que esta constatação nos sirva de orientação para os primeiros anos da mineração. Os registros da capitação nos permitem observar a quase inexistência de pretos livres e mulatos nas primeiras décadas, enquanto estas duas categorias perfaziam 46% da população em 1804.

Devemos concluir, embora sem base firme, que o número de escravos deveria ser bastante superior ao de homens livres em 1736 — talvez duas ou três vezes mais.

Partindo desta suposição, poderíamos calcular a população de 1736 em torno dos quinze mil habitantes.

Duas ponderações são necessárias para avaliar corretamente estas cifras. A primeira, uma correção óptica numa base comparativa. Quinze mil habitantes pode parecer hoje uma cifra quase ridícula; apenas um décimo da multidão que lota um estádio num jogo importante. Mas não são estas as medidas da época. Calculam-se em 350 mil os habitantes de todo o Brasil em 1700. Tinham sido necessários cento e cinquenta anos para completar esta cifra.

Uma segunda ponderação: as dificuldades a vencer. É o que confere uma dimensão épica a essa migração maciça. Estas, massas ávidas de ganho, ou empurradas pelo chicote dirigem-se para Goiás vencendo a prova de um deserto total. Sem caminhos, sem moradas, sem víveres, as bases logísticas mais próximas ficam a meses de distância. Trinta anos mais tarde, com mapas traçados, caminhos abertos, pousos estabelecidos, a viagem da costa a Vila Boa consumia ainda três meses.

Mas o dinamismo do povoamento aurífero é tão grande que esses aventureiros da primeira hora não só foram capazes de vencer todas as dificuldades de instalação numa terra deserta, mas lhes sobraram ainda energias para vasculhar em apenas quinze anos todo o território goiano na busca de novas jazidas. Em 1740, já estava traçado, quase definitivamente, o mapa aurífero de Goiás.

Neste curto período, os “descobertos” se precipitam, como se não houvessem de ter fim: rio Vermelho e afluentes (1726), Santa Cruz (1729), rio Claro e Pilões (1729), Maranhão (1730) Meia Ponte (1731), Água Quente (1732), Crixás (1734), São Luís — depois Natividade — (1734), São José e Traíras (1735), Cachoeira (1736), S. Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraias e Cavalcante (1740), Pilar (1741).

A partir deste momento, começam a escassear os “descobertos”, depois desaparecem quase por completo. Entre

quarenta e cinquenta ainda há três "descobertos" importantes: Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749).

Mais tarde, só algum descoberto ocasional de menor vulto: Tesouras (1756), Bomfim (1774), Anicuns (1809).

A euforia foi, pois, breve. Ao iniciar-se a década de sessenta, a pressa cheia de esperanças dos primeiros dias já era apenas uma lembrança, e se anunciava como um futuro inevitável o fenômeno da decadência.

Uma análise da população neste momento é instrutiva para determinar as características básicas deste tipo de povoamento.

A primeira característica — e a mais original — do povoamento da mineração é seu caráter urbano — ou quase-urbano. Embora a revolução comercial tivesse acelerado o processo de urbanização, a população europeia, no início do século XVIII, era esmagadoramente uma população rural. Godinho calculou em 85% a população rural de Portugal em 1801 em 81% a da Inglaterra da revolução industrial.

Estas proporções seriam, sem dúvida, igualmente válidas válidas para o Brasil açucareiro.

Os 50-60 mil habitantes, que se pode estimar houvesse em Goiás ao atingir a produção aurífera em 1760 seu ponto mais alto, viviam repartidos em dezenas de núcleos urbanos surgidos ocasionalmente nas margens dos rios e córregos auríferos, com um sustentáculo agrícola bastante débil.

Nove destes centros mineradores destacavam como centros administrativos e comerciais: os arraiais elevados à categoria de julgados. É esta uma instituição original de Goiás na época da mineração. Segundo o direito comum, somente as vilas com sua câmara e autonomia administrativa eram lugar de residência e jurisdição dos chamados "juízes ordinários". À câmara cabia igualmente cobrar certo tipo de impostos, que hoje chamariamos municipais, e administrá-los. Em Goiás, onde só existia uma câmara para um território tão extenso, encontrou-se uma solução original para facilitar a tarefa administrativa: os arraiais mais importantes passaram a ser sede de julgado e a possuir uma câmara em embrião com direito a cobrar os impostos e administrá-los parcialmente.

Nove eram os julgados em 1760. Em ordem de importância segundo as rendas de um decênio (1752-61): Vila Boa (14,741 oitavas), Traíras (9,860), Pilar (6,336), Natividade (6,266), Meia Ponte (4,337), Santa Luzia (3,055), São Félix (1,149), Arraiais (587), Barra de Palma (526). (4)

A simples enumeração destes nomes nos permite per-

ceber logo outra das características básicas inerentes ao povoamento minerador: a ocasionalidade, e, em consequência, a instabilidade.

Cinco destes julgados encontravam-se, com efeito, localizados no que era considerado norte da Capitania. Zona que, por suas condições climáticas e dificuldade de comunicações, deveria encontrar-se condenada a uma irremediável decadência apenas a queda da produção aurífera reduzisse definitivamente o metabolismo comercial. De fato, cinquenta anos depois, à época em que Silva e Souza escreveu seu informe, apresentando os dados do censo de 1804, (5), um destes arraiais — Barra de Palma — tinha deixado de existir, e outros, outrora centros de frenética atividade, eram apenas sombras de indolência esperando resignados a ação destruidora do tempo. Hoje, de Traíras, o mais opulento dos arraiais do norte, não resta nem o nome, nem a memória, nem quase a localização geográfica, e de pilar, o terceiro centro urbano em importância, só ficaram como lembrança do momento de grandeza, os sinos da matriz.

Um destino, porém, menos rigoroso estava reservado àqueles centros mineradores, que por achar-se localizados na interseção das estradas principais, por pouco frequentadas que estas fossem, haveriam de poder realizar com êxito a mudança de funções: da mineração para a intermediação comercial.

Outro das características de natureza social inerente ao povoamento da mineração é a tendência à diversificação. Diversificação social pela multiplicação do número dos pequenos e médios proprietários independentes; diversificação racial pela multiplicação dos cruzamentos entre brancos e pretos dando lugar ao predomínio quantitativo da nova categoria dos "pardos".

A documentação, até agora disponível, não permite tentar uma análise social da população livre. Nem sequer conhecemos o número dos "mineiros" — proprietários de lavras — e sua distribuição em classes sociais. Qual era sua porcentagem com respeito ao resto da população livre? Era grande entre eles o número dos proprietários pequenos e médios? São perguntas a que não nos é possível tentar uma resposta. Podemos, contudo, conjecturar que a atividade mineradora das primeiras décadas foi obra preponderantemente de mineiros modestos. Isto persuade a ausência de nomes e o fato, que estranhava aos mesmos contemporâneos, de que em toda Vila Boa não se encontrasse uma única casa assobradada. (6) Isto mesmo persuaderia o paralelismo com Minas, onde a maior parte dos

mineiros era constituída por proprietários com menos de 12 escravos.

Se o auge da mineração na década de cinquenta, e o processo mais precoce da decadência em Minas, parecem ter atraído a Goiás um certo número de mineiros poderosos com um número de escravos superior a cento e cinquenta (7); a diminuição da produtividade impedir sua consolidação como classe. O desembargador sindicante Brandão observava em 1765 — observação que pela sua superfluidade no informe em que se acha indica a estranheza ante o fato — que nenhuma casa da capital passava do andar térreo. Uma década depois era o próprio governador D. José de Vasconcelos quem começava uma carta com estas palavras: “Conversando ontem com os meus botões, que são agora os que me fazem cortes, por estar esta Vila uma tapera...” (8)

A decadência da mineração igualou os mineiros na pobreza: quando o governador Sampaio tentou ressuscitar a companhia mineradora de Anicuns não conseguiu colocar senão 54 ações, apesar de que cada ação consistia apenas num escravo vestido e ferramentado, e 12,800 réis em dinheiro. (9)

Com respeito à composição racial da população, não conservamos dados para a grande época da mineração. Só o censo de 1804 nos oferece uma base sólida para a análise. Mas nesta data, trinta anos de decadência da atividade mineradora tinham imprimido uma evolução divergente às relações normais entre proprietários e escravos, brancos e pretos.

Parece poder-se afirmar que nas primeiras décadas da mineração a sociedade se encontrava nitidamente polarizada nas duas categorias: brancos e pretos-escravos.

Um único documento, mas de inegável força, impõe esta conclusão: os registros da capitação. Como é sabido, a capitação era paga não apenas pelos escravos, mas também pelos artífices e pelos mulatos e negros forros a título de “pessoais”. Ora na capitação de 1741 apenas 120 pagaram a taxa de forros e pessoais, quando o número de escravos se elevava a quase 12 mil. (10) Se estes dados fossem conclusivos, poderíamos deduzir que os mulatos e pretos livres representavam apenas um por cento com respeito aos escravos, entre a população adulta.

Totalmente outra é a situação revelada pelo censo de 1804: os 16.531 pardos, e os 7.943 pretos forros perfaziam conjuntamente 72% da população livre. Esta inversão de proporções era, sem dúvida, fruto de decadência da mineração. Os brancos tinham emigrado em grande parte, muitos

dos escravos tinham sido alforriados ao tornar-se onerosa sua sustentação e a igualação na pobreza abrandava os preconceitos raciais favorecendo a multiplicação dos "pardos".

Contudo, esta eclosão da mestiçagem vinha lançando suas raízes desde os primeiros dias do povoamento. O livro de batizados de Meia Ponte registra 81 batismos de crianças de pais não escravos, entre 1732 e 1739: deles 39 são filhos legítimos — devemos pensar que de pais brancos — os 42 restantes, ilegítimos, ou são filhos de escrava — 30 —, de mãe forra ou mulata —, ou de pai ou pais desconhecidos. (11).

Assim a oposição originária branco-preto tendia a abranger-se pela mediação dos pardos de todos os matizes.

Igualmente a oposição social correspondente livre-escravo se tornava menos nítida com a decadência da mineração, ao diminuir a percentagem total de escravos e ao assumir o escravo formas de trabalho que o aproximavam dos pardos e pretos forros assalariados ou simplesmente vadios: os serviço doméstico, a função de vaqueiro nas fazendas de gado, a faiscação mediante uma quantidade fixa paga a seus senhores. (12)

A decadência da mineração ia acompanhada por uma decadência paralela da vida urbana — extinção, diríamos, em grandes regiões —, uma diminuição do comércio e da moeda, uma ruralização, em suma da vida, até o grau mínimo da pura subsistência.

Esta transmutação já se vinha operando desde as duas últimas décadas do século XVIII e se achava totalmente realizada à época da independência.

2) O POVOAMENTO DA PECUÁRIA

A mineração tinha coberto com uma rede irregular de pequenos arraiais e território goiano, mas só nas zonas auríferas. O resto — possivelmente dois terços do atual estado de Goiás — permanência deserto.

O mapa do censo de 1804 mostra claramente esta situação. Os quatorze julgados e quarenta arraiais achavam-se concentrados em três zonas geográficas: 1) uma primeira faixa no sentido oeste-leste com leve inclinação para o sul, constituída por uma série de arraiais descenexos ao longo da estrada que ligava Vila Boa a São Paulo e Minas: Vila Boa, Meia Ponte, Santa Luzia, e arraiais satélites. 2) Uma segunda faixa transversal, a mais densamente pontilhada de povoações, nas proximidades do Maranhão ou alto Tocantins: Pilar, Crixás, Traíras, etc. 3) Uma série de arraiais dispersos na ampla região que se

estende entre o médio Tocantins e as fronteiras com a Bahia: Cavalcante, São Félix, Arraias, Natividade, Porto Nacional etc.

Enormes regiões continuavam inteiramente virgens: o Norte todo, — nenhuma povoação se encontrava entre Porto Real e São João das duas Barras, fundado na confluência do Tocantins e Araguaia ao criar-se a comarca do Norte em 1809; a margem esquerda do Tocantins, com exceção dos dois pequenos arraiais de Pontal e Amaro Leite; o vale inteiro do Araguaia, em que apenas se encontravam pequenos núcleos de povoamento nas cabeceiras de alguns de seus afluentes; o sul e o sudoeste e a região do Mato Grosso de que em 1812 escrevia Silva e Souza: "... a grande mata que atravessa de norte a sul a capitania, em nove léguas de distância da vila, tendo de leste a oeste nove léguas, em parte mais: para o norte é extensíssima, e para o sul não se lhe conhece o fim". (13)

O povoamento dos territórios já ocupados e dos ainda totalmente vazios adquire durante esta nova fase um caráter totalmente diverso do que tivera na época da mineração: é a instalação e expansão de uma sociedade plenamente rural.

A ruralização já se vinha processando nas áreas da mineração desde duas ou três décadas antes do fim do século. A população dos arraiais mineiros refluía para o campo. A enumeração dos arraiais da Capitania, feita por Silva e Souza de acordo com o censo de 1804, parece, pela insistência, uma ladainha de requiem para a vida urbana: dezesseis vezes repete o qualificativo "despovoado" (ou seus equivalentes, quase despovoado quase deserto); com respeito a arraiais não completamente aniquilados, quatro vezes usa o verbo "conserva", carregado de preságios de ruína para um futuro imediato.

A ruralização ia acompanhada da redução da vida econômica a níveis de pura subsistência na maior parte dos casos. O comércio, tanto exterior com o interior, foi encolhendo paulatinamente até um mínimo. Entre 1762 e 1804 o imposto das entradas — índice da importação — tinha perdido dois terços de seu valor. (14) Em 1832, quando Silva e Souza escreveu seu informe para o governo central com o título de "Memória estatística", em vários dos julgados não se encontrava uma única loja (Carolina, Natividade, Crixás), em muitos outros apenas uma ou duas para atender regiões vastíssimas (Cavalcante, Flores, Conceição, São João da Palma). O total de lojas registradas na Província — faltando os informes de três dos dezesseis julgados — chegava a 57, quando em 1741, com uma população três vezes menor, as lojas chegavam a 107. Pululavam, pelo contrário, as vendas — 223 frente a 146 em 1741 —

e os mascates ambulantes, elementos simbióticos da pequena comercialização rural. (15)

Nestas condições, o gado se impõe como fator dinâmico da economia, por ser o único produto capaz de vencer as enormes distâncias, que isolam Goiás dos mercados exteriores. O gado substitui assim o ouro como produto privilegiado de exportação durante todo o século XIX, embora sem o valor cambial e a univocidade que o caracterizaram.

A lavoura adquire mais o caráter de subsistência e de pequena produção para o mercado local: unicamente o algodão se exporta em quantidades apreciáveis.

A expansão, pois, de toda esta época, se apoia na expansão da pecuária. Trata-se de um tipo de povoamento de características diametralmente opostas às do primeiro povoamento da mineração.

É um crescimento lento e ininterrupto a partir do centro, pelo aumento vegetativo das populações já existentes, e a partir da periferia, pela osmose da imigração dos criadores em contínuo avanço para o oeste.

Dos três tipos de terrenos disponíveis — matas, cerrados e campos — esta penetração silenciosa se dirige em primeiro lugar aos campos, terreno mais adequado para o pastoreiro e de mais fácil ocupação.

Este movimento, só perceptível a longo prazo, mas com a firmeza obstinada de um fenômeno da natureza, começa a manifestar-se nas últimas décadas do século XVIII. Em dois lugares, as novas tendências se manifestam mais claramente quando a Capitania vive ainda com a ilusão do retorno da riqueza aurífera: nos campos altos ao outro lado do Espigão Mestre, na fronteira com Minas e Bahia, aonde chegam as vanguardas dos criadores do São Francisco, e nos dilatados campos vazios entre o Paranaíba e o Rio Grande, que depois haveriam de constituir o Triângulo Mineiro.

Observa Silva e Souza em seu laconismo, ao descrever os arraiais existentes na primeira década do século XIX: "Flores. Pequeno arraial das — na ribeira do Paraná. . . foi cabeça de julgado, que se transferiu para Cavalcante, e agora tornou a ser novamente julgado. Esta ribeira toda oferece os melhores pastos para a criação de gado que faz um comércio considerável com a capital aos portos do mar".

"Santa Rosa. Pequeno arraial de — na mesma ribeira com capela desta mesma Santa filial das Flores.

Mato Grosso. Arraial de — da mesma ribeira com capela de Nossa Senhora da Piedade, filial das Flores" (16).

E do Triângulo: "Desemboque. Arraial de — pequeno, e muito povoadas as suas vizinhanças de lavradores e criadores: descoberto o povoado por alguns geralistas, aumentando-se depois pela concorrência dos mesmos, atraídos pelo coronel José Manoel da Silva e Oliveira, que decididamente os protegia. Freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Tem uma companhia de cavalaria e uma de ordenanças.

Araxá. Arraial do — povoado de poucos anos por geralistas, que se alongaram de Minas Gerais, e aqui se estabeleceram em roças e criação. Freguesia com o orago de São Domingos, com as filiais de Nossa Senhora do Patrocínio de Salitre, e São Pedro de Alcântara. Julgado novamente criado. Tem uma nova companhia de ordenanças. Em breve se instalaria aqui um novo distrito e uma nova freguesia em Uberaba como reconhecimento de sua crescente vitalidade, mas para então este território teria sido desmembrado de Goiás e anexado à comarca de Paracatu (1816) (18).

Perdido o Triângulo, a zona em que a criação de gado se desenvolve com mais força, durante as três primeiras décadas, é a das pastagens natrais das altas chapadas nas estribações do Espigão Mestre. Na memória Estatística nos limites com a Bahia só três julgados superam as 2.000 cabeças na exportação bovina, e os três se encontram nesta faixa: Flôres — 3124 —, Arraias — 2300 — e Conceição — 2000 — agora elevado a julgado.

É, porém, digno de observar-se que esta atividade econômica não se traduz num aumento de urbanização. Os três arraiais sede dos julgados continuam sendo dos centros urbanos menos significativos na Comarca do norte, como o demonstra o fato de não ter sido elevados de categoria — quando já se contam quatro vilas, São João da Palma, Cavalcante, Porto Imperial e Carolina na região e a pobreza de seu comércio, manifestada no número de lojas: Flores, 1, Conceição, 2, Arraias, 4, enquanto Traíras conta com 7. (19)

No sul, começa a adquirir volume a imigração de criadores mineiros que atravessam o Paranaíba. Diz Silva e Souza com respeito ao julgado de Santa Cruz: "As fazendas de gado, que existem neste julgado estão incluídas no número das sesmarias, e se aumentam cada vez mais com os geralistas, que entram a procurar estabelecimentos..." (20) Novo arraial surgido em virtude desta corrente nas fronteiras do sul é o de Catalão, fundado em 1820 segundo Cunha Mattos.

Esta região do sudeste é a que mais se desenvolverá nas décadas seguintes. Sua proximidade à zona dinâmica do

Triângulo e sua localização na estrada do sul lhe abrirá cada vez melhores perspectivas ao aproximar-se o fim do século. (21) Em 1880 contará com seis dos 26 municípios da Província: Catalão, Entre Rios —, Ipameri —, Vila Bella —, Morrinhos —, Pouso Alto —, Piracanjuba —, Santa Cruz e Bonfim — Silvânia.

Nesta mesma época começa também a ocupação dos dilatados campos do sudoeste. A lenta penetração dos pecuaristas precede de algumas décadas — como é usual neste tipo de povoamento — à formação dos primeiros núcleos urbanos, que se consolidam em torno de capelas rurais com fins religiosos e comerciais. Assim surgem Rio Verde — elevado a município em 1854 — a partir da capela de Nossa Senhora das Dores — e Jataí — primeiro capela e depois paróquia do Divino Espírito Santo, município em 1885 — e Rio Bonito — Caiapônia, município em 1873.

Mas fora destas duas regiões do sul, mapa do povoamento de Goiás continua sendo basicamente o mesmo de sessenta anos atrás com pequenas variações no extremo norte e no Vale do Tocantins onde a navegação e a catequese dão origem a diminutas povoações a partir de metade do século.

A População tinha aumentado consideravelmente, mas dentro das antigas zonas da mineração. Os 50 mil habitantes de começo de século tinham triplicado em 1872. Paralelamente a estrutura administrativo-judicial se tinha desenvolvido poderosamente: as duas comarcas de 1809 se tinham subdividido em 15, e as duas vilas haviam dado lugar a 26 municípios.

Mas este crescimento populacional e administrativo não era acompanhado exceptuando o sul — por uma expansão territorial correspondente. O isolamento de Goiás, com a conseqüente impossibilidade de exportar produtos agrícolas, condenava a agricultura a permanecer num estágio de pura subsistência. Nestas circunstâncias, as grandes matas e as regiões distantes continuavam inacessíveis. O norte todo, e o leste, Araguaia-Tocantins, permaneciam desertos. Mesmo localizada no sul, a grande mata do Mato Grosso apenas tinha sido arranhada nas bordas. (22)

Só uma transformação radical nos transportes, integrando Goiás na economia nacional e integrando entre si as diversas regiões do ecúmeno goiano, poderia oferecer perspectivas para a ocupação destas imensas solidões.

3. O POVOAMENTO DAS MODERNAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

A primeira região do Estado que pode trocar o carro de

bois e a tropa por um meio de comunicação mecânica — o “transporte barato e rápido”, que os jornais proclamavam o único meio de tirar a Goiás de seu atraso — foi o sudeste com a chegada da estrada de ferro. Em 1913 penetravam os trilhos em território goiano, depois de ter estado detido seu avanço quase duas décadas do outro lado do Paranaíba por falta de capitais — Araguari, 1896.

Significava a integração de Goiás, embora de um modo tão precário, na economia capitalista triunfante plenamente em São Paulo. Para sentir a comoção e euforia que o fato despertou, basta ler a descrição da viagem realizada pela estrada de ferro em 1925 pelo capitão Cordolino de Azevedo. (23) Toda a região atingida pela estrada — e por seus estímulos também as circunvizinhas — Despertava a nova atividade.

O censo de 1920 comenta eloquentemente este fato. O estado tinha então 500 mil habitantes, repartidos em 49 municípios: 21 ultrapassavam os 10 mil habitantes e deles dez se localizavam nesta região do sudeste, que um século antes apenas contava com um (Santa Cruz); três encontravam-se entre os cinco mais povoados (Catalão, o mais povoado com 38.500 h.; Morrinhos, em terceiro lugar com 24,500 e Ipamerí em quinto com 19.000, e sua população subia a quase um terço do total do Estado.

É verdade que o aumento de população se traduzia também em ocupação de novas áreas. A mais destacada era a bacia do Tocantins. Esta via fluvial sempre fora utilizada para o comércio com o Pará desde as últimas décadas da colônia, (24) e a imigração de nortistas — principalmente maranhenses — fora povoando lentamente as margens do grande rio. Assim se desenvolveram como escalas da navegação centros semi-urbanos elevados posteriormente à categoria de municípios: Peixe (1895), Porto Nacional (antigo Porto Real da época da mineração) Piabanha — Tocantínia — e Pedro Afonso (1903) surgidos na metade do século XIX como resultados de catequese dos índios, e Boa Vista. O fato de que este último município se apresentasse como o segundo em população do estado (25.786 h), numa região quase deserta à época de Memória Estatística, indica claramente a força da corrente migratória do Maranhão.

A bacia do Araguaia continuava, porém, despovoada: um único município, o de Couto Magalhães no extremo norte, tinha assento às suas margens; sua população rarefeita marcava o limite da penetração nortista.

A superação desta marcha de lenta penetração, e a re-

destruição da população sobre bases novas, só se conseguiria através da integração regional de Goiás e com o resto do país possibilitada pelas modernas vias de comunicação.

Um marco, neste aspecto, foi sem dúvida a construção de Goiânia. É certo que a construção da nova capital pode ser considerada como ponto de partida de um novo período na história do povoamento de Goiás não tanto por seus efeitos imediatos como pela concepção dinâmica que significava. Na construção de Goiânia se encontram expressos na intenção os elementos motores da nova ordem: urbanização frente a ruralismo, integração pelos modernos meios de comunicação, início de industrialização, modernização da infra-estrutura agro-pecuária. (25)

Superaria de muito as intenções deste esboço acompanhar o desenvolvimento das linhas deste programa na história posterior de Goiás. Podemos, contudo, apontar que estas tendências latentes começam a tomar corpo a partir da década de 50. A construção de Brasília no fim da década imprime maior aceleração a um movimento já em plena expansão.

À taxa de urbanização passa de 14,6% em 1940 e 20,2% em 195 a 30,7% em 1960 e 44% em 1970. Estas cifras, que significam a inversão em apenas duas décadas de uma estrutura secular, são expressão da proliferação dos centros urbanos e seu rápido crescimento.

A formação e desenvolvimento de uma rede de centros urbanos supõe, por sua vez, a criação de uma economia de mercado possibilitada pela integração rodoviária. Seria interessante buscar a correlação destes fatores para as diversas regiões do Estado.

Podemos, contudo, concluir, que embora o Estado de Goiás continui basicamente rural e agrário em sua economia, a tendência crescente à urbanização constitui a característica mais marcante do aumento anual da população. Exemplificaremos unicamente com a região do Mato Grosso goiano, por ser o caso mais significativo.

A construção de Goiânia, que se esperava servisse de apoio a um começo de industrialização, não fez senão colocar ainda mais em evidência o destino agropastoril de Goiás, como fronteira remota do capitalismo.

A criação de um centro urbano consumidor em expansão, e a integração de comunicações para a exportação, valorizou imediatamente as terras e as atividades agrárias. (26) A região do Mato Grosso, conjunto de terras as mais férteis do Estado

até então quase inteiramente virgens, recebeu um impulso decisivo pra sua exploração.

Em 1920 eram seis os municípios localizados na área do atual micro-região do Mato Grosso goiano: Anápolis, Anicuns, Curalinho, Campinas, Trindade, Jaraguá. Em 1940, continuavam sendo seis os municípios (Goiânia absorvera Campinas e Trindade, e fora criado o novo município de Inhumas), mas em 1950, os municípios já chegavam a 15 e na década seguinte, subiam a vinte e dois. Em 1970 chegavam a cinquenta e cinco.

Nesta data, os 35,000 Km da região do Mato Grosso concentravam mais de um terço da população total do Estado.

Isto se deve, sem dúvida, não somente à maior concentração populacional desta região, mas também ao crescimento desproporcional da capital, e da segunda cidade do Estado, Anápolis.

A mesma irregularidade na distribuição da população, embora não tão acentuada, poderíamos encontrar em outras regiões do Estado. A concentração em centros urbanos, muitos dos quais se desenvolvem a um ritmo frenético, nos pontos neurálgicos das grandes rodovias, é o signo do atual povoamento de Goiás.

NOTAS

1. Luís Palacin, Goiás 1722-1822, Goiânia, 1976, pág. 15.
2. Cf. Luiz Antônio da Silva e Souza. O descobrimento da Capitania de Goyaz. Goiânia, 1967, pág. 51ss.
3. Vitorino Magalhães Godinho. A estrutura na antiga sociedade portuguesa, Lisboa, 1971, pág. 24-5.
4. Cf. Rezumo do vencimento que teve o Concelho em cada hum anno dos dees dezta conta com distinção da Va de cada hum dos Arrayaes de Camara, A.N.B. caixa, 8, s.n.
5. O desenvolvimento da Capitania de Goyaz, op. cit. pág. 51ss.
6. Ao chegar a Goiás D. Marcos de Noronha como primeiro governador informava que não tinha encontrado uma única casa à altura de seu cargo, pois todas as casas eram de taipa, e só três tinham sobrado mas tão pequeno que consistia numa única habitação que não poderia ser dividida. S.D.E.G. ms. 192 fl. 21v.
7. Ata da Junta para deliberar sobre a atribuição e uma cota de 15/3/1756. S.D.E.S. Editais e portarias, f. 3.
8. S.D.E.G. Cartas de Governo 1772 Lº 7, f. 70.
- 9) Raimundo José da Cunha Matos, Corografia histórica da Província de Goiás, in I.L.G.B. LXXXIV, pág. 83.
10. Mapa da capitação de 1741, A.H.U. caixa 3. s.n.
11. Livro de hatizados de Meia Ponte, 1732.
12. Cf. Auguste de Saint Hilaire, Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás, coleção Brasiliana, vo. 78, pág. 193.
13. O descobrimento da Capitania de Goyaz, op. cit. pág. 10.
14. Cf. Luís Palacin, Goiás, 1722-1822, op. cit. pág. 191.
15. Cf. Luiz Antônio da Silva e Souza, Memória Estatística da Província de Goyaz, em Revista Goiana de História, nº 1, agosto 1971.
16. O descobrimento da Capitania de Goyaz, pág. 50.
17. Ibid. pág. 65.
18. Cf. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 9.º vol. Rio Janeiro, 1948, pág. 454 ss.
19. Cf. Memória Estatística, julgados de Flores, Conceição e Arralas.
20. Ibid. pág. 21.

21. Cf. Marla de Sousa França, O Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900. Estudo da Dinâmica da Ocupação Espacial, tese mimeografada, Goiânia, 1975.
22. Na época da mineração, tinham surgido pequenos arraiais nas fronteiras da densa mata do Mato Grosso: Jaraguá, Mossâmedes — aldeia de índios e residência de verão dos governadores, — Anicuns. Em 1872, na região do Mato Grosso existia um único município: o de Jaraguá.
23. Cordelino de Azevedo, Terra Distante, Rio de Janeiro, 1925.
24. Cf. Dalísia A. Martins Doles, As comemorações fluviais pelo Tocantins-Goiás, Goiânia, 1977.
25. Cf. Luís Palacin, A construção de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás, 1977.
26. A vida à época do censo de 1920, Goiás era o estado do Brasil em que a terra valia menos: apenas 8\$ por hectare, enquanto em São Paulo o valor médio já subia a 161 e no Rio 106.

HISTÓRIA ECONÔMICA DE GOIÁS

PERIODIZAÇÃO (1726-1854)

Paulo Bertran

- A) — A economia aurífera (1720-1820)
- 1) — Da Descoberta de ouro ao período da capitação:
(1726-1736)

Tratando-se da primeira fase de exploração, dita mineração de veia d'água, com jazidas incólumes, à flor da terra, acredita-se fosse o período de maior rentabilidade das minas de Goiás. Não havendo casa de fundição nem Governo no território, a sonegação do imposto do quinto deve ter atingido proporções enormes e o envio do ouro volta-se para a Bahia e Pernambuco. Desconhece-se cifras do período.

Uma estatística de 1735 indicaria 6.580 escravos nas minas goianas. Saint-Hilaire indica que todos esses anos renderam 120 Kg/ouro de impostos de importação, entradas, nível dos ricos anos 1760. Instalação das minas e Arraiais do Rio Vermelho (1721/31), Santa Cruz, Meia Ponte; de Crixás e Guarinos (1733), Rio Maranhão (1730-35) (Água Quente, Trafras, Niquelândia) — Em 1730, proibia-se, sem resultado, a passagem de outros caminhos que não o de São Paulo.

2) — Do final do primeiro período do quinto ao fim do período da capitação (1736-1751).

A capitação foi um imposto estatístico, em lugar do quinto (sobre a produção). Taxada em 17 gramas ouro/ano por escravo, fosse qual fosse seu rendimento ou o das lavras. Era do ponto de vista colonila, imposto controvertido. Em 1735 possuía Minas Gerais 100.000 escravos que produziram cerca de 9.000 Kg/ouro por ano, portanto 90 gramas por escravo produtor. Se permanecesse o imposto do quinto renderia exatamente 17 gramas/escravo. Mas a taxa de risco por escravo, para o produtor, subia extraordinariamente: não se sabia quais lavras seriam rendosas bastante para compensar o imposto de capitação. Para Goiás foi favorável: procurando evitar o risco em suas lavras já conhecidas, os garimpeiros de

Minas dirigiram-se aos novos descobertos de Goiás, duplicando a escravaria concernida, que passou de 6580 em 1735 a 14.330 em 1738.

Vigorando a mesma taxa, infere-se que seriam 17.000 os escravos em 1741 e cerca de 20.000 em 1750. Em 1749 instala-se o Governo da Capitania de Goiás.

Em 1741, recebia o governo colonial 290 Kg/ouro a título de capitação, 90 pelo imposto de importação (entradas), 40 em dízimos sobre a produção agrícola, 10 a diversos. Soma 430 Kg/ouro de impostos, representando um produto interno da economia de 1.300 Kg de produção aurífera, cerca de 600 Kg pagos à importação de escravos e bens e 400 Kg, pagos ao setor agropecuário — e aparentemente — 500 Kg de ouro como resultado líquido. O importante é que quase 1/3 da produção interna já coubesse à agropecuária, mostrando a importância que adquiriam já as fazendas goianas. O custo de governar-se Goiás foi, em 1741, de 81 Kg/ouro e o resultado fiscal, remessa líquida ao reino, de 350 Kg/ouro.

Em 1750, a capitação arrecadada orçava 350 Kg/ouro, representativos de 20.000 escravos. Mas a instalação do Governo de Goiás no ano anterior, onerava sobremodo e em 1750 registrava-se um déficit fiscal da ordem de 70 Kg/ouro.

No período de 1736/51, período de vigência da capitação, além da instalação do Governo da capitania em 1749, notabilizam-se os descobrimentos de ouro em Pontal (1738), Cavalcanti (1740), Pilar (1741), Santa Luzia (1746), Coca!, Te-souras, Bonfim. Em 1737 proíbe-se a navegação do Tocantins, como prevenção ao contrabando.

3) — O apogeu Aurífero (1751-1770)

CARACTERÍSTICAS — O retorno do imposto dos quintos (alçado sobre a produção e não sobre o trabalho, como fora o caso da capitação) — trazia novo alento à mineração, em termos de riscos de investimento. Só se pagaria imposto sobre o que se produzisse.

Em 1751, recolhe-se 600 Kg/ouro a título de imposto do quinto, quase o dobro de 1750. Representativo de 3.500 Kg/ouro. Relatando o fato o Conde dos Arcos explica: "houvera dois descobertos úteis e estiveram retidos nas minas, grande quantidade de ouro em pó sem fazer-se pagamento aos portos e de repente houve que liquidar as dívidas".

Era consequência da substituição da capitação pelo imposto do quinto. A taxa de risco onerando o fator trabalho obrigava a fazer-se compras a prazo e agora, a vigência de um

imposto desta vez sobre a produção, diminuindo a taxa de risco, fazia com que os devedores goianos saldassem "seus pagamentos aos portos". Não satisfeita com o resultado da volta do quinto, Portugal tenta negociar em Goiás o imposto de quota fixa ou finta, que anos mais tarde daria fogo à Inconfidência Mineira.

Em 1753 Goiás propõe pagar 240 Kg/ouro anuais.

Em 1756, 300 Kg/ouro. Propostas pouco satisfatórias, visto o quinto de 1753, render 604 Kg e o de 1756, 465 Kg/ouro. Não houve quota e não houve derrame em Goiás.

Na década de 1750/60 a produção média legal de ouro orçou-se por volta de 2.500 Kg/ano.

Na década de 1760/70 caia 30%, a nível de 1700 Kg/ano.

Entre 1770/80 nova queda de 30%.

A critério do imposto de importações, entretanto, a fase áurea é a década 1765/1774, quando se o arrematou a 288 Kg/ouro, imposto pouco inferior à média do quinto na época.

Entre 1765/74, os quintos renderam, em média 314 Kg/ouro, representativos de 1.600 Kg/ouro/ano na produção. Compunha-se um produto bruto de que 1600 Kg provinham da mineração, uns 600 da produção agro-pecuária, e ainda importava-se em gêneros e escravos algo como 100 Kg/ouro/ano.

Em 1778 dividia-se a renda em 50% na mineração, 30% na agricultura e 20% na importação. Em que uma metade comprava a outra.

Nos quase rinta anos de 1751-1780, Goiás produziria no mínimo 50.000 Kg de ouro de que cerca de 10.000 Kgs. foram a título de pagamento dos quintos reais.

Em 1751, 65% do trânsito comercial dava-se com a Bahia e 45% com o Rio de Janeiro.

Desse período de apogeu data o definitivo estabelecimento urbano e rural das minas de Goiás. Durante ele, ergueram-se as principais igrejas e prédios, fixaram-se localidades nas áreas mais promissoras à mineração ou ao comércio. Em 1751, o cartógrafo Tossi Colombina situa 30 arraiais nas Minas de Goiás, número que se eleva a 40, 15 anos após.

Melhora-se a rede viária do Estado: por volta de 1765 abre-se a picada da Estrada Real, desde Catalão até Natividade. Também a ligação Vila Boa-Cuiabá é levada a bom termo.

4 — O processo de decadência (1780-1800)

A decadência da mineração em Goiás deu-se muito len-

tamente. Mesmo no apogeu, as quedas de produção vinham à razão de 30% a cada decênio.

A partir de 1780 acelera-se a decadência, de formas que a produção aurífera no decênio 80/90, apresentou 40% da queda em relação ao de 70/80. Na década seguinte de 1790/1800, nova queda de 40%.

Nesses 20 anos a produção legal de ouro não atinge 13.000 Kg/ouro, contra os 50.000 dos 30 anos anteriores.

Preocupante entretanto não é somente a queda da produção, mas principalmente a manutenção do nível das importações feitas pelas Minas de Goiás.

De 1780 a 1796 caindo a produção em 35%, as importações apenas caem em 13%, resultando em inevitável descapitalização das minas.

Subitamente, a partir de 1795, a nova realidade abate-se sobre os goianos e as importações caem 39% de um golpe.

Nesta fase suspende-se a proibição da navegação do Tocantins, incentiva-se a navegação do Araguaia e desde o governo Mossamedes (1772) trata-se com acuramento da questão de redução dos índios, visando garantir a colonização do território face à decadência iminente.

TRANSIÇÃO DA MINERAÇÃO À AGROPECUÁRIA

(1800 — 1823)

Caracteriza-se o período, pela extinção da produção aurífera. Em consequência, encolhiam as trocas comerciais. As importações caem, portanto, em mais de 50% no período e, em 1823 as exportações goianas (ouro e agrícola) davam apenas 82% de cobertura àquelas.

A descapitalização da província forçava a diminuição do estoque de escravos, que era de 20.072 em 1808 e apenas 13.375 em 1824. Equilibra-se a escravatura em termos de sexo. Ainda com a mineração, em 1804, o sexo feminino representava 40% do total de escravos, em 1824, 50%.

Em 1804 a concentração de escravos na população goiana (38%) era inferior à média observada no Brasil todo (48%).

Apesar da decadência do ouro, mantinha-se a população de Goiás. De 1783 (59.287 habitantes) a 1804 (50.365) observava-se razoável descenso, recuperado a partir de 1823, quando registra-se 61.000 habitantes e possivelmente algo como 50.000 indígenas.

Desde há muito tempo, porém, instala-se a conversão agrícola das Minas de Goiás. Em 1730, no auge dos desco-

brimentos iniciais, registra-se grande fome entre os mineradores incautos. Mas, diferentemente de Mato Grosso e Minas Gerais, já haviam aprendido paulistas e reinóis que era mais rendoso uma fazenda do que uma mina de ouro. Na década de 1740 (Conde D'Alva) proíbe-se a abertura de novas lavras antes de prover-se as cercanias de roças agrícolas.

Disso resultou que a partir de meados do séc. XVIII a agricultura goiana progredisse em sintonia com a mineração, valendo 390 Kg/ouro (1741), 680 (1765), 570 (1776), 600 (1778), 740 (1780), 530 (1788), 410 (1795). Esses valores ascendentes e descendentes refletiriam antes o valor dos bens agrícolas, conforme a demanda do setor de mineração do que propriamente mudanças em sua estrutura de produção.

Mas no concerto das atividades internas de Goiás, cada vez acentua-se mais a agricultura no produto interno: 27,8 (1765), 32,6 (1776), 35,6 (1778), 41,9 (1780), 46,3 (1788), 45,8 (1795).

Em 1830, referia-se o setor agrícola a cerca de 3.500 estabelecimentos rurais, em que funcionavam 249 engenhos de cana, ainda permitindo o algodão de seu plantio o funcionamento de 1.580 rodas domésticas de fiação de tecidos.

A transição ouro-agropecuária dá-se portanto ao longo de um século. Sem o primeiro, muito dificilmente o segundo teria as dimensões apresentadas no séc. XIX.

Mineração de ouro ainda pratica-se por todo o séc. XIX, substituindo-se no séc. XX pela de diamante e a de cristal.

Sua importância econômica porém não vai além das décadas iniciais do séc. XIX. Como resultado lega a fase aurífera a Goiás cerca de 50.000 habitantes, 2/3 do território devassado, 50 localidades urbanas e 3.500 estabelecimentos rurais.

Como estrutura administrativa do território são 14 os julgados em 1804. E já por esta época muda bastante o quadro de trocas extra-regionais. Se em 1751, 65% do trânsito comercial dá-se com a Bahia e 35% com o Rio de Janeiro, em 1806 as importações goianas provém 46% da Bahia, 15% do Rio de Janeiro, 26% de São Paulo e 10% do Pará.

C) AUTARQUIA REGIONAL, ECONOMIA PECUÁRIA E MIGRAÇÕES (1823-1854)

Talvez seja este dos mais avaros períodos de Goiás em termos de informações econômicas, como de resto do Séc. XIX o é muito mais do que o séc. XVIII.

Após a independência e até após a ascensão de Pedro II, desapruma-se o aparato colonial de Governo, e sua contabilidade, deixando em Goiás uma simulação de Governo, fiscalmente exausto e portanto estatisticamente nulo.

Uma única estatística, coletada por Silva e Souza em 1828, dá as linhas gerais do que pode ter sido a evolução econômica do período.

Nesse ano haveria em Goiás 3.500 estabelecimentos rurais dos quais 2.260 dedicavam-se à prática mista agropecuária de abastância e 670 à pecuária.

Em 1806 os estabelecimentos mistos, situados predominantemente no sul de Goiás, exportavam presumíveis 29 contos de produtos agrícolas, enquanto a exportação pecuária superava 43 contos. Em 1828 ascendia a 63 contos, representativos de umas 20.000 cabeças de gado.

Mais de 70% das exportações pecuárias faziam-se pelo nordeste de Goiás, consistindo em um mercado marginal dos sertões do São Francisco. Dos 670 estabelecimentos pecuários de Goiás contavam-se 230 ao longo da Serra Geral, (de Arraias a Formosa) e ao longo do Tocantins mais 250, (de Niquelândia a Natividade).

Entretanto, esse setor de exportação, (o único significativo em Goiás na primeira metade do século XIX) não gerava excedentes em termos urbanos: as transações realizavam-se por escambo, nas próprias fazendas. As instituições regionais do Nordeste estagnaram-se ao nível do que eram em fins do século XVIII.

Já no sul de Goiás, havendo prática agrícola, os esforços visavam um sistema de substituição de importações, registrando-se grande número de engenhocas de cana, fiações, etc... Apenas três itens eram insubstituíveis: sal, pólvora, chumbo e ferragens. Principalmente o sal: compunha, em 1828, 2/3 das importações de Pilar, equivalendo a todas as exportações desse julgado. Sal para o gado.

Finalmente, a base do sistema agrícola era altamente solapada pela falta de escravos. Em 1828 importaram-se 93 escravos a 39 contos, metade da receita de exportações da província e representando 0,5% do efetivo de escravos em Goiás, cifra inferior certamente à própria reposição. De 20.000 escravos em 1808, ia-se a 10.000 em 1872.

Entretanto, acentuam-se nesse período as imigrações para Goiás.

No Nordeste Goiano, em razão da pecuária, foi contínuo o fluxo de Baianos desde fins do séc. XVIII, ocupando-se na

primeira metade do séc. XIX as regiões de Posse, Sítio D'Abadia, S. Domingos (1800-1830) e em seguida Damianópolis, Mambai, Taguatinga e Ponte Alta (1830-40), cessando por volta dos anos 1850 e só reiniciando após 1880.

Já no Norte Goiano são maranhenses que em 1818 fundam Tocantinópolis e ao longo desse século, buscando as pastagens que cessavam na Amazônia, abrem fazendas no médio Tocantins. Entretanto, novas cidades na região do "bico" só surgirão na segunda metade do séc. XIX. Por volta de 1880 religiosos fundam aldeamentos indígenas em Pedro Afonso e Jamimbú.

Já provindos de Minas Gerais, a partir de 1830, fundam os imigrantes mineiros Caiapônia, Rio Verde, e Jataí, penetrando profundamente o Sudoeste Goiano e atingindo nos anos 1850, Itarumã e Caçú. Novas levas de imigrantes só após 1870.

Dos núcleos de mineração goianos e das fronteiras de Minas, recoloniza-se o Vale do Meia Ponte, ao (longo de nova estrada aberta em 1824 ligando Itumbiara a Campinas), dando assentamento aos núcleos de Morrinhos e Piracanjuba, irradiando-se para Pontalina, Bela Vista e Palmeiras. Nova ocupação da região no Século XX.

Em consequência da inanição dos governos da época (em 1844 as receitas governamentais giram da ordem de 16 contos, para uma problemática despesa de 120 contos), também da decadência das relações intra e extra-regionais após o ouro e sobretudo em função dos fluxos migratórios, atingindo o sul, norte e nordeste, desmorona-se a unidade administrativa do Território. Em 1840, Goiás perde o Triângulo Mineiro, em 1837, para o Maranhão, o município de Carolina; e mesmo em 1821, nas lutas da Independência, cabia a Joaquim Teotônio Segurado instalar um governo do Norte de Goiás, de efêmera existência.

Finalmente na data terminal do período (1854) cria-se o Registro Paroquial, instrumento de apropriação ou reapropriação das terras, que surtiu pela época efeitos de verdadeira reforma agrária, fazendo desdobrar-se, termo médio, cada sesmaria em três fazendas novas.

No período 1823-1856 passa a população de Goiás de 61.000 a 122.000 habitantes.

Durante boa parte desse período, tendo sido suspensas contribuições do Tesouro Imperial, desequilibram-se os orçamentos do Governo. Em 1850 o Governo de Goiás fixou receita

de 57 contos de que arrecadou-se 39, enquanto a despesa orçou-se em 60 contos.

Nesse ano a dívida ativa subia a 85 contos e a passiva a 63. Nos trinta anos desse conturbado período entretanto, resultados positivos extrairam-se em termos de aldeamentos indígenas no Araguaia e Tocantins, cuidou-se bastante da educação fundando-se, o primeiro jornal (1830), escolas (27) no interior e o Liceu (1846) na Capital. Sobremodo tratou-se de organizar a navegação do Araguaia-Tocantins, além de melhoramentos urbanos em muitas localidades principalmente na cidade de Goiás.

OS MANDARINS DO BRASIL IMPERIAL

Eul Soo Pang

Os políticos do Império Brasileiro (1822-89) têm proporcionado inspiração para uma vasta produção de escritos históricos. Os estudiosos têm sentido dificuldade, entretanto, em fazer generalizações válidas em relação aos padrões de carreira dos políticos imperiais: recrutamento, treinamento, integração e desenvolvimento dentro das escalas da elite política (1). Boas biografias fornecem detalhes úteis sobre políticos individuais e suas carreiras, mas não identificam o sistema adotado pela monarquia com o objetivo de desenvolver sua elite própria. Generalizações têm sido baseadas em casos individuais, e não existe um tratamento adequado dos padrões de carreira coletiva.

o objetivo deste estudo é triplo:

- a — sugerir uma teoria geral (2) da formação da elite política;
- b — realizar um teste simples da teoria, com dados estatísticos originados de fontes publicadas, e;
- c — na medida em que a utilidade da teoria seja convenientemente demonstrada, explorar seus possíveis usos na abordagem de futuros estudos históricos do Império Brasileiro.

Esta é somente uma tentativa preliminar para construir uma teoria histórica simples, mas real, segundo a qual os complexos processos da política imperial e o desenvolvimento sócio econômico possam ser explicados em termos de papel, função e ideologia da elite. Isto não quer dizer que o estudo da elite seja o único meio para se entender o período imperial da história brasileira.

A elite política nacional do Império Brasileiro — isto é, os altos escalões eletivos e as nomeações oficiais do governo imperial — aproxima-se do tipo ideal do mandarim, em papel, função e ideologia. O termo **mandarim** é usado neste estudo para acentuar as similaridades da elite política brasileira com as elites de outros países. Comparações de implicações mais

amplas podem ser delineadas, mas não é este o objetivo deste estudo. Tradicionalmente, o termo tem sido associado com os funcionários políticos e civis chineses. Em anos recentes, entretanto, os estudiosos têm empregado o termo **mandarim** em uma acepção análoga, para descrever o recrutamento e a formação de um agente político centralizadamente controlado, bem como o seu papel na unificação do país e na definição de uma ideologia nacional, tendente a justificar a continuação do sistema social, econômico e político vigente. Assim, o termo mandarim (3) não foi arbitrariamente introduzido neste estudo. O conceito de **mandarim** como um educado agente político, com funções específicas e uma ideologia nacional ou oficial, é usado para simplificar a tarefa de construir uma teoria histórica aplicada ao Brasil.

A expressão **classe dos mandarins** refere-se à elite política nacional, cujos elementos são originários tipicamente de formações sócio-econômicas e educacionais semelhantes, com declaradas aspirações políticas similares, voltadas para idéias sociais e políticas convencionais. Para o objetivo deste estudo, a classe dos **mandarins** é operacionalmente definida como incluindo todos os ministros imperiais (e, igualmente, os presidentes do Conselho de Ministros), membros do Conselho de Estado e Ministros do Supremo Tribunal, Senadores do Império e presidentes de províncias, assim como deputados que previamente tenham assumido um ou mais postos executivos ou judiciários dos acima citados. Determinados termos, como **formação dos mandarins e carreira do mandarinato** têm significado conceitual especial neste estudo, e referem-se a situações padronizadas nas vidas dos políticos referidos acima.

Os sociólogos têm usado o termo **circulação de elites**, para indicar:

- a — o processo segundo o qual membros individuais de uma elite são substituídos periodicamente por meio de recrutamento, e
- b — a emergência ou a substituição da elite no poder por uma elite nova ou rival.

O objeto deste estudo está contido na primeira definição de circulação de elite. O estudo evidencia um processo de formação de **mandarins**, por meio do qual uma pessoa é admitida à elite em virtude de direito hereditário como membro de uma camada social superior, ou como possuidor de educação mais elevada, ou ainda pelo recrutamento para postos políticos e administrativos, ou para estágio como agente imperial em nível provincial; ou, finalmente, pela sua própria habilidade em

progredir na carreira escolhida, de acordo com normas geralmente aceitas. A elite brasileira circulou não somente no sentido de entradas e saídas individuais da elite, mas também no sentido geográfico, com o objetivo de adquirir uma vasta gama de experiências. O conceito de **circulação geográfica de elites** é introduzido para descrever esse estágio, um dos componentes da formação dos mandarins.

A teoria de formação da elite, assim descrita, pode ser usada para reinterpretar vários aspectos da História do Brasil no século XIX. Dois ângulos foram escolhidos para estudo: a preservação do Brasil como um país unificado após a independência de Portugal, e sua posterior desintegração em estados semi-autônomos, quando a República substituiu o Império. Durante sua educação formal e subsequente estágio administrativo, os **mandarins** brasileiros assimilaram valores e perspectivas nacionais, que os capacitaram a servir aos interesses da monarquia, mais do que a permanecerem escravizados a interesses regionais, econômicos e familiares. Durante os primeiros anos críticos do Império, a elite, socialmente homogênea e nacionalmente orientada, foi a parteira da unidade brasileira, governado em nome de uma ideologia que ela chamava pela unidade nacional sob a monarquia. A função unificadora, desempenhada pelos mandarins, oferece uma explicação para o fato de o Brasil não se dividir em várias nações, à semelhança da América Espanhola.

Mas a ênfase emprestada pela elite aos valores nacionais sobre os regionais contribuiu, mais tarde, para a queda do Império. Depois de 1850, a expansão do setor do café no Centro-Sul e a revitalização da economia açucareira do Nordeste levaram a uma revisão da ideologia nacional, com a qual os **mandarins** justificavam seu papel. Por um lado, a ideologia dos mandarins exigia a centralização política e administrativa, como garantia da unidade nacional sob a monarquia. Por outro lado, a economia de exportação exigia a descentralização, como incentivo, para o crescimento. A inabilidade dos **mandarins**, como um grupo, em se adaptarem às necessidades do desenvolvimento econômico regional, manifestou sua inadequabilidade para dirigir os interesses nacionais. Cada vez mais sob ataque, depois de 1870, a ideologia oficial permaneceu inflexível às exigências do setor de exportação e contribuiu para a impopularidade da própria monarquia. Os **mandarins**, pois, contribuíram tanto para a unidade como para a desintegração do Império Brasileiro.

1) — Os Mandarins Brasileiros

O conceito de mandarim é baseado no caso clássico da China. Os mandarins **chineses** não eram dignatários eleitos, mas funcionários vitalícios da dinastia reinante ou do governo. Suas responsabilidades políticas estavam intimamente relacionadas com a legitimidade do Imperador, rei ou político a quem serviam. O **status** de **mandarim** estava, teoricamente, aberto a pessoas de todos os estratos sociais, na medida em que os integrantes do grupo seletivo eram determinados por exames nacionais; mas, na realidade, a oportunidade para adquirir a necessária educação dependia, de alguma maneira, da riqueza da família. Os **mandarins** eram orientados para os problemas da administração interna. Depois de completarem seu treinamento formal na capital nacional, os **mandarins** chineses alternavam-se nas várias províncias a serviço do governo nacional ou dinastia, e por este processo adquiriam uma visão geral da realidade nacional. O tipo ideal de **mandarim**, portanto, é o do agente político de visão nacional, educado especialmente, que observa os interesses nacionais em nome da mais alta autoridade política (4).

A elite política nacional do Brasil Imperial assemelhava-se ao tipo ideal do mandarinato, sob vários aspectos. Os **mandarins** brasileiros podiam ocupar postos eletivos ou podiam ser agentes indicados pelo Imperador. A administração interna do Império era o seu objetivo. Durante um período de treinamento, eram eles enviados, alternadamente, a várias províncias e, depois de alcançarem o **status** de **mandarim**, alguns deles continuavam a servir em regiões diversas do Império. Através do recrutamento, formação, circulação geográfica e acesso na carreira, sobrepujavam suas origens provinciais e adquiriam atitudes orientadas nacionalmente. O recrutamento dos **mandarins**, no Brasil, era bem mais restrito à classe social elevada do que na China. Os mandarins brasileiros não eram escolhidos através de exames acessíveis a todos os candidatos qualificados, mas pelo processo de educação universitária, o qual acarretava despesas substanciais e ficava, portanto, geralmente limitado aos herdeiros de famílias ricas. A única alternativa paralela à educação universitária, para a admissão à elite, era a carreira militar, seguramente um privilégio dos estratos mais altos, apesar de indivíduos da classe média e baixa serem admitidos para os corpos de oficiais, em número cada vez maior, depois de 1850. Entretanto, a composição da classe dos mandarins brasileiros era determinada, em alto grau, pelas conveniências nacionais, mais do que baseada no talento.

O sistema social do Brasil, no século XIX, assentava-se na exportação de produtos agrícolas e minérios, e dependia, principalmente, do trabalho escravo. A classe governante, ou elite social, era fundamentalmente composta pelos grupos associados à economia de exportação — a aristocracia fundiária e os negociantes engajados na importação e no comércio de exportação. A elite social somava os profissionais urbanos, o alto clero e os oficiais militares. Estava concentrada naquelas províncias (antigas capitanias-gerais ou capitanias subordinadas) mais diretamente envolvidas na economia de exportação, as quais também eram as mais populosas: Bahia e Pernambuco no Norte, e São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no Centro-Sul. A elite social monopolizava as ocupações que eram consideradas **carreiras de cavalheiros**. Os mais altos postos do governo, advocacia, diplomacia, administração pública, exército, marinha e igreja constituíam profissões refinadas; medicina e engenharia representavam vocações mais progressistas da mesma classe (5). Desde que cada uma destas profissões requeria um extenso período de formação especializada e, conseqüentemente, despesa considerável, somente os filhos de famílias ricas podiam aspirar às **carreiras de cavalheiros**, (6). Um exame dos lugares de nascimento dos graduados na universidade (bacharéis), no começo do século XIX, proporciona a evidência do monopólio da educação superior pela oligarquia vinculada à economia de exportação. Dos 180 brasileiros que se formaram na Universidade de Coimbra, entre 1800 e 1830, 149 (82,5%) vieram das 5 mais ricas e mais populosas províncias (7). Outro indicador da associação existente entre educação superior e elite social, baseada na economia de exportação, é o fato de que todas as 4 faculdades (de Medicina e de Direito) fundadas no Brasil, entre 1808 e 1828, estavam localizadas em quatro dessas cinco províncias. Assim, a proximidade geográfica propiciou à camada social mais alta acesso fácil aos centros de formação, onde uma **carreira de cavalheiro** era iniciada.

Antes de 1808, a educação pós-secundária não era viável no Brasil, porque Portugal, diversamente da Espanha, não estabeleceu instituições de ensino superior em suas colônias. A Universidade do México estava formando **criollos** educados no começo de 1560; e antes do fim da época colonial, os domínios americanos da Espanha possuíam 25 universidades de diversas categorias, ainda que algumas destas oferecessem carreiras resumidas e incharacterísticas (8). Em contraste, o Brasil obteve sua primeira instituição de educação superior somente depois que a Família Real portuguesa fugiu para a América, preferindo

o exílio diante dos exércitos de Napoleão, em 1807. Antes dessa época, a Universidade de Coimbra, fundada em 1288, servira como centro de formação profissional para todo o Império Português. Portugal, novamente em contraste com a Espanha, não excluiu sistematicamente os **criollos** (mestiços) dos altos postos administrativos. No fim do século XVIII e começo do século XIX, um número cada vez maior de brasileiros fez a peregrinação à Coimbra, a fim de estudarem para profissões socialmente aceitáveis no direito, na política e em outras atividades semelhantes. A lista dos líderes formados em Coimbra inclui astros da constelação dos heróis brasileiros, tais como José Bonifácio de Andrada e Silva (O Patriarca), José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), Manoel Alves Branco (segundo Visconde de Caravelas), Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), e Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes). (9)

A existência de uma única universidade ajudou à Coroa Portuguesa a ter a certeza de que seus administradores metropolitanos e coloniais partilhariam uma ideologia comum, propósito este, que os reis espanhóis tentaram alcançar limitando os postos de elite aos peninsulares. Os estudantes brasileiros em Coimbra provinham de origens semelhantes (isto é, de famílias associadas à economia de exportação), mas a intercomunicação, dentro dessa presumível elite, não começava senão quando eles se encontravam em Coimbra e assimilavam as mesmas idéias, sob a tutela portuguesa.

Muito antes de a integração física do Brasil tornar-se uma aspiração, a integração da elite foi alcançada na universidade. Na época da formatura, os estudantes presumivelmente tinham sido despojados de seus pontos de vista provincianos e imbuídos de perspectivas imperiais. Os graduados iniciavam, então, suas carreiras. Aqueles que se iniciavam no serviço da Coroa começavam com postos administrativos, geralmente nas metrópoles, e progressivamente alcançavam posições mais altas na burocracia (10).

Depois da Independência, o processo de formação da elite foi transferido para instituições de ensino superior brasileiras. O príncipe D. João tinha estabelecido centros de instrução médica na Bahia e no Rio de Janeiro, quando chegou ao Brasil e em 1832 aqueles centros tornaram-se faculdades de Medicina (11). D. João rejeitou, todavia, pedidos para a fundação de uma universidade, e quando a Independência brasileira

foi proclamada, em 1822, a jovem nação não contava com nenhuma instituição dedicada ao estudo das leis.

Em 1823, a Assembléia Constituinte debateu o estabelecimento de uma universidade ou universidades, com muitos dos deputados discutindo os méritos e suas respectivas províncias. A dissolução da Assembléia retardou a abertura de escolas de direito por 5 anos, mas os deputados concordaram em que um aspecto seria decisivo; a fácil acessibilidade. Bahia e Pernambuco, no Norte, e Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no Centro-Sul, eram tidos como os centros demográficos e econômicos do Império. Consequentemente, o Governo Imperial fez uma escolha deliberada ao localizar as escolas de direito e de medicina nas províncias mais populosas. Bahia e Rio de Janeiro já tinham recebido escolas médicas antes da independência. Pernambuco e São Paulo, ao invés de Minas Gerais que não tinha acesso ao mar, foram selecionadas para sediarem as duas novas escolas de direito; em 1828, faculdades de direito foram abertas em Olinda (transferida para Recife em 1854) e em São Paulo (12). Tal distribuição permitia fácil acesso à elite em perspectiva. Membros menos ricos da aristocracia latifundiária, da classe dos comerciantes e de outros setores ligados à economia de exportação, que normalmente não teriam condições para enfrentar as despesas da viagem transatlântica para Coimbra, agora poderiam receber educação universitária. Assim, as escolas de medicina e de direito, estrategicamente localizadas, ofereciam não somente serviços educacionais para os brasileiros, como um todo, mas também acentuaram as oportunidades de mobilidade social. Com o objetivo de preservar uma instrução padronizada em todo o Império e formar os estudantes de acordo com uma ideologia nacional, os professores eram selecionados, pagos e frequentemente trocados entre as duas escolas pelo Governo Imperial. De maneira idêntica, aos estudantes era permitido que se transferissem de uma faculdade de direito (ou de medicina) para outra, em qualquer momento do curso de 5 anos.

As faculdades de direito figuravam com maior destaque no recrutamento e formação dos futuros administradores e políticos, do que as escolas de medicina. O estadista encarregado de esboçar os estatutos das faculdades de direito escreveu que as faculdades eram estabelecidas "com o fim de capacitar homens e educá-los para serem um dia sábios juízes e hábeis advogados, os quais são tão necessários, enquanto que outros poderiam vir a tornar-se ilustres deputados e senadores, ou seriam qualificados para ocuparem postos diplomá-

ticos e outras funções do Estado” (13). A Academia de São Paulo tornou-se a Meca dos rapazes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e até da distante província do Mato Grosso (14). Identicamente, Olinda — Recife atraía estudantes do Norte e Nordeste, se bem que a tradição da educação em Coimbra tenha sido continuada por muitos rapazes de famílias nortistas, por motivos de prestígio. Por volta de 1856, as escolas de direito em São Paulo e Olinda tinham graduado em torno de 1804 bacharéis (15).

Ajustada ao modelo de Coimbra e provida de professores ali formados, cada faculdade de Direito oferecia um curso de 5 anos que levava ao grau de bacharel. Durante aqueles 5 anos, a academia representava o primeiro estágio da integração da elite, familiarizando mentalidades provincianas com a perspectiva nacional ou brasileira. A inculcação de valores comuns nos estudantes de direito iria tornar-se uma força unificadora, mais tarde, quando os graduados espalharam-se pelas várias províncias, a serviço do Imperador (16). As faculdades de direito também contribuíram para a integração da elite, de uma maneira informal. Grupos formados durante os anos de estudo sempre se mantiveram como focos de associação política, após a formatura. Mediante a confraternização e instrução formal, pessoas de origem e lealdades diferentes eram ligadas entre si, para formarem uma elite relativamente homogênea, orientada de acordo com as necessidades supraregionais da monarquia brasileira e, nos anos da década de 1850, os primeiros mandarins formados em São Paulo e Olinda ocuparam posições de poder. Gradativamente, eles substituíram os líderes educados em Coimbra.

Em virtude de seu grau universitário, qualquer bacharel poderia optar por uma **carreira de mandarim**. Nem todos os formados, entretanto, quiseram seguir o segundo estágio do treinamento de mandarim. Alguns começavam a advogar por conta própria, ou dedicavam-se às transações de importação — exportação, ou administravam fazendas e praticavam a agricultura, sempre em ocupações relacionadas com os interesses econômicos de suas famílias. Qualquer uma dessas profissões poderia, subseqüentemente, levar à carreira política, através de eleição para uma assembléia provincial ou para a Câmara de Deputados. Mas desde que tivessem deixado de completar o **treinamento de mandarim**, essas pessoas tinham menores probabilidades de alcançarem o **status** de mandarim. Os formados em direito que aceitavam a indicação para postos imperiais, em nível provincial, tinham melhores chances de atingirem o

alto escalão de pessoas que forjavam as decisões governamentais, como integrantes da **carreira de mandarim**. O segundo estágio dessa carreira era a circulação **geográfica**.

II) — **Padrões da carreira de mandarim**

Uma vez que um bacharel em direito decidisse entrar para a política, seus primeiros contatos eram feitos através do sistema de família extensa; as ligações políticas e econômicas paternas eram especialmente importantes na determinação das oportunidades dos rapazes (17). Alguns mandarins em perspectiva eram distinguidos com importantes indicações imperiais, logo após a formatura. Mas, geralmente, o bacharel **empenhado na carreira** de mandarim ingressava na política cumprindo um período de estágio, durante o qual servia ao Imperador em posições menos importantes, e assim completava seu treinamento para o **status** de mandarim. Postos para os quais eram comumente nomeados os novos graduados eram os de juiz municipal, juiz de direito, promotor público, delegado de polícia e vários cargos menores, centrais ou provinciais. Os mais altos postos incluíam os de chefes de polícia, presidente de província e desembargador. Depois de começar sua carreira política, cada um progredia de acordo com uma combinação de personalidade, carisma, talento, laços de casamento, ligações familiares e sorte política.

A circulação geográfica dos mandarins em perspectiva teve lugar em 3 níveis: inter-provincial, regional e nacional. Um dignatário podia circular quase exclusivamente dentro de uma única província, geralmente sua província natal. Um bacharel, graduado recentemente, sem ligações familiares muito boas, seria provavelmente designado para uma comarca do interior, por exemplo, como juiz. Mas depois que tivesse servido por um ano ou mais, o líder de seu partido podia recompensar-lhe a lealdade e reconhecer-lhe a experiência, transferindo-o para um distrito de maior prestígio. Na província da Bahia, por exemplo, a indicação para um dos municípios da área do Recôncavo era considerada como um progresso significativo; para citar outro exemplo, o município de Goiana, em Pernambuco, indicava o mesmo grau de prestígio que o do Recife, a capital. Para adquirir a experiência necessária à administração nacional, entretanto, o mandarim necessitava de familiarizar-se com os problemas de mais de uma província.

Um nível mais alto de circulação era o regional. Os dignatários imperiais geralmente circulavam em regiões de condições sociais e econômicas similares. Um juiz, servindo na

Bahia, por exemplo, seria provavelmente transferido para uma província do Norte ou Nordeste, e não do Sul ou Oeste. Ao nível de presidente da província, um comportamento similar deveria ser observado. Aqueles que provassem suas habilidades, em nível regional, eram então transferidos para cargos em outras regiões, onde deveriam completar o processo de treinamento.

O nível final de **circulação geográfica** era o nacional. Mandarins eram transferidos entre várias províncias, em regiões diferentes. Neste estágio de circulação, os postos de juiz de direito, chefe de polícia, desembargador e presidente de província eram importantes. Servir como presidente de província era, talvez, o estágio crucial do **treinamento de mandarim**. O cargo servia, frequentemente, como meio de atingir postos mais altos tais como os de deputado geral ou senador do Império, Ministro do Supremo Tribunal ou Ministro de Estado. O tempo de serviço como presidente de província era curto. Minas Gerais, por exemplo, teve 59 presidentes durante os 67 anos do Império, com uma média de pouco mais de um ano para cada mandatário. Adicionando-se outros 58 períodos, durante os quais os vice-presidentes exerceram a autoridade, entre a saída de um presidente e a chegada do próximo, os períodos administrativos tiveram, em média, menos de 7 meses (18). Dignatários semelhantes, em Mato Grosso, ficaram pouco menos de 2 anos como presidentes sendo de pouco menos de 1 ano cada período administrativo (19). Muitos fatores explicam essas mudanças rápidas. Uma vez que os partidos políticos se alternavam no poder, os líderes das diferentes facções colocavam seus próprios homens na presidência das províncias. Muitos presidentes usavam seus cargos para assegurar eleições para o Senado Imperial ou para a Câmara dos Deputados, assim que deixavam aquelas funções. Curtos períodos permitiam aos **mandarins** que estavam em treinamento ganharem experiência em muitas províncias, e impediam que estabelecessem fortes ligações em qualquer delas.

Assim como entre as nomeações distritais, as presidências das diferentes províncias variavam em prestígio. As presidências de grandes províncias eram postos cobiçados. A concentração de população existente em Minas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro era decisiva, na competição de grupos para assegurar a maioria na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, as presidências dessas províncias gozavam de elevado prestígio. A direção de províncias que experimentavam agitação crônica era uma manifestação de confiança do

Imperador e do seu gabinete, e, como tal, considerada uma honra; o Rio Grande do Sul é um exemplo marcante.

O processo de **circulação geográfica** servia a três funções básicas: 1) removendo um futuro **mandarim** de sua província de origem e estabelecendo um relacionamento direto entre ele e o Imperador, enfraqueciam-se suas ligações com a terra natal, fazendo com que ele ficasse dependente do governo imperial; 2) — expondo cada **mandarim** a contatos com diferentes indivíduos, grupos e situações, completava-se o processo de abertura começado na universidade, no sentido de aquisição de uma perspectiva nacional; e 3) — familiarizando cada **mandarim** com problemas peculiares a diferentes regiões do Império, ele se capacitava a, mais tarde, tomar decisões com conhecimento mais amplo do País. Aquelas pessoas que ocupavam posições decisivas como presidentes de província recebiam, ainda, outro benefício do seu treinamento como **mandarim**. Como agentes pessoais do Imperador, eram encarregados da conciliação de muitas divergências nas províncias que presidiam, agindo na defesa das pretensões imperiais de legitimidade. A experiência prática em unificar os diversos elementos dentro da província, bem como sua associação íntima com os interesses da monarquia, psicologicamente reforçavam a ideologia nacional de unificação sob o Império, e faziam com que os veteranos presidentes de província se tornassem especialmente capacitados para a administração nacional.

A **circulação geográfica**, em nível nacional, completava o treinamento do **mandarim**. A esta altura, já tinha ele presumivelmente abraçado a ideologia oficial de unidade nacional sob a monarquia, de construção da integração sócio-econômica do país, de necessidade de frustração de qualquer força ou tendência centrífuga. Aquelas pessoas que tinham alcançado este estágio eram considerados parte de um **pool** de elite, no qual o Imperador recrutava seus cônsules e administradores. Quando ocorreu a radicalização política, esse **pool** de **mandarins** foi sensivelmente fragmentado entre diversas tendências partidárias. Durante as últimas duas décadas do Império, cada partido tinha muitos líderes. Isto permitia ao Imperador considerável liberdade na escolha de um **mandarim** para organizar um novo ministério. Outros líderes partidários eram aliciados com indicações prestigiosas para postos diplomáticos ou ministeriais, ou para a presidência de províncias importantes (20).

O Senado Imperial ocupava um lugar especial no sistema da elite dos mandarins. Era considerado o posto mais elevado

que um político poderia atingir durante sua carreira, exceto o de Primeiro Ministro, porque, sendo vitalício o cargo de senador, este ficava livre das incertezas às quais os políticos menos categorizados estavam sujeitos. O Imperador, pessoalmente, escolhia cada senador dentre os 3 candidatos que recebiam mais votos em eleição provincial. Cada província tinha direito a 3 senadores em cada período. Durante todo o Império, somente 235 pessoas detiveram esse cobiçado posto. Apenas aqueles que tivessem servido à Nação, em alguma missão oficial, podiam ser nomeadas para o Senado, mas este requisito não limitou os seus membros a pessoas que houvessem concluído o **treinamento de mandarim**. Médicos, oficiais militares, comerciantes, fazendeiros e altos eclesiásticos, assim como advogados e juizes foram honrados com essa distinção pelo Imperador. Muitos começavam sua carreira política em assembleias provinciais, e depois passavam à Câmara dos Deputados. Quase todos os senadores do Império haviam servido como deputados gerais, e muitos — mas não a maioria — tinham sido presidentes de província. O Senado abrigava uma reserva conveniente de mandarins talentosos, os quais o Imperador poderia utilizar para preencher postos administrativos, tais como a chefia dos vários ministérios. Quase todos os membros do Conselho de Estado, e quase todos os presidentes do Conselho de Ministros foram escolhidos dentre os senadores (21). Durante as décadas de 1870 e 1880, muitos senadores foram nomeados presidentes de **províncias-chave**, o que é uma indicação da importância das presidências de província naquela época.

O clímax da **carreira de mandarim** era a responsabilidade de organizar um ministério imperial. Pedro II usualmente escolhia para tal honra uma pessoa nascida em uma província importante, que tivesse recebido educação universitária, completada pela **circulação geográfica**, e que fosse aceita na **classe dos mandarins**. A eficácia do Primeiro Ministro não dependia, muitas vezes, da sua habilidade de controlar chefes de facções e partidos políticos, mas do seu relacionamento com o Imperador, presumindo-se que ele houvesse conquistado esse requisito durante seu tempo de aprendizado. Do Primeiro Ministro não se esperava que atendesse aos interesses de sua província natal — normalmente este trabalho competia aos Deputados e Senadores — mas que administrasse o Brasil em nome da Coroa. Colocando-se acima da política provinciana, o Primeiro Ministro protegia os privilégios imperiais nas províncias, através da escolha judiciosa dos seus presidentes e de outros

administradores locais. O cargo de Primeiro Ministro era a maior honra à qual um mandarim poderia aspirar.

III — Características e estudo de casos

A partir das generalizações feitas acima sobre os padrões da **carreira de mandarim**, cinco características devem ser evidenciadas. Em primeiro lugar, a radicalização da política partidária no Segundo Reinado (1840-89) alterou o objetivo da **circulação geográfica**. Escolher uma data para indicar tal mudança é algo um tanto ou quanto arbitrário, mas 1868 servirá para este fim. Até a formação do gabinete de 6 de julho de 1868, e especialmente durante a **era da conciliação** (1868-7), os gabinetes ministeriais geralmente incluíam representantes dos maiores partidos, o Liberal e o Conservador. As presidências de províncias e outros cargos imperiais, a nível provincial, eram considerados cargos mais administrativos do que políticos. Todavia, devido ao crescimento da hostilidade, inter e intra-partidária, os Primeiros Ministros começaram a escolher seus ministros em bases partidárias. Depois de 1868, todos os membros de um gabinete pertenciam a um mesmo grupo, e cada gabinete nomeava elementos leais ao partido para cargos importantes nas províncias. Às tarefas administrativas dos presidentes de província, dos chefes de polícia e dos juizes de direito era adicionada a tarefa partidária de assegurar a vitória eleitoral para o seu grupo (22).

Devido à radicalização da política, ocorrida depois de 1868, os mandarins não mais detinham os cargos, indefinidamente. Quando um partido chegava ao poder, passava a controlar todos os ministérios imperiais, preenchia os cargos de presidentes de província e de chefes de polícia com seus correligionários, nomeava homens que lhe eram fiéis para a judicatura de certas comarcas-chave, e pedia ao Imperador para dissolver a Câmara dos Deputados, a fim de que o partido obtivesse a maioria através de novas eleições. Somente os senadores do Império e os ministros do Supremo Tribunal, que tinham cargos vitalícios, sentiam-se seguros, enquanto que os **mandarins** do partido da oposição, derrotados, iam para suas fazendas, ou para as atividades de importação-exportação, ou para os negócios bancários. Em outras palavras, eles eram excluídos do **pool** até que seu partido retornasse ao poder, quando novamente voltariam aos serviços administrativos.

Para os membros do partido no poder, era comum a mesma pessoa ocupar dois cargos. Antes, um deputado geral, nomeado presidente de província, ou um suplente, no caso

de juiz de direito, se as circunstâncias regionais exigiam sua presença enquanto a Câmara estava em sessão, ele poderia confiar seu lugar a um substituto, enquanto tomava conta das tarefas provinciais (23). Os Senadores do Império eram sempre pressionados para servirem como presidentes de províncias, depois de 1868, a fim de atenderem aos interesses partidários.

Um segunda característica diz respeito ao enfraquecimento das ligações dos políticos com sua província natal durante o processo de **circulação geográfica**. O deslocamento de um jovem advogado, digamos, da Bahia para cargos imperiais, em outras províncias, necessariamente enfraquecia suas bases de poder. Isto não quer dizer que próceres como João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), Manuel Pinto de Souza Dantas, e José A. Saraiva tenham perdido o direito de influir na política baiana. Ao contrário, as elites provinciais frequentemente pediam favores àqueles **mandarins** baianos pelo seu crescente prestígio político e influência; em troca, a vontade dos mesmos nas eleições e em outras ocasiões era muito respeitada, na Bahia. O que se sugere não é que os **mandarins** rompessem todas as ligações com sua província natal, pois eles permaneciam como membros das elites regionais ou das oligarquias provinciais, e ali mantinham interesses econômicos. Não esperavam, contudo, usar sua província natal como degrau que lhes permitisse acesso na carreira. Para um **mandarim**, as oportunidades dependiam menos de uma base de poder provincial do que de suas qualidades pessoais, sendo que a amizade pessoal do Imperador, uma boa posição dentro do partido e sorte política eram outros fatores que também contavam.

A existência de variados padrões de carreira é uma terceira característica. Formação superior em uma escola de direito e **circulação geográfica** constituíam a rota mais comum para o **status** de **mandarim**, mas outras vias permaneceram abertas. Alguns poucos mandarins nunca receberam graus universitários. Outros eram médicos ao invés de advogados. Outros, ainda, formaram-se em academias militares e utilizaram a carreira nas forças armadas ou na marinha como meio de acesso ao **status** de **mandarim**. Fazendeiros e comerciantes também integraram grupos de **mandarins**, geralmente em virtude de eleição para o Senado do Império. Mas as posições mais altas na estrutura administrativa imperial eram, normalmente, reservadas para aqueles que tinham seguido os padrões ideais de formação de **mandarins**, descritos acima.

Uma quarta característica diz respeito à transição de

cargos administrativos, de nomeação, para cargos políticos eletivos. A qualquer nível de **circulação geográfica**, o dignatário imperial poderia ser eleito para algum cargo. Um juiz de direito, por exemplo, ganharia um lugar na assembléia legislativa da província na qual estava servindo. Em verdade, tais ocorrências eram tão comuns que o Governo Imperial tentou, em muitas ocasiões, impedir que funcionários imperiais se envolvessem em política local, promulgando leis que declaravam incompatibilidades entre certos cargos públicos. Outro caminho para a política eleitoral era a eleição para a Câmara dos Deputados pela província natal, enquanto o candidato servia como mandatário do Imperador em alguma outra região do País; tal feito requeria família poderosa e laços políticos naquela província.

Parece oportuna, finalmente, uma advertência contra a tendência a considerar-se a teoria como a descrição de um processo inexorável, pelo qual descendentes das abastadas famílias ram selecionados, moldados, preparados e levados, através de cargos hierárquicos, aos altos domínios do Governo Imperial. Muitos moços que ingressaram na **carreira de mandarim** subsequentemente deixaram-na, por motivos de ordem pessoal. Outros foram alijados por incompetência pessoal, ou por alguma infeliz junção de eventos que anulavam suas oportunidades de progresso, ou pela inimizade de rivais poderosos.

A teoria pode ser ilustrada mediante o exame das carreiras de alguns mandarins-líderes, o que demonstrará a unidade e diversidade da elite política imperial. José Antônio Pimenta Bueno servirá como exemplo do político que personifica muito bem o padrão ideal de mandarim. Nascido em São Paulo, em 1803, Pimenta Bueno recebeu educação secundária modesta e integrou a primeira turma de bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1832. Nomeado juiz da alfândega, imediatamente após a formatura, foi elevado ao posto de juiz de direito de Santos, no ano seguinte. Em 1836 e 1837, serviu como presidente de Mato Grosso. Retornando a São Paulo, fez um doutorado em Direito e foi nomeado juiz de direito do Paraná (então uma comarca de São Paulo). Após breve período como juiz da Relação do Maranhão, Pimenta Bueno foi ministro plenipotenciário no Paraguai, representante de São Paulo na Câmara dos Deputados, Ministro de Assuntos Estrangeiros, Ministros da Justiça, presidente do Rio Grande do Sul, Senador do Império, Ministro do Supremo Tribunal, membro do Conselho de Estado e Primeiro Ministro. O Imperador conferiu-lhe o título de Marquês de São Vicente e outras honrarias. Antes

de tornar-se Primeiro Ministro, em 1870, Pimenta Bueno tinha desempenhado funções públicas em cinco províncias diferentes (24).

O exemplo mais conhecido do **mandarim** que seguiu a carreira militar é o de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). Caxias nasceu em 1803, na província do Rio de Janeiro. Seu pai era Marechal de Campo do Exército português, e mais tarde foi Senador do Império. Desde os 5 anos, Caxias tornou-se soldado. Formou-se na Academia Real Militar, no Rio de Janeiro, em 1819. A expulsão das tropas portuguesas do Brasil foi sua primeira campanha, seguida por serviços no Sul, durante as Guerras Cisplatinas e a Revolução Farroupilha. Em 1840, o Imperador nomeou-o presidente do Maranhão, então no auge da revolta contra a monarquia. Foi enviado para São Paulo e Minas Gerais, para esmagar as revoluções liberais de 1842, e depois nomeado presidente do Rio Grande do Sul, presidente daquela província uma segunda vez em 1851, presidente do Conselho de Ministros em três ocasiões entre 1856 e 1875, e comandante das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Seu posto militar e a dignidade do seu título nobiliárquico contribuíram para elevar seu prestígio, até que ele se tornou Comandante-em-chefe das forças armadas e o único duque brasileiro (25).

João Lins Cansansão de Sinimbu (Visconde de Sinimbu) oferece o exemplo de um mandarim que não seguiu o padrão ideal de alternância entre tarefas subalternas, ao nível de província, antes de tomar posse em cargos mais importantes. Nascido em Alagoas, em 1810, Sinimbu formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1835 e depois continuou seus estudos na França e na Alemanha. Em 1839, foi eleito para a Assembléia Provincial de Alagoas, enquanto ainda estava na Europa. Retornando, foi escolhido vice-presidente da Província, no mesmo ano, e em dezembro de 1839, nomeado presidente de Alagoas. Ser elevado para um posto tão importante como o de presidente de província, sem serviços prévios em cargos imperiais menos importantes, era uma ocorrência rara. Subsequentemente, Sinimbu seguiu o padrão clássico: presidente de Sergipe, Rio Grande do Sul e Bahia, ministro residente no Uruguai, juiz de direito e chefe de polícia na província do Rio de Janeiro, deputado geral e Senador por Alagoas, Ministro do Império em ocasiões diversas, Primeiro Ministro e membro do Conselho de Estado (26).

Outras exceções, em relação ao caminho ideal a ser seguido na carreira, devem ser citadas. Francisco de Paula

Souza e Melo não recebeu educação universitária devido a graves problemas de saúde em sua juventude; não obstante atingiu o cume da carreira de mandarim ou seja, a presidência do Conselho de Ministro. (27). Da mesma forma, José Pedro Dias de Carvalho nunca obteve grau universitário, mas serviu como ministro em cinco gabinetes, foi presidente de Minas Gerais, deputado geral, Senador do Império e Membro do Conselho de Estado (28). João Alfredo Correia de Oliveira começou sua carreira na Assembléia da província de Pernambuco, e nunca exerceu nenhum posto judicial ou de polícia, os quais geralmente proporcionavam, aos que se preparavam para o mandarinato, sua primeira experiência política; todavia, ele também tornou-se Primeiro Ministro (29). Os caminhos para o **status** de **mandarim** eram vários. A teoria meramente aponta os mais comuns.

IV) — Um teste preliminar

Um teste adequado para a teoria descrita acima requererá extensa pesquisa em dois níveis diferentes: primeiro, a identificação dos membros da elite e a acumulação de dados biográficos; e, segundo, a pesquisa-empírica sobre o papel individual dos membros da elite em posições decisórias. Somente o primeiro nível será discutido aqui. A maioria dos ocupantes de cargos podem ser identificados em listas publicadas, mas os dados biográficos são incompletos. O exame de toda a elite ou mesmo uma tentativa, ao acaso, de conhecimento de parte da elite tem demonstrado ser impossível. Um teste preliminar da teoria será tentado aqui, baseado em material relacionando com os presidentes da província de São Paulo, Bahia e Mato Grosso, com os ministros imperiais e com os presidentes do Conselho de Ministros. As origens sociais dos mandarins são um aspecto da teoria que não pode ser testado, devido à falta de informações; somente os locais de nascimento, educação e padrões de carreira de elite serão examinados. Uma vez que dados biográficos adequados sejam utilizáveis, a teoria poderá ser testada mais satisfatoriamente.

Coleções de informações biográficas dos presidentes de São Paulo e Bahia fornecem um núcleo de informações que deve ser estudado à luz da teoria da formação da elite (30). A utilização de dados referentes a essas duas províncias é relevante, pois ambas eram importantes, econômica e politicamente, e pertenciam a regiões geográficas diferentes. Informações quase completas sobre os presidentes de Mato Grosso mostram um contraste conveniente, pela relativa falta de expres-

são de Mato Grosso na política imperial e na economia nacional; seu **status**, como uma distante região de colonização, e seu valor estratégico-militar caracterizam-no como elemento útil para comparação (31).

Durante o período do Império, 123 pessoas serviram como presidentes de São Paulo, Bahia e Mato Grosso; 6 destas pessoas presidiram duas das três províncias. O Quadro I mostra diagramas compostos do local de nascimento e de educação dos presidentes. Para maior simplificação, o Brasil é considerado como dividido em duas regiões: a nortista, integrada pelo Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e a sulista, formada por Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (incluindo a Corte), São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O local de nascimento dos presidentes revela que a circulação regional era mais comum que a circulação nacional. Dos 47 presidentes da Bahia; 33 (70,2%) nasceram no norte comparados com 12 (25,5%) nascidos no Sul. De modo semelhante 30 (60%) dos 50 presidentes de São Paulo nasceram no Sul, enquanto somente 14 (28%) eram do Norte. Desde que os locais de nascimento de 1/4 dos 32 presidentes de Mato Grosso são desconhecidos, generalizações para esta província são menos exatas, entretanto, pelo menos 15 (46,9%) eram sulistas, e pelo menos 6 (18,8%) nortistas. Os diagramas também indicam que o Imperador (ou o Primeiro Ministro) sempre convocava os políticos para presidirem suas províncias natais. Dos presidentes de São Paulo, 28% eram nativos da província, e 36,1% dos presidentes da Bahia eram baianos natos. (Ver Quadro I).

Somente 2 (6%) dos presidentes de Mato Grosso eram naturais dessa província, pois os cargos imperiais eram largamente monopolizados pelas 5 províncias costeiras essenciais para a economia de exportação, e também porque Mato Grosso dispunha de relativamente poucos graduados em cursos superiores.

Os padrões de educação mais elevada também revelam uma importante razão para a circulação regional: 23 (48,9) dos presidentes baianos formaram-se na Faculdade de Direito de Olinda ou na Faculdade de Medicina da Bahia; somente 5 (10,6%) formaram-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e nenhum na Faculdade de Medicina do Rio. Da mesma maneira, os presidentes de São Paulo eram predominantemente graduados em escolas sulistas, com um percentual de 44% contra 20% de egressos das escolas nortistas. Essa correlação

não deve ser encarada como uma coincidência, em relação à escolha de nortistas para governarem a Bahia, e de sulistas para presidirem São Paulo. As informações referentes à educação dos presidentes de Mato Grosso são inconclusivas, quanto a preferência pelas escolas superiores do Norte ou do Sul. Dados confiáveis, porém, indicam que uma alta percentagem foi atraída pelo exército, refletindo o **status** de Mato Grosso como província fronteiriça. Pelo menos 17 (53,1%) foram educados em academias militares ou seguiram carreiras militares, em comparação com 14% de São Paulo e 4,3% da Bahia.

Dados biográficos dos ministros imperiais permitem outro teste preliminar da teoria. O Quadro II contém informações sobre os locais de nascimento, educação e altos cargos de 219 pessoas que ocuparam pastas ministeriais durante o Império. (23). Os sulistas predominavam, com 103 ministros (47%) contra 86 (39,3%) do Norte. As 5 províncias chave — Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo — contribuíram com 146 (66,6%) do total de ministros. A maioria destes era formada em direito, somando 147 (67%). 49 (22,4%) foram educados em academias militares ou em algum curso para a carreira militar; 10 formaram-se em matemática ou em engenharia civil; 6 em medicina, 1 era eclesiástico e 7 não tinham grau universitário. A experiência política e administrativa dos ministros era ampla: 112 (51,1%) serviram como presidentes de uma ou mais províncias no curso de suas carreiras; 121 (55,3%) foram Senadores do Império; 174 (79,5%) ocuparam lugares na Câmara dos Deputados.

Uma terceira categoria de dados informa sobre as carreiras dos presidentes do Conselho de Ministros. 23 pessoas serviram como Primeiros Ministros entre a criação do cargo, em 1847, e a queda do Império, em 1889. Desde que todos eles eram bastante conhecidos, informações quase completas a respeito de seus dados biográficos são facilmente encontradas em fontes publicadas (33) e estão resumidas no Quadro III.

Os lugares de nascimento dos Primeiros Ministros indicam várias tendências. Os nortistas predominaram sobre os sulistas, na proporção de 60,9% contra 34,8%. 19 (82,6%) dos 23 Primeiros Ministros nasceram em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, evidenciando que estas 5 províncias monopolizavam os postos mais altos do Governo Imperial. A Bahia, sozinha, teve 9 (39,1%) Primeiros Ministros. Da mesma forma, 8 Primeiros Ministros foram educados no Norte, comparados com 5 que o foram no Sul. 18 (78,3%)

receberam diplomas de direito, um de medicina e 3 de matemática ou engenharia civil.

Os padrões de carreira dos Primeiros Ministros tendem à comprovar a teoria. 14 (60,9%) começaram suas carreiras como juízes ou delegados de polícia designados pelo Governo Imperial, a nível de província. 6 (26,1%) começaram na política provincial, como dignatários não eleitos do Governo provincial; 2 (8,7%) começaram em um nível mais elevado: um (Sinimbu) foi nomeado presidente de Alagoas logo depois de completar sua educação, e outro trocou sua posição de professor na Academia Militar por uma pasta ministerial. Somente um (Caxias) seguiu carreira militar, à qual, em seu caso, foi adicionada experiência administrativa e política como presidente do Maranhão, presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes, e Senador pelo Rio Grande do Sul. De todos, 19 (82,6%) dos Primeiros Ministros serviram como presidentes de, pelo menos, uma província, antes de ingressarem no Ministério; 11 (47,8%) presidiram 2 ou mais províncias. 22 ocuparam lugares na Câmara dos Deputados, sendo que Caxias foi eleito para a Câmara, mas nunca assumiu o cargo. Dois aceitaram sua primeira investidura Ministerial quando foram nomeados para o cargo de Primeiro Ministro; os demais tiveram experiência anterior no gabinete. 3 eram Ministros do Supremo Tribunal. 19 tiveram assento no Conselho de Estado, e um dos quatro restantes foi nomeado para o Conselho, mas rejeitou o cargo. A totalidade dos 23 compunha-se de senadores: 20, antes de se tornarem presidentes do Conselho de Ministros; 2 durante suas presidências e um depois.

Os testes preliminares, utilizando dados disponíveis, oferecem uma medida da credibilidade do amplo esboço da teoria de formação da elite, descrita anteriormente. A predominância de naturais das 5 províncias ligadas à economia de exportação parece dar substância conclusiva à tese de que elas monopolizavam os altos postos do Governo Imperial. A prevalência de bacharéis em direito, entre os ministros e Primeiros Ministros, corrobora a noção difundida de que as faculdades de direito detinham a primazia da formação de políticos e administradores, sob o Império. Mais da metade dos ministros ocuparam presidências de província, indicando elevada taxa de circulação geográfica; as informações mais detalhadas relativas às carreiras de Primeiros Ministros proporcionam evidência mais ampla da existência de **circulação geográfica** em uma variedade de cargos. A idéia de que o Senado e a Câmara dos Deputados funcionavam como **pool** da elite é

sustentada pela alta percentagem de ministros e Primeiros Ministros, que foram senadores e deputados. O elevado número de oficiais militares que se tornaram ministros reforça a assertiva de que a carreira militar era a alternativa mais comum ao grau de bacharel, como via de acesso ao **status** de **mandarim**. A existência de uma elite de **mandarins**, educada prioritariamente nas faculdades de direito e treinada através do exercício de uma série de cargos imperiais, em nível de província, parece ter sido convenientemente demonstrada.

V) — Implicações da pesquisa

Durante os 67 anos do Brasil Imperial, a elite política nacional desempenhou duas funções relevantes: a de consolidar a unidade nacional e a de impedir a desintegração das instituições monárquicas, em torno da qual aquela unidade estava sendo construída. Estes pontos serão discutidos resumidamente, a fim de sugerir os meios segundo os quais a teoria da formação da elite deve ser usada na pesquisa histórica.

Muitos historiadores e cientistas sociais tem tentado reconciliar a diversidade brasileira com a manutenção, no Brasil, de uma realidade única, acentuando variáveis que extrapolam do histórico para o etnocultural (34). Dois historiadores têm estudado especialmente a função da elite política nacional. João Camilo de Oliveira Torres afirma que “o estabelecimento de uma rede de agentes da autoridade central... através do país criou, de fato, condições efetivas para a unidade política do país. “E prossegue em suas afirmações, dizendo que a unidade política teria sido impossível sem o não-partidário “poder moderador” do Imperador, e seu principal órgão político, o Conselho de Estado (35).

Francisco José de Oliveira Vianna atribui a unidade brasileira à força centrípeta da monarquia, ajudada por “uma aristocracia titulada, uma elite universitária e uma nobreza burguesa”, atuando como agentes do Imperador (36). Oliveira Vianna refere-se, por outro lado, às elites locais cuja lealdade à monarquia era assegurada pela generosa distribuição de títulos nobiliárquicos, comendas e patentes; e, por outro lado, à formação de elite nacional nas instituições de ensino superior. A concessão de títulos e outras honrarias a potentados sequeiosos de **status** era comum, sem dúvida, e uma efetiva barreira contra movimentos separatistas, pois o **status** das elites locais permanecia, assim, ligado diretamente à monarquia. Este é um assunto merecedor de pesquisa aprofundada. O presente estudo, entretanto, está preocupado somente com a função

dos **mandarins**, no sentido de criar e preservar a unidade nacional.

A tarefa que o Imperador enfrentou, ao procurar conciliar os interesses regionais e neutralizar as inquietações e frequentes revoltas armadas contra a monarquia, foi realizada através da formação de uma elite política, centralmente controlada e orientada para valores nacionais. Durante os primeiros anos de independência, Pedro I, fortemente identificado com o elemento nativo do Brasil, escolheu líderes brasileiros natos como seus conselheiros. Em breve, entretanto, rodeou-se de ministros portugueses e adotou procedimentos que os nacionalistas consideravam nocivos aos interesses brasileiros; estas ações contribuíram para a insatisfação que gerou sua abdicação forçada em 1831. De 1831 a 1840, a Nação foi governada por uma série de regentes, em nome do Imperador Pedro II, ainda criança. Faltando a direção do legítimo sucessor do trono, o Brasil, sob a Regência, estava em perigo de fragmentar-se em muitas nações; de fato, o período foi marcado por numerosas revoltas contra a autoridade imperial. O Brasil, entretanto, sobreviveu às várias guerras civis e insurreições regionais, dado que o Governo Imperial pôde contar com os canais de comunicação social proporcionados pela elite de mandarins. A reforma das medidas, a criação da Guarda Nacional em 1831, a concessão de maior autonomia às províncias pelo **Ato Adicional** de 1834, e o sistema quase parlamentar de governo provaram ser alternativas preferíveis à fragmentação da nação. O período da Regência foi um teste único da viabilidade da elite política nacional, a qual estava amargamente dividida em relação aos problemas políticos, mas era coesa no que dizia respeito à unidade nacional, sob a monarquia. Origens sócio-econômicas comuns, formação universitária e circulação geográfica a serviço do Imperador contribuíram para a integração ideológica dos **mandarins**. O sucesso dos **mandarins** em formar e preservar a unidade nacional foi atribuído a esta ideologia comum.

Se o crédito da unidade nacional deve ser atribuído aos **mandarins**, também se deve a eles um pouco de culpa pela queda do Império. Historiadores têm tradicionalmente explicado a deposição de Pedro II como resultante da retirada do apoio da aristocracia rural (devido à abolição da escravatura), da Igreja (devido aos conflitos Estado-Igreja), e dos corpos de oficiais (devido à desatenção do Imperador para com os militares) (73). Uma explicação alternativa pode ser encontrada, estudando as mudanças econômicas que o Brasil experimentou,

depois de 1850, e o comportamento da elite de **mandarins** em face destas mudanças.

No meio do século, a longa série de desafios à monarquia terminara e o Brasil entrara em um período de 15 anos de paz e estabilidade política. Esta nova estabilidade, juntamente com um bom número de moderadas reformas decretadas pelo governo Imperial, tornaram o período propício ao crescimento econômico. A abolição do comércio de escravos, em 1850, propiciou o investimento de capitais no desenvolvimento de projetos de agricultura, indústria e transporte. Embora não fosse um modelo de estímulo à indústria, o código comercial de 1850 facilitou a formação de corporações e estimulou a atividade mercantil em geral. O Governo Imperial promoveu a imigração estrangeira, os negócios bancários e o desenvolvimento do sistema de transportes, particularmente as estradas de ferro. A substituição de escravos por trabalhadores livres, gradualmente, ganhou aceitação nas fazendas de café no centro-sul, e até entre alguns plantadores de açúcar, no Nordeste.

As transações bancárias, a construção de estradas de ferro e o desenvolvimento urbano progrediram, com o Brasil atravessando uma época de expansão econômica sem precedentes. O emergente setor cafeeiro do Centro-Sul e a economia açucareira revitalizada, no Norte, integram-se nos negócios internacionais, suprindo os mercados urbanos da Europa e da América do Norte com produtos agrícolas, enquanto o Brasil recebia em troca produtos manufaturados. Por um pequeno espaço de tempo, a eficiência e legitimidade das instituições políticas existentes, isto é, das instituições da monarquia centralizada, agindo no interesse da classe escravocrata, pareciam ser capazes de permitir que florescesse uma nova prosperidade.

O desenvolvimento acelerado da economia agrícola acentuou as diferenças entre o Norte e o Sul, particularmente após o término da Guerra do Paraguai, em 1870. A maior parte do influxo do capital estrangeiro e a imigração eram dirigidos para o Sul, enquanto que o desenvolvimento dos transportes concentrou-se, também nessa região. A mudança dos padrões de mão-de-obra reforçou as disparidades regionais. O crescimento da economia do Norte baseava-se na instituição da escravidão, enquanto os plantadores de café, no Sul, cada vez mais voltavam-se para imigrantes livres europeus, como sua primeira fonte de mão-de-obra. Atitudes e valores diferentes também ampliaram o abismo entre o Norte e o Sul; a nova aristocracia do café era relativamente progressista, em

suas idéias econômicas e sociais, mas a maioria dos plantadores de açúcar permaneceu limitada à tradição e insensível às mudanças (38). Enquanto a prosperidade produzia a ilusão da estabilidade, as sementes do conflito eram plantadas na diferenciação regional.

As mudanças econômicas, após 1850, representaram as primeiras alterações importantes da ideologia oficial dos mandarins. Muitos líderes políticos não abraçavam mais as idéias de unidade nacional e centralização política, acima dos interesses econômicos de suas províncias natais. As diferentes necessidades econômicas regionais dividiram os partidos Liberal e Conservador em facções políticas rivais, e a emergência do Partido Republicano, em 1870, aumentou a cisão da elite (39). Os líderes políticos do café e as oligarquias do açúcar frequentemente divergiam em relação a temas como a abolição, o **poder moderador** do Imperador, a necessidade de reformas políticas e outros problemas que ameaçavam a estabilidade do regime monárquico. A disparidade entre o Norte e o Sul era evidente, não somente na arena política, como também nos diferentes estilos de formação da elite que se tinham desenvolvido nas faculdades de direito de São Paulo e do Recife. Joaquim Nabuco, que começou seus estudos jurídicos em São Paulo e depois transferiu-se para Recife, achou os estudantes do Norte indiferentes ao sentimento abolicionista, já bastante forte entre os de São Paulo; a indiferença dos acadêmicos de direito do Norte refletia a atitude dos plantadores de açúcar. Quando Nabuco, um liberal radical e abolicionista, foi eleito para a Câmara dos Deputados, por Pernambuco, em 1878, tornou-se o representante do urbano e relativamente progressista Recife, e não do interior, com tendência pró-escravatura (40).

No estágio inicial de desenvolvimento, uma economia de exportação requer alto grau de descentralização, permitindo livre escolha de opções para atingir um crescimento intenso, em nível local. Uma vez que o governo se torne dependente do setor de exportação como fonte de rendas, o controle institucional, sob a forma de regulamentos cambiais, suprimento de mão-de-obra e outras medidas protetoras — torna-se necessário para garantir a sustentação do crescimento da economia. Durante a década de 1870, o Brasil estava precisamente em meio à fase de expansão da economia exportadora. Na falta de indústria e agricultura diversificadas de exportação, o Império dependia mais e mais do setor cafeeiro para o sucesso da economia nacional. Por outro lado a monarquia, devido à sua ideologia tradicional de unidade nacional, através de con-

trole político centralizado, era incapaz de permitir a autonomia local flexível, de que precisava a economia de exportação em expansão para crescer. Códigos comerciais e bancários e práticas administrativas estandardizadas, aplicadas generalizadamente à nação, sucederam-se sem proveito (41). A ideologia dos **mandarins**, que servira para a construção da nação antes de 1850, era uma armadilha da qual a monarquia e sua elite não podiam desembaraçar-se por si mesmas.

Para tornar mais grave a situação, as discordâncias entre as facções políticas provocaram a frequente intervenção do Imperador. Ministérios eram depostos rapidamente, para acomodar facções particulares dos partidos Liberal e Conservador. O Imperador não admitia qualquer esforço no sentido de realizar modificações no sistema político. Provavelmente, não houve grandes políticos, durante as últimas duas décadas do Império, nem mesmo entre aqueles que continuavam a abraçar a ideologia, que não considerassem o livre exercício do **poder moderador** por Pedro II como abusivo e prejudicial aos esforços para a modernização política (42). Além do mais, leis promulgadas pelas assembleias provinciais eram objeto de revisão pelo Conselho de Estado, o qual anulava aquelas que conflitassem com a legislação imperial. As sucessivas trocas dos presidentes das províncias também retardavam o desenvolvimento regional, impedindo a formulação e execução de programas econômicos regionais que se estendessem por um período mais dilatado (43).

Diversamente da situação de 1822, o que agora se impunha não era a integração, mas a descentralização. Os **mandarins**, alguns dos quais tinham adotado uma orientação regionalista em face das mudanças econômicas, assumiram a feição de um grupo que tentava preservar valores do passado, em vez de antecipar os do futuro. Em resumo, o crescimento da economia de exportação fez da classe de **mandarins** um anacronismo. A proliferação de reformas propostas e preconizadas por várias facções, depois de 1870, indica a crença generalizada de que a utilidade de centralizar instituições políticas tinha passado, mas não se formou nenhum consenso sobre como a ideologia oficial deveria ser modificada. Conservadores achavam aliados entre os republicanos, e dissidentes liberais derrotaram, por meio do voto, programas dos ministros liberais. O facciosismo da elite impediu uma visão racional de reformas políticas, que preservasse a unidade sob a monarquia, enquanto promovesse o crescimento econômico regional. A monarquia viu-se privada de uma ideologia efetiva para justifi-

car sua continuação em épocas de mudanças, e pareciam ser pequenas as chances de que o sistema monárquico pudesse ser modificado adequadamente. Para os defensores do regionalismo econômico, um rápido e mortal golpe na monarquia parecia o único recurso. Consequentemente, veio a queda do Império em 1889.

Não resta dúvida de que os **mandarins** do Centro-Sul adaptaram-se aos valores políticos de descentralização da República, depois de 1889, mais facilmente que seus companheiros nortistas. As novas perspectivas regionais, assimiladas na Faculdade de Direito de São Paulo, bem como ligações estreitas com a classe de plantadores de café, fizeram dos mandarins do Sul agentes efetivos da economia regional, desde mais ou menos 1870. Enquanto isso, os **mandarins** do Norte apegados à indústria açucareira, socialmente conservadores, recusaram-se a abandonar a ideologia de integração e construção da Nação. Um indicação da clivagem regional da elite pode ser encontrada, comparando-se os lugares de nascimento dos primeiros ministros imperiais com os presidentes da República Velha, como mostrado nos Quadros III e IV (44). Dos primeiros ministros, 60,9% foram recrutados do Norte e 34,8% do Sul. Dos 11 presidentes da República Velha, da restauração do controle civil, em 1894, até a Revolução de 1930, 10 (90,9%) eram sulistas e somente um (9,1%) nortista. 9 (39,1%) dos primeiros ministros eram baianos, e 4 (17,4) eram de São Paulo. Compare-se tal fato com os 5 (45,5%) presidentes de República nascidos em São Paulo e nenhum na Bahia. Os padrões de educação também mostram a transferência do poder, do Norte para o Sul. Os primeiros ministros foram predominantemente educados no Norte, em um percentual de 34,8% contra 17,4% no Sul. Os presidentes da República, por outro lado, graduaram-se, preferencialmente, na Faculdade de Direito de São Paulo, com uma margem 81,8% contra 9,1% no Norte. Os mandarins sulistas dominaram a política nacional depois de 1889, enquanto nenhum dos maiores **mandarins** nortistas sobreviveu (politicamente) a queda do Império. A supremacia econômica do centro-sul e a orientação de seus líderes, voltados para os problemas do desenvolvimento econômico regional, tornaram possível o monopólio sulista da Presidência, durante a República Velha.

Unidade e desintegração são somente dois dos temas que podem ser abordados, através do estudo da elite política nacional do Brasil Imperial. Os temas de **continuidade e mudança** e **conflito e continuidade**, mais recentemente em voga

entre especialistas latino-americanos, devem ser vistos sob o prisma dos estudos da elite (45). Outros assuntos que ser examinados à luz da teoria da formação da elite de mandarins, incluem o processo do desenvolvimento econômico, o nascimento do relacionamento entre educação e mudança social. Este estudo não pretende dizer a última palavra sobre o processo ou os efeitos da formação de elite no Brasil Imperial, mas apenas sugere possibilidades de pesquisa futura.

EUL SOO PANG

Vanderbilt University

RON L. SECKINGER

University of North Carolina, Chapel Hill.

OS MANDARINS DO BRASIL IMPERIAL

(The Mandarins of Imperial Brasil)

In Comparative Studies in Society and History

(Março, 1972), 14:2, p. 215-244.

Tradução: Virgínia e Lena Castello Branco Ferreira Costa.

Tradução autorizada — Direitos reservados.

QUADRO I

Presidentes Provinciais da Bahia, S. Paulo e Mato Grosso — 1822-89.

A. Local de Nascimento

	Norte								Sul					Outros				Total Geral				
	Pará	Maranhão	Piauí	R. G. do Norte	Páraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Total	Mato Grosso	M. Gerais	Rio	S. Paulo	Paraná	R. G. do Sul	Total		Uruguai	Portugal	França	Desconhecidos
Bahia	1	1	2	1	1	8	2	17	33	6	4	1	1	12	2						47	
S. Paulo	1			1	1	3	1	7	10	6	8	14	2	30	1	2				3	50	
M. Grosso						2	2	1	1	6	2	3	4	3	1	2	15	1	1	1	8	32
Total*	2	1	2	1	2	13	5	1	24	51	2	13	16	16	1	5	53	2	5	1	11	123

B. Educação segundo a Instituição

	Coimbra	São Paulo	Olinda-Recife	França	R. Janeiro Fac. Medicina	Bahia-Fac. Med.	Academia ou car. militar	Sem instrução universitária	Desconhecida	Total.
Bahia	15	5	22			1	2	1	1	47
São Paulo	7	19	9	1	3	1	7		3	50
Mato Grosso	1	4		1			17	2	7	32
Total*	22	25	32	1	3	1	26	3	10	123

Nota: parte dos totais parece incorreta; na verdade, tal não ocorre. Sels pessoas presidiram mais de uma das três províncias, e na soma dos totais estas pessoas devem ser contadas apenas uma vez.

QUADRO II
Ministros do Império, 1822-89

A. Local de nascimento

Norte		Sul		Outros	
Pará	2	Mato Grosso	1	Águas territoriais do Brasil	1
Maranhão	5	M. Gerais	27	Uruguai	2
Piauí	2	R. Janeiro	39	Portugal	20
Ceará	8	São Paulo	16	França	3
Paraíba	3	Paraná	4	Itália	1
Pernambuco	22	Sta. Catarina	4	África	1
Sergipe	1			Outros	2
Alagoas	1	R. G. Sul	12		
Total	86	Total	103	Total Geral	219

B. EDUCAÇÃO (curso realizado)		C. Funções	
Direito	147	Presidentes de Província	112
Matemática ou Engenharia Civil	10	Senadores	121
Medicina	6	Deputados	174
Carreira ou academia militar	49		
Formação ecleslástica	1		
Sem formação universitário	7		
Total	219		

Nota: Um ministro era graduado em Direito e Medicina; ele foi contado apenas uma vez no total .

QUADRO III
Primeiros Ministros, 1847-89

Local de Nascimento				Educação por Instituição			
Piauí	2	M. Gerais	4	Portugal	1	Coimbra	6
Pernambuco	2	R. Janeiro	2			S. Paulo	4
Alagoas	1	S. Paulo	2			Olinda-Recife	8
Bahia	9					Rio de Janeiro (Faculdade Medicina)	1
						Academia ou carreira militar	2
						Sem formação universitária	1
						Desconhecida	1
Total	14	Total	8	T. Geral	23	Total	23

C. Educação por curso realizado		D. Carlos desempenhados antes de ser Primeiro Ministro	
Matemática e Engenharia Civil	3	Presidente Provincial	19
Direito	18	Senador	20
Medicina	1	Deputado	22
Academia militar	2	Supremo Tribunal de Justiça	3
		Conselho de Estado	19
Total*	23		

Nota: Um primeiro ministro, graduado por uma academia militar, subsequentemente formou-se em Direito; ele foi contado apenas uma vez no total.

QUADRO IV
Presidentes na 1ª República, 1894-1930

A. Local de Nascimento				B. Educação por Instituição	
Norte		Sul			
Paraíba	1	M. Gerais	3	São Paulo	9
		R. Janeiro	1	Recife	1
		S. Paulo	5	Academia Militar	1
		R. G. Sul	1		
Total	1	Total	10	Total	11

Total geral 11

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Elite política refere-se a pessoas que ocuparam cargos políticos e administrativos de âmbito nacional, provincial ou municipal, e participaram da formulação e execução das decisões políticas. Funcionários civis ou a elite administrativa estão excluídos dessa categoria. Cf. T.B. Bottomore: "The Administrative Elite" in **the New Sociology**, Irving Louis Horowitz ed. (New York; Galaxy Books, 1965), 357-369, e Raymond Aron: "Social Structure and the Ruling Class", in **British Journal of Sociology**, 1,1. (Março, 1950), 1-16.

Após a publicação deste artigo, diversos historiadores e cientistas políticos seguiram linhas de pesquisa semelhantes à que adotamos. Gostaríamos de ressaltar os seguintes trabalhos:

- José Murilo de Carvalho: **Elites and State Building in Imperial Brazil**. Ph. D. Thesis. Stanford University, 1976.
- Fernando Uricoechea: **The Patrimonial Foundations of the Brazilian Bureaucratic State: Landlords, Prince and Militias in the Nineteenth Century**. Ph. D. Thesis University of California, Berkeley 1976.
- William H. Quick: **The Second Imperial Council of State of Brazil. 1842 — 1889**. M.A. Thesis. University of North Carolina. Chapel Hill, 1973.

2. O termo **teoria** é empregado, aqui, para indicar a relação existente, com elevado índice de regularidade, entre vários fatos e uma situação padronizada. Uma determinada situação pode apresentar-se, digamos, com x número de variáveis. Quando em outra situação o mesmo número x de variáveis mantém-se constante, pode ocorrer resultado idêntico. Quando é verificada a regularidade de repetição em qualquer situação que apresenta as mesmas variáveis, a **teoria** pode ser considerada como detentora de alto grau de validade. Neste estudo, a teoria da formação da elite, conquanto não apresente rigor científico, encerra certo número de variáveis tais como: **status** social (proveniente do nascimento ou obtido mediante casamento), educação, relações de parentesco, decisão e/ou opção pela carreira política, escolha de filiação partidária, rotatividade nos cargos, circulação geo-

gráfica e outras mais. Quando essas variáveis são encontradas na carreira de um político brasileiro do período imperial, é razoável concluir que ele tenha sido um **mandarim**, ou um aspirante ao mandarinato de acordo com circunstâncias particulares.

3. O termo **mandarim** não foi escolhido arbitrariamente. Em meados do século XIX, a palavra **mandarim** foi usada para descrever a elite política imperial. Aureliano Candido Tavares Bastos, um liberal reformista, denominou os políticos conservadores como "**nossos mandarins**". Anyda Marchant, **Viscount Mauá and the Empire of Brazil: A Biography of Irineu Evangelista de Sousa (1813-1899)**, Berkeley, 1955, 109.

Um conhecimento adequado da **ideologia nacional ou oficial** do Brasil está além dos objetivos deste estudo. O termo **ideologia** é empregado, aqui, no sentido de um conjunto de idéias ou crenças que racionalizam o passado, o presente e o futuro da sociedade. A **ideologia nacional ou oficial** indica o conjunto especial de idéias que são aceitas convencionalmente, invocadas e praticadas pela elite política imperial, para racionalizar o exercício do poder, para explicar o passado nacional no sentido mais amplo da palavra, para preservar o **status quo** do Império e, finalmente, para orientar o futuro da nação, assim como para assegurar a continuidade histórica. A constituição de 1824 e outras leis, além de vários planos de ação e idéias da elite, constituem o âmago da ideologia oficial. O papel do **mandarim** era o de reforçar os elementos da ideologia oficial afim de assegurar a estabilidade política e a continuidade social da monarquia, sem provocar alterações fundamentais no sistema. Para um excelente estudo sobre o assunto ver Hélio Jaguaribe: **Economic and Political Development: a Theoretical Approach and a Brazilian Case Study** (Cambridge, Mass 1968), 120-8. Para definições úteis de **ideologia** ver Mary Matossian: **Ideologies of Delayed Industrialization, — Some Tensions and Ambiguities, in Elitical Change in Underdeveloped Countries: Nacionalism and Communism**, John H. Kausky, ed. (New York, 1962), 2.52-3; David E. Apter, **The Politics of Modernization** ((Chicago: Phoenix, 1967), 314-23; e Ben Halpen, "Myth and "Ideology in Modern Usage", in **History and Theory**, I: 2 (1961), 129

4. A literatura sobre os **mandarins** da China é extensa. Para uma abordagem satisfatória, em inglês, ver Ho Ping-ti: **The Ladder of Success in Imperial China. Aspects of Social Mobility. 1368-1911** (New York, 1962). Robert M. Marsh: **The Mandarins. The Circulation of Elites in China. 1600-1900**. (Glencoe, 111., 1961); Max Weber: "The Chinese Literati", em **From Max Weber: Essays of Sociology**, ed. e trad. Hans H. Gerth e C. Wright Mills (Ney York, Galaxy Books; 1958), 416-44; e Cho-yun Hsu: "The Changing Relationship between local Society and the Central Political Power in Former Man: 206 B.C.-8 A.D.", **Comparative Studies in Society and History** 8-4 (Julho, 1965), 358-70. Ver também Reinhard Bendix: **Max Weber: and Intelctual Portrait** (Garden City, N.Y., Anchor Books, 1962), 109-25.

Dois trabalhos recentes aplicaram o conceito de mandarim a elites não orientais:: Fritz K. Ringer: **The Decline of the German Mandarins: the German Academic Community — 1890-1933** (Cambridge, Mass 19.69); e Noam Chomski: **American Power and the New Mandarins** (New York, 1969). Rupert Wilkinson: **Gentlemanly Power** (New York, 1964) compara o sistema britânico de escolas públicas com a educação das elites na China Imperial, sem referir-se, porém, a "mandarins britânicos". Estudos de formação de elites em várias culturas são realizados por Rupert Wilkinson, ed., **Governing Elites, Studies in Training and Selection** (New York, 1969).

5. Gilberto Freyre, **New World in Tropics. The Culture of Modern Brazil** (New York: Vintage Books. 1963), 82, 89-90.

6. Uma memória, escrita em 1857, assegurava que, antes da criação das faculdades de direito no Brasil, somente "alguns afortunados filhos de ricos fazendeiros ou de opulentos capitalistas eram enviados para o Velho Mundo e buscavam educar-se na famosa e decrépita (Universidade de Coimbra)" logrando obter educação secular. Carlos Honório de Figueiredo, "Memória sobre a fundação das Faculdades de Direito no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante citada como RIHGB), 22:4 (1859), 524.

7. O levantamento completo é o seguinte: Bahia: 67; Rio de Janeiro (incluindo a Corte): 34; Minas Gerais; 25; Pernambuco (incluindo Alagoas): 18; Maranhão: 13; São Paulo (incluindo o Paraná): 5; Pará (incluindo o Amazonas): 4; Rio Grande do Sul 3; Goiás: 2; Mato Grosso; 2; Espírito Santo e Ceará: 1 cada; Portugueses de pais brasileiros: 4; desconhecidos: 2. Luiza da Fonseca: "Bacharéis Brasileiros — Elementos Biográficos" (1635-1830) in IV Congresso de História Nacional, **Anais**, 13 vols. (Rio de Janeiro, 1950-52) XI, 331-68, 380-2, 392-405. O número de graduados de São Paulo era pequeno porque essa província tinha população reduzida e ainda não se integrara na economia de exportação; durante a segunda metade do sec. XIX, o crescimento demográfico e a expansão do setor cafeeiro associaram-se à localização de uma Faculdade de Direito na capital, que concedeu muitos graus acadêmicos a jovens paulistas.

8. John Tate Lanning: **Academic Culture in the Spanish Colonies** (London, 1940), 33.

9. Vieira Ferreira: "Faculdades de Direito no Brasil (Resumo histórico até 1900) in III Congresso de História Nacional, **Anais**, 10 vls. (Rio de Janeiro, 1939-44), V. 289-93.

10. Os mais altos postos executivos no Brasil, p. ex. vice-reis e capitães-generais, destinavam-se a oficiais militares de origem aristocrática. As verdadeiras tarefas da administração, entretanto, eram atribuídas a posições jurídico-administrativas, monopolizadas pelo burocratas profissionais, formados em leis civis ou canônicas, em Coimbra. Com referência à burocracia colonial, ver Stuart B. Schwartz, "Magistracy and Society and

Society in Colonial Brasil", *Hispanic American Historical Review* (doravante citada como HAHR), 50:4 (Novembro, 1970) 715-30.

11. Alfredo Nascimento: Faculdades de Medicina, in III Congresso de História Nacional, **Anais**, V, 256-60.

12. Joaquim Norberto de Souza Silva: "Criação de uma Universidade no Império do Brasil". *RIHGB*. 51:2 (1888), 4-11-19.

13. Luiz José de Carvalho e Melo (Visconde de Cachoeira), citado in *ibid*, 12-13. Ver também Figueiredo, *op. cit.* 510-11.

14. Mato Grosso oferece um exemplo para a avaliação do aumento de oportunidades para os brasileiros, com o estabelecimento das faculdades de direito. Entre 1850 e 1830, somente duas pessoas nascidas em Mato Grosso graduaram-se na Universidade de Coimbra. Fonseca, *op. cit.*, 390, 397. Entre 1834 e 1899, a Faculdade de Direito de São Paulo diplomou 90 estudantes provenientes de Mato Grosso, José de Mesquita: "Gente e cousas dantanho. Os primeiros bacharéis matogrossense". **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Ano VII, nº 14 (1925) 45.

15. Figueiredo, *op. cit.*, 523.

16. Ferreira, *op. cit.*, 290, 305-6. A citada **memória** (de 1857) descrevia os magistrados imperiais como a vanguarda civilização em meio à ignorância brasileira, guardiães dos direitos do indivíduo e da propriedade. Figueiredo, *op. cit.*, 508-10. Durante o período Tokugawa (1600-1868), a unidade nacional japonesa foi encorajada de maneira semelhante pela socialização da elite segundo os princípios do Confucionismo. Ver Yasuzo Horie "Confucian Concept of State in Tokugawa Japan", **The Kyoto University Economic Review**. 32.2 (Outubro, 26-38. A Universidade de Chuquisaca, nas colônias espanholas, oferece outro exemplo de socialização da elite, com resultados diferentes. Estudantes de diferentes regiões da América do Sul espanhola reuniram-se em Chuquisaca, onde eram educados de acordo com doutrinas que justificavam a resistência à autoridade real, em determinadas condições. Alguns desses estudantes, mais tarde, tornaram-se líderes dos movimentos de independência em seus países de origem. Valores comuns mantinham unidos os formados de Chuquisaca, na oposição à Espanha, mas não impediram o fraccionamento da América do Sul espanhola em muitas repúblicas soberanas. A socialização da elite, nesse caso, não representou uma força unificadora no sentido territorial. Ver Charles W. Arnade: **The Emergence of Republic of Bolivia** (Gainesville, 1957), 4-8, para comentários sobre a unidade ideológica e cultural das elites britânica e germânica, ver Wilkinson, *op. cit.*, 132-3; e Ringer, *op. cit.*, 81-2.

17. Joaquim Nabuco: **Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época**. 2 vols. (São Paulo e Rio de Janeiro 1936). I, 14-15.

18. "Governo de Minas Gerais", in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, I (1896), 17.

19. Baseado em um gráfico de Virgílio Correa Filho: **Mato Grosso**, 2ª ed. (Rio de Janeiro 1939), de 54 em diante.

20. Sobre a idéia de "muitos chefes" em ambos os partidos, ver João Moraes: "Proclamação da República em São Paulo". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 18 (1903). 187-210; e Wanderley Pinho; "Uma escolha senatorial no fim da monarquia. A questão Moura Carneiro da Rocha na correspondência do Conselheiro Saraiva". **RIHGB**, 185 (Outubro/Dezembro de 1944) 187-212.

21. Afonso de Escragnoille Taunay. **O Senado do Império** (São Paulo, 1941), 13, 19-22, 34, 83-4, 118.

22. A utilização da presidência provincial pelos partidos nacionais para vencerem eleições ocorreu antes de 1868. Em 1847, por exemplo, presidentes de província, indicados recentemente pelo gabinete liberal, foram eleitos para a Câmara dos Deputados pelas províncias que presidiam, sob a acusação de fraude eleitoral. L.J.C.D. Mello e Mattos. **Páginas d'História Constitucional do Brasil. 1840-1848**. (Rio de Janeiro, 1870), 353-4.

23. A acumulação de duas funções de direção era possível somente em províncias facilmente acessíveis, a partir do Rio de Janeiro. As viagens entre o Rio de Janeiro e as províncias interioranas de Goiás, Mato Grosso e Amazonas requeriam tanto tempo que não se poderia esperar fosse possível exercer um cargo ali e outro na capital do Império, simultaneamente.

24. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake: **Dicionário Biográfico Brasileiro**, 7 vols. (Rio de Janeiro, 1883-1902) IV, 303-4, e Spencer Vampré: **Memórias para a História da Academia de São Paulo**, 2 vols. (São Paulo, 1924) I, 116-21.

25. Antonio da Rocha Almeida: **Vultos da Pátria. Os Brasileiros Mais Ilustres do seu Tempo**. 4 vols. (Rio de Janeiro, 1961-6). I, 143-7.

26. Arnold Wildberger: **Os Presidentes da Província da Bahia. Efetivos & Interinos. 1824-1889**. (Salvador, 1949) 367-86 doravante citados como **Presidentes da Bahia**.

27. S.A. Sisson: **Galeria dos Brasileiros Ilustres: (Os contemporâneos)** Biblioteca Histórica Brasileira, 18,2. vol. (São Paulo, 1948), II, 265-71.

28. Sacramento Blake, *op. cit.*, V, 116-17; e João Camilo de Oliveira Torres: **O Conselho de Estado** (Coleção Ensaio Brasileiro, 2, Rio de Janeiro, 1965), 45.

29. Eugênio Egas. **Galeria dos Presidentes de São Paulo**, 3 vols. (São Paulo, 1926), I, 615, doravante citado como **Presidentes de São Paulo**.

30. *Ibid.*, e **Presidentes da Bahia**.

31. Dados referentes aos Presidentes de Mato Grosso foram compilados por Sacramento Blake: **Dicionário Biográfico Brasileiro**; Joaquim Manoel de Macedo: **Brazilian Biographical Annual** 3 vols. (Rio de Janeiro,

1876); Rubens de Mendonça: **Dicionário Biográfico Mato-grossense** (São Paulo, 1953), e **História de Mato Grosso (Através dos seus governantes)** (n. p. 1976); Virgílio Correia Filho; "Bahianos em Mato Grosso", **RIHGB**, 200: 3 (1948), 78-81; **Presidentes de São Paulo**, II; **Presidentes da Bahia**; e fontes esparsas em arquivos.

32. Informações referentes ao local de nascimento; educação, profissão e cargos de ministros foram obtidos de Augusto Tavares de Lyra: "Os Ministros de Estado — da Independência à República", **RIHGB**, 193 — (outubro — Dezembro de 1946), 3-104. A indicação de quais ministros serviram como presidentes de províncias e Senadores do Império foi determinada pela comparação de listas no Ministério da Justiça e Negócios Internos. Arquivo Nacional. **Organizações e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar no Império**. 2ª ed. (Rio de Janeiro, 1962) 3-257, 407-69.

33. Informações referentes aos primeiros ministros foram compiladas das seguintes fontes: Sisson: **Galeria dos Brasileiros Ilustres: Sacramento Blake: Diccionario Biographico Brasileiro**; Almeida: **Vultos da Pátria**; Macedo; **Brazilian Biographical Annual**; **Presidentes de São Paulo**, II; e **Presidentes da Bahia**.

34. Richard M. Morse: "Some Themes of Brazilian History". **The South Atlantic Quaterly**, 61:2 (Primavera, 1962), 159-82 Freyre: **New World in the Tropics**, 93-113; Karl F.P. von Martins: "How the History of Brazil Should Be Written", em **Perspectives on Brazilian History**. E. Bradford Burns, ed. (New York, 1967), 21-41; Roger Bastide: **Brasil, Terra de Contrastes**, trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz, 2ª ed. (São Paulo, 1962); Carlos H. Oberacker Jr.: "A Formação da Nação Brasileira", **Revista da História**, Ano XVI, nº 29 (1957) 21-36; Henrique Oscar Widderspanh: "O verdadeiro significado do Estado do Brasil e as bases dinásticas da nossa unidade nacional", **Ibid.** Ano XVII nº 35 (1958) 131-45; Charles Wagley: **An Introduction to Brazil** (New York, 1963), 1-24; Alexander Marchant, "The Unity of Brazilian History" of Brazil, eds. (New York, 1951), 37-51; Marcos Carneiro de Mendonça: "O Marquês de Pombal e a unidade brasileira", **RIHGB**, 219 (Abril — Junho de 1953), 59-78; Miguel Couto Filho; "A Formação da Nacionalidade Brasileira", **ibid**, 237 (Outubro — Dezembro de 1957) 132-43; Alceu Amoroso Lima: "Psicologia do Povo Brasileiro", **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** nº 60 (1934), 219-239.

35. João Camilo de Oliveira Torres: "Originalidade e adequação das instituições políticas do Império do Brasil", in Universidade do Rio de Grande do Sul, Faculdade de Filosofia: **Uma Experiência Pioneira de Intercâmbio Cultural** (Porto Alegre, 1963). 135-6.

36. (Francisco José de) Oliveira Vianna: **Instituições Políticas Brasileiras**, 2 vols. (Rio de Janeiro, 1949), II 372-3. Ver **ibid.** 361-86, para uma discussão geral sobre a ausência de nacionalismo no Brasil Imperial, e a influência unificadora das elites sociais e políticas apoiadas pelo Impera-

dor. Morse também afirma que uma elite variável, voltada para a natureza das lideranças brasileiras durante o século XIX, foi um dos três maiores fatores que contribuíram para a unidade; mas no que diz respeito à monarquia, o uso moderado do poder pelo Imperador, e a ausência de líderes carismáticos como Washington ou Bolívar foram decisivos, e não a existência de uma elite especialmente formada e orientada nacionalmente. Ver Morse: "Some Themes of Brazilian History". 170-9.

37. Interpretações correntes incluem Jorge C.A. Bohrer: **Da Monarquia à República. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)**, trad. Berenice avier (Rio de Janeiro, 1954); Heitor Lyra; **História da Queda do Império**, 2 vols. Brasiliense, 320 (São Paulo, 1964); e **História de D. Pedro II, 1825-1891**, 3 vols. Brasiliense, 133, (São Paulo, 1938-40); Raymundo Magalhães: **Deodoro. A espada contra o Império**, 2 vols., Brasiliense, grande formato 12, (São Paulo, 1937); José Maria dos Santos: **A Política Geral do Brasil** (São Paulo, 1930) Francisco José de Oliveira Vianna: **O ocaso do Império**, 3ª ed. (Rio de Janeiro, 1959); Percy Alvin Martins: "Causes of the Collapse of the Brazilian Empire", **HAHR**, 4 (Fevereiro, 1921), 4-48; e José Maria Bello: **A History of Modern Brazil 1889-1964**. — trad. Janses L. Taylor (Stanford, 1966), 1-57.

38. Bastide. **Brasil. Terra de Contrastes**, 126-9. Sobre as mudanças econômicas no Centro-Sul, ver Stanley J. Stein: **Vassouras. A Brazilian Coffee County. 1850-1900**. (Cambridge, Mass, 1957) e **Richard Graham: Britain and the Onset of Modernization in Brasil, 1850-1914** (Cambridge, Eng. 1968). Sobre o Nordeste, ver Peter Eisenberg: "Sugar Industry in Pernambuco: Modernization Without Change, 1840-1910 (Berkeley, 1974); Eul Soo Pang. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891** (Rio, no prelo); Braz do Amaral, **História da Bahia: do Império à República**. (Salvador, 1923).

39. Afonso Arinos de Melo Franco: **História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro**. (Rio de Janeiro, 1948), 52. Melo Franco discute os interesses do café que foram representados no movimento do Partido Republicano em São Paulo.

40. Oliveira Torres: **Os Construtores do Império**, 16. Ver também Carolina Nabuco: **A Vida de Joaquim Nabuco**.

41. Depois de 1861, as exportações anuais excederam as importações (em valor) até o fim da monarquia. F.J. de Santa Anna Nery: **Le Brésil em 1889** (Paris, 1889), 441-65 e o gráfico da página 465 bis. Relativamente à economia de exportação, ver Celso Furtado: **The Economic Growth of Brazil**, trad. Richard W. de Aguiar e Eric Charles Drysdale (Berkeley, 1963), 124-6. Para a ineficiência das normas bancárias na promoção de atividades comerciais, ver João Pandiá Cológeras: **A Política Monetária do Brasil** (São Paulo, 1960), Parte I, especialmente 91-6.

42. Anfrísio Fialho: **Processo da Monarquia Brasileira (Rio de Ja-**

neiro, 1885), 11-12; e Aureliano Leal: **História Constitucional do Brasil** (Rio Janeiro, 1915), 197. José Antonio Saraiva advertiu Pedro II, em certa ocasião, no sentido de que devolvesse coroa "à Nação que a doara (a ele) em 1831".

43. Oto Prazeres, "A economia brasileira e a administração das vñclas", in **Digesto Econômico**, 4:39 (Fevereiro 1948), 124. Ver também **Francisco Iglésias, Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)** (Rio de Janeiro, 1958), 41-6.

44. O Quadro IV — é baseado em Dunshee de Abranches, **Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brazil**, 2 vols. (São Paulo, 1918); e **Presidentes de São Paulo**, III Os onze presidentes incluem Júlio Prestes, cuja posse na Presidência frustrada pela Revolução de 1930.

45. John J. Johnson, ed. **Continuity and Change in Latin America** (Stanford, 1964); e Henry H. Keith e S. Fred Edwards, eds., **Conflict and Continuity in Brazilian Society** (Columbia, S. C., 1969).

ENSAIO GENEALÓGICO, RAMIFICAÇÕES E ATIVIDADES DA FAMÍLIA CÂMARA EM GOIÁS

As famílias Barros Câmara, Oliveira Câmara, Andrade Câmara Miranda Câmara, Severiano Câmara, Raposo Câmara, Soares Câmara, Arruda Câmara, todas têm sua origem no português ANTÔNIO CÂMARA SILVA, 2º filho do morgado Manoel Raposo Câmara, que chegou ao Brasil nos fins do século XVII.

No ensaio genealógico que, a seguir, publicamos, trataremos somente dos ramos BARROS CÂMARA, (a que pertence Dom JAIME DE BARROS CÂMARA) e OLIVEIRA CÂMARA, que é o ramo de nossa Família.

ANTÔNIO CÂMARA SILVA é o patriarca dos dois ramos. Ele era o segundo filho do morgado MANOEL RAPOSO DA CÂMARA e sua mulher ANTONIA DA SILVA.

Casado com ANA MARIA TORRES. Faleceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 9 de março de 1808.

Era Pai de:

FRANCISCO XAVIER, JOSÉ JOAQUIM, JOAQUIM JOSÉ (tronco da família de Dom Jaime de Barros Câmara e da nossa), e JOSÉ FRANCISCO.

JOAQUIM JOSÉ DA CÂMARA E SILVA foi casado com MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA, filha de Francisco Xavier de Oliveira e Ana Maria Xavier de Oliveira.

Eram pais de:

FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA CÂMARA, nascido em Barreiros, antigo município de São Gonçalo, no Rio Grande do Norte, próximo de Natal, em 1800. Deixou sua terra muito moço, foi servir na Guerra Cisplatina. Fixou-se em Desterro Santa Catarina, onde se casou com Maria Benedita de Oliveira.

É pai de:

FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA CÂMARA JÚNIOR (travô do autor), oficial do 24º Batalhão de Infantaria. Em 1865, partiu para a Guerra do Paraguai, como Alfêres do 25º Corpo de Voluntários de Santa Catarina. Foi ainda nomeado tenente do 9º Corpo de Voluntários da mesma Província. Reformou-se moço ainda por sofrer de asma, pelo que consta da Ordem do Dia nº 460, de 8 de setembro de 1865. Faleceu com 70 anos.

JOÃO PEDRO XAVIER DA CÂMARA nasceu na Vila São José fronteira a Desterro, aos 19 de maio de 1843. Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1922. Era casado com Maria Emília de Albuquerque. Não deixaram descendência. Fez a campanha do Paraguai. Marechal em 24 de setembro de 1905, Ministro do Supremo Tribunal Militar em 26 de novembro de 1906, Deputado Provincial em Santa Catarina no biênio 1874/1875, pelo Partido Liberal.

JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA CÂMARA, nascido na Vila de São José, em Santa Catarina, em 1846 e ali falecido em 10 de novembro de 1909. Foi escrivão de Órgãos. Casou-se a primeira vez, com Julia Lourenço Ramos, também de São José.

Era pai (primeiro casamento) de:

Manoel, falecido em 1908, solteiro, Primeiro Tenente do Exército em Florianópolis.

Francisco, tabelião em Lages, faleceu solteiro.

Casou-se em segundas núpcias com ANA CARVALHO DE BARROS, nascida na Bahia, filha legítima de Balduino José de Barros, funcionário da Estrada de Ferro, e Maria Alvina de Carvalho, da Bahia. Conheceram-se em Florianópolis, onde residia ANA temporariamente em companhia de seu irmão, Ronaldo de Carvalho Barros, capitão engenheiro, que foi fundador da Escola Normal de Florianópolis e de uma instituição educativa. Na Revolução de 1893 foi uma das vítimas do ódio político tendo sido fuzilado na Fortaleza de Santa Cruz, na Barra do Norte.

Era pai (no segundo casamento) de:

Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, nascido em Santa Catarina, em 3 de julho de 1894 e falecido no Rio de Janeiro em 1968.

Gastão falecido ainda criança:

Amantino, falecido solteiro aos 41 anos, no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1938. Era armador.

Joaquim Xavier da Câmara, casado com Célia Alves Schimidt da Câmara, de Santa Catarina.

Jorge Schimidt da Câmara, estudante.

Saul, nascido em 1903, tenente coronel do Exército. Engenheiro e professor. Casado com Rosina Gargiulo, de São Paulo.

Era pai de:

Ernani, advogado e falecido em 10 de junho de 1934, com 34 anos, casado com Mercedes de Paiva, do Rio de Janeiro.

Era pai de:

Terezinha, casada com Aldo Leão de Souza, filho do almirante Aldo de Souza, já falecido.

Era pai de:

Ernani, residente no Rio de Janeiro.

Até aqui o ramo BARROS CÂMARA. Passemos agora para o de OLIVEIRA CÂMARA, que é o do autor.

JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA CÂMARA (bisavô do autor), nascido em Santo Antônio, no antigo município de São Gonçalo, no Rio Grande do Norte, aos 9 de agosto de 1803. Casado, tendo enviuvado, transferiu-se para ANGICOS, onde se casou pela segunda vez com ANA MORAIS.

Do seu primeiro matrimônio nasceu:

JOSÉ DE OLIVEIRA CÂMARA (avô do autor) nascido em 1824. Casou-se em Angicos com JOANA XAVIER DA COSTA, filha legítima de Antônio Francisco da Costa.

Era pai de:

Manoel Câmara

José Câmara

Luiz Câmara

Maria Rita Câmara

Josefa Câmara (tios do autor).

JOAQUIM REBOUÇAS DE OLIVEIRA CÂMARA (pai do autor) nasceu em Gaspar Lopes, depois Epitácio Pessoa, município de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1850. Faleceu em Baixa Verde, hoje João Câmara, em 2 de dezembro de 1932.

Foi casado duas vezes. Do primeiro matrimônio, com Inez Bezerra, filha de Francisco José Bezerra, nasceram Maria Epifânia, casada com Miguel Ananias, de cujo enlace nasceram Cicero, já falecido, e Isabel e Luiza, residentes em Baixa Verde, hoje João Câmara, no Rio Grande do Norte, e AUTA, casada com Joaquim Severiano Câmara, que se mudou para o Amazonas em 1914, onde moram hoje seus descendentes.

O segundo matrimônio em 1875 foi com MARIA MELQUIADES DE MIRANDA CÂMARA (mãe do autor), nascida em Currais Novos, filha legítima de José Ferreira Nobre e Maria Joaquim de Carvalho Nobre, que, acompanhando seus filhos, transferiu-se para Goiânia em 1933, vindo aqui falecer em 9 de março de 1955.

Do casal nasceram os seguintes filhos:

Ambrosina Câmara

Vicente Rebouças Câmara

Joaquim Câmara Filho

Querubina Câmara
Maria Tarcísia Câmara
Jaime Câmara.

AMBROSINA CÂMARA, nasceu em Causassú em 1908, transferiu-se em 1927 para Baixa Verde, onde faleceu 1928.

VICENTE REBOUÇAS CÂMARA, solteiro, transferiu-se para Goiânia em julho de 1936. Nasceu em Cauassú, município de Angicos, depois Baixa Verde e hoje João Câmara, no dia 13 de setembro de 1898. É fundador com seus irmãos da firma J. Câmara & Irmãos, S/A., e foi seu diretor tesoureiro. Faleceu em 4 de fevereiro de 1973

JOAQUIM CÂMARA FILHO, engenheiro agrônomo. Fez seus primeiros estudos no Colégio Santo Antônio, depois transferiu-se para Recife, onde concluiu o ginásio da época. Ingressou a seguir na Escola de Engenharia de Passa Quatro — Minas Gerais, onde se diplomou. Nasceu no antigo município de Angicos, Rio Grande do Norte, em 29 de dezembro de 1899, filho de Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara e Maria Melquíades de Miranda Câmara, falecidos, ele em Baixa Verde, ela em Goiânia. Casou-se em 1931 em Paracatú, Minas Gerais, com Hilda Sóter Gonzaga. Após sua formatura transferiu-se para o Paraná, onde iniciou suas atividades profissionais, em 1924, como engenheiro do Ministério da Agricultura, fazendo parte da Comissão de Colonização "Cândido de Abreu". Participou do Movimento Revolucionário de 1924. Sendo demitido, transferiu-se para Planaltina, Goiás, onde passou a trabalhar com Deodato Louly, na divisão de Fazendas para vendas de lotes da futura Capital Federal. Em 1930 voltou a Paracatú e integrou-se na coluna "Artur Bernardes", chefiada por Quintino Vargas, como major, sendo um dos comandantes da Coluna, que penetrou em Goiás até a velha Capital. Em 1932, foi nomeado por decreto do Interventor Pedro Ludovico comandante das forças Revolucionárias do Sul do Estado, sob o comando geral do Cel. Domingos Neto de Velasco, havendo a tropa se dirigido para as fronteiras do Estado de Mato Grosso. Em 1933, exerceu o cargo de prefeito de Pires do Rio, ainda por nomeação do interventor Pedro Ludovico. E exonerou-se para tornar-se prefeito de Paracatú, Minas Gerais, terra de sua esposa, em 1934. Em 1935, a convite do governador Pedro Ludovico voltou a Goiás para dirigir o recém criado Departamento de Propaganda e Expansão Econômica. Neste posto fez, pela imprensa do país, intensa propaganda das possibilidades econômicas do Estado e principalmente de sua nova Capital, atraindo para essa unidade federativa volumosa corrente migratória, procedente de todos os Estados, o que acelerou consideravelmente o progresso da terra goiana. Foi um dos dirigentes do Serviço Nacional de Recenseamento em 1940, neste Estado. Em 1937 fundou, com seus dois irmãos, Jaime e Vicente, a firma J. Câmara & Irmãos, de que foi diretor. Em 1938, em 3 de abril novamente com seus irmãos,

fundou o jornal **O POPULAR**, sendo seu diretor até o seu falecimento em 1955. Em 1943, foi nomeado prefeito de Anápolis, havendo ali iniciado várias obras de vulto, dentre elas os serviços de abastecimento de água potável, esgotos sanitários e arborização nas principais ruas da cidade. Exerceu por duas vezes o cargo de Secretário da Agricultura do Estado, sendo o primeiro Secretário da Agricultura de Goiás nomeado pelo Governador Cunha Bueno. Foi em 1937, condecorado pelo Presidente da República pelos serviços prestados a Goiás. Foi presidente da Associação Comercial do Estado, membro efetivo do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e da Academia Goiana de Letras, do Instituto Histórico de Goiás e sócio da Associação Brasileira de Imprensa. Fundou 56 Associações Rurais nos municípios goianos e a Federação das Associações Rurais do Estado (FAREG) da qual foi o seu primeiro presidente sendo reeleito por duas vezes. Fez parte da Sociedade Nacional de Agricultura tendo sido membro do seu Conselho Superior. Membro do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Tomou parte ativa em vários congressos nacionais como representante do Estado de Goiás. Faleceu exercendo o cargo de Chefe do Escritório do Instituto Brasileiro do Café, em Goiás. Foi ainda um dos idealizadores da 1ª Conferência Rural Brasileira, realizada na Capital Federal.

Deixou os seguintes filhos:

Tasso José da Câmara
Maria José Câmara
Maria de Lourdes Câmara
Fabiano Tito Lívio da Câmara
Joaquim Câmara Neto
Fernando Câmara
Marcos Tadeu Câmara.

TASSO JOSÉ DA CÂMARA, nasceu em Paracatú, Minas Gerais em 17/08/32, vindo para Goiânia com seus pais em 1933. Casou-se aqui com Mirze Camilo, filha legítima de Gesner Camilo e Clarice Novaes. Aos treze (13) anos de idade começou a trabalhar, prestando serviços à Associação Comercial e ao Sindicato Comércio Varejista, como cobrador, cargo exercido de 1945 à 1947. Em fins de 1947 entrou para o quadro de pessoal, de J. Câmara & Irmãos S/A., sucessora de J. Câmara & Cia., no cargo inicial de cobrador. Posteriormente ocupou as seguintes funções: Impressor de "O POPULAR". — Auxiliar de Escritório e Tesoureiro. No ano de 1951, a convite do Diretor Fundador da Empresa, passou a exercer a função de Gerente de "O POPULAR". Em 1955, com o falecimento do seu pai, foi eleito em Assembléia Geral Extraordinária Diretor de J. CÂMARA & IRMÃOS S/A., e, em 25/04/69, eleito Presidente da mencionada empresa. Exerce também desde 11 de agosto de 1966 a Presidência da Rádio Anhanguera S/A., e a Superintendência da

Televisão Anhangüera S/A., a partir de 11 de janeiro de 1965. Exerceu ainda os seguintes cargos: Tesoureiro da Associação Comercial de Goiás, Conselheiro da Associação Comercial de Goiás, Secretário das Empresas Proprietárias de Jornais, Rádio e Revistas de Goiás, Membro de Conselho Fiscal do Sindicato das Empresas Gráficas de Goiás, Presidente do Sindicato das Empresas Gráficas de Goiás, Ex-Diretor Tesoureiro do Sindicato das Empresas Gráficas de Goiás, Diretor da Associação Comercial de Goiás, Membro do Conselho Fiscal da Federação das Indústrias, Membro do Conselho Fiscal do Sindicato de Empresas de Rádio e Televisão do Estado de Goiás, Membro da Diretoria Regional da Liga de Defesa Nacional, no Cargo de Diretor de Comunicação e Relações Públicas, Membro do Conselho Fiscal do Projeto Rondon. Foi distinguido com o Diploma "Medalha Mérito Cívico", conferido pelo Presidente do Diretório Central da cidade, pelos relevantes e patrióticos serviços prestados a Pátria. Participante do 3º ciclo de Estudos da Escola Superior de Guerra. Exerce também há mais de três (3) anos a atividade de Pecuarista no município de Bela Vista de Goiás. Participou também de vários congressos da ABERT e inclusive do N.A.B com a exposição dos mais sofisticados equipamentos de Radiofusão (em 1975), nos EE.UU.

O casal tem os seguintes filhos:

Ricardo Camilo Câmara 06/04/64

Sérgio Camilo Câmara 31/03/65

Vanessa Camilo Câmara 06/10/69

Eduardo Camilo Câmara 03/07/75.

MARIA JOSÉ CÂMARA, nasceu em 08 de fevereiro de 1934 na Cidade de Pires do Rio (Go) quando seu pai era Prefeito daquela cidade. Transferiu-se juntamente com seus pais para Goiânia onde iniciou seus estudos, completando-os em Silvânia (Go) aí se diplomando pelo Colégio Auxiliadora. Casou-se com o Professor Odonel Barbosa Nazareth, passando à assinar MARIA JOSÉ CÂMARA BARBOSA. Ele é natural de Aurora do Norte (Go), filho legítimo de Geralda Pereira Bastos Barbosa e de José Barbosa Nazareth. O casal tem dois filhos:

José Geraldo Câmara Barbosa 09/10/1968.

Ludmila Câmara Barbosa 19/03/1970.

MARIA DE LOURDES CÂMARA, nascida em Goiânia, em 10 de março de 1937, onde iniciou os estudos e concluiu o curso de Professorado, ingressando depois na Escola de Belas Artes da Universidade Católica de Goiás, diplomando-se em Artes Plásticas e Publicidade. Trabalhou na prefeitura de Goiânia e na Caixa Econômica do Estado até 1974. Casou-se com Francisco Rios Portales, passando a assinar MARIA DE LOURDES CÂMARA RIOS PORTALES. Ele é Boliviano, filho de José Rios Quinteros e Joana Portales de Rios, matemático, Professor de Engenharia e atual funcio-

nário da Companhia de Eletricidade de Brasília, onde residem atualmente. O casal tem os seguintes filhos:

Juana Maria Câmara Rios Portales - 11 anos.

José Ernesto Câmara Rios Portales - 10

Francisco Rios Portales Filho - 5 anos

Juliana Câmara Rios Portales - 4 anos.

JOAQUIM CÂMARA NETO, nasceu em Goiânia, a 19 de julho de 1940 onde iniciou seus estudos. Suas atividades profissionais começaram na firma J. CÂMARA & IRMÃOS S/A., tendo se transferido em 1960 para Brasília, trabalhando na então fundada Prefeitura do Distrito Federal, órgão vinculado à NOVACAP. Em 1966 volta para Goiânia e ingressa na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás onde cursa até o 3º ano de Direito quando se vê obrigado a suspender os estudos por motivo de doença. Trabalhou como Jornalista em O POPULAR e falava fluentemente inglês e alemão. Era solteiro e faleceu em 07 de dezembro de 1976, vítima por parada cardíaca.

FABIANO TITO LÍVIO CÂMARA, nasceu em Paracatú (MG.) em 06 de setembro de 1935. Iniciou suas atividades profissionais como balconista da Livraria de O POPULAR ocupando posteriormente sua gerência comercial. Estava na Direção Comercial da Televisão Anhanguera quando passou a trabalhar no Departamento da Receita, órgão vinculado à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, exercendo os cargos de Supervisor Fiscal nas cidades de Luziânia, Inhumas e Goiânia, passando a dirigir o Departamento de Receita e sendo transferido mais tarde para São Paulo onde exerceu o cargo de Delegado de Fazenda do Estado de Goiás. Afastado do serviço público, transferiu-se para a cidade de Curitiba (PR) aí se estabelecendo no comércio de eletroferragens. Após 8 anos de serviços nessa cidade, volta à Goiânia, exercendo atualmente a Direção Comercial da Gráfica O POPULAR. É casado com Dora Lúcia Werneck Câmara, natural do Rio de Janeiro, filha legítima de Cremilda Oliveira Werneck e Wantuil Lacerda Werneck. O casal tem os seguintes filhos:

Valéria Beatriz Werneck Câmara 09/12/58

Flávio Tradeu Werneck Câmara 02/04/62

Doriana Werneck Câmara 09/04/67.

MARCOS TADEU CÂMARA, nasceu em Goiânia, em 24 de setembro de 1947. Iniciou seus estudos no Colégio Ateneu Dom Bosco de Goiânia. Cursa atualmente Administração de Empresas na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas. Ex-Presidente da Federação Goiana de Automobilismo e atual membro de seu Conselho Deliberativo. Esteve em Londres em 1972. É o atual Diretor Comercial do Jornal O POPULAR. Casado com Nair de Moraes Câmara, Empresaria ligada às Artes-Plásticas, filha legítima do casal

Conceição Pereira de Moraes e Antonio de Moraes. O casal tem uma filha:

Danielle de Moraes Câmara 09/10/74.

FERNANDO CÂMARA, nasceu em 08 de julho de 1943 em Goiânia. Iniciou seus estudos no Colégio Ateneu Dom Bosco, concluindo o Curso Técnico de Contabilidade no Colégio Dom Marcos de Noronha. Suas principais atividades profissionais foram iniciadas na firma J. CÂMARA & IRMÃOS S/A., ocupando o cargo de contínuo, chegando à Tesoureiro Geral da empresa. Transferiu-se para Brasília em agosto de 1972 onde foi um dos fundadores do Jornal de Brasília, onde ocupa hoje o cargo de Diretor. É casado com Maria Felicidade Borges Câmara, filha do casal Antônio de Pádua Borges e Odila Borges de Carvalho. O casal tem uma filha:

Fernanda Borges Câmara, 25/11/79.

QUERUBINA CÂMARA, nasceu em Cauaçu-RN em 07 de dezembro de 1896, contraiu matrimônio com Manoel Câmara Sobrinho, filho de José Câmara de Isabel Bezerra Câmara (tios do autor) em 09 de março de 1918. É mãe de 11 filhos, oito dos quais faleceram ainda crianças. Estão vivos:

Dijesu Câmara, nascido em 03/01/1910 (Cauaçu-RN).

Maria Odila Câmara, nascida em 02/05/1920 (Cauaçu-RN).

Bartolomeu Câmara, nascido em 07/01/1923 (Cauaçu-RN).

Em 09 de outubro de 1938 muda-se com toda a família para Goiânia.

DIJESU CÂMARA, é solteiro, mora com os pais.

MARIA ODILA CÂMARA - Casada com Moacir Fleury Curado - Agente Fiscal Federal (aposentado). Ela é mãe de:

SOLANGE FLEURY DA FONSECA - Casada com Dr. Carlos Marcelo Coelho da Fonseca - Médico em Divinópolis-MG.

Solange é mãe de:

Flávia

Carina

Joaquim

Graziela

ROBERTO FLEURY CURADO - Casado com Maria Assis Fleury - Escritor (autor do livro de contos "Cemitérios e Gritos", já editado e "Que os Mortos Enterre Seus Mortos" à ser editado), funcionário do Banco do Brasil em Goiânia e estudante de Letras da Universidade Católica de Goiás. Pai de:

Roberto Fleury Curado Júnior

Rodrigo Fleury Curado

Denise Assis Fleury Curado

Daniela Assis Fleury Curado

MARIA DO CARMO FLEURY LOBO - Casada com Carlos César Santana de Oliveira Lobo, comerciante em Goiânia. É mãe de

Diogo Fleury Lobo

MARIA DAS GRAÇAS FLEURY MOTA - Casada com Lucas Mota, comerciante em Goiânia. Mãe de:

Livia Maria Fleury Mota

MARINA FLEURY CURADO ROSA - Casada com Dr. Joaquim Rosa Filho. Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Goiânia e empresário. Marina é mãe de:

Joaquim Rosa Neto

Fabício

Leandro

Marcos

Rafael

MARIA TEREZA FLEURY CURADO - Solteira, estudante universitária em Brasília-DF. (curso de Filosofia) é funcionária do Banco do Brasil.

BARTOLOMEU CÂMARA - Casado com Maria de Lourdes Câmara, funcionário Público - Pai de:

Paulo - Solteiro

MARIA DAS GRAÇAS- Casada com o sr. Wandernon Melo Lima Filho. Ela é mãe de:

Alexandre

Eliane

Roberto.

GEOVÂNIA - Casada com Manoel Nunes de Melo. é mãe de:

Manoel

Getúlio.

CRISTINA - Casada com o sr. Arísio Rosa de Moraes. Não tem filhos.

MARIA TARCISIA CÂMARA. Ela nasceu em Cauassú-RN em 21 de fevereiro de 1911, casou com Olegário de Faria em 07 de julho de 1941. Em 1932 deixa o Estado do Rio Grande do Norte juntamente com sua mãe, transferindo-se para Pires do Rio-Go., onde seu irmão Joaquim Câmara Filho era prefeito. Ela é mãe de:

José Augusto de Faria, nascido em 06/07/1946.

Ana Maria de Faria, nascida em 14/11/47.

Terezinha de Faria, nascida em 26/05/1949

Maria Aparecida de Faria, nascida em 06/06.1950

Esmeralda de Faria, solteira, universitária, nascida em 25/06/1953.

JOSÉ AUGUSTO DE FARIA - Casado com Maria Célia Rodrigues de Faria. Nasceu em Goiânia, a 06 de julho de 1946, onde reside e trabalha. Em 1966 seguiu para o Egito e outros países do Oriente Médio, onde integrou, por 14 meses, a U.N.E.F. - UNITED NATIONS EMERGENCE FORCE, quando então foi condecorado pela ONU com a Medalha de PAZ e distinguido com Menção Honrosa pelo Exército Brasileiro como reconhecimento aos relevantes

serviços prestados. Em 1975, atendendo convite de Uma Empresa Americana de Turismo, fez curso de atualização turística da Guatemala e Estados Unidos.. Em 1977, a convite do Governo Italiano, seguiu para aquele País onde cursou Turismo na Universidade Internacional de Roma e percorreu mais nove países em viagem de aperfeiçoamento. É aluno da Universidade Federal de Goiás, onde cursa Comunicação Social - JORNALISMO. É pai de:

Alessandra Rodrigues de Faria, 03/11/74

Bruno Invernizzi Câmara de Faria, 06/08/74.

ANA MARIA DE FARIA MARÇAL - Casada com o Industrial e Empresário Paulo Marçal. É mãe de:

Simone Marçal Júnior

Paulo Marçal Júnior

MARIA APARECIDA DE FARIA PINHEIRO - Casada com o fazendeiro e médico Vandick Dias Pinheiro. É mãe de:

Maria de Faria Pinheiro

Luciana de Faria Pinheiro

César Dias Pinheiro.

JAIME CÂMARA - Nasceu em Cauassú, município de Jardim de Angicos, posteriormente Baixa Verde, hoje João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte. Iniciou seus estudos aos sete anos com um professor particular. Em março de 1918 passou a estudar o curso primário no Colégio Santo Antônio, em Natal, onde fez ainda o curso secundário. Em maio de 1930 veio visitar o irmão, Joaquim Câmara Filho, em Planaltina, Goiás. Resolvendo ficar, transfere-se em setembro para a Capital do Estado, onde é empregado na Loteria de Goiás, como datilógrafo, a pedido do deputado Gabriel de Campos Guimarães. Eclodindo a Revolução de 1930, extinta a Loteria, é transferido, por portaria do secretário geral, Claro Godoi, para escrivão da Comissão de Sindicância recém criada para apurar denúncias contra o Governo deposto. Extinta a Comissão é transferido, por portaria do dr. Ignácio de Loiola para revisor de "Correio Oficial" e, posteriormente por portaria do dr. Javelino de Campos é designado contador da Imprensa Oficial. 1932 - Quando rebentou a Revolução paulista, juntamente com Benedito Silva, Maximiano da Mata Teixeira, Domingos Juliano, Pedro Vigiano, Dr. Jarbas Caia-do, dr Laudilino Gomes de Almeida, João Jardim Ingressou no Batalhão Goiano, sob o comando do major Câmara Filho para defender Goiás na fronteira com Mato Grosso. Em dezembro falece seu pai no Rio Grande do Norte, para onde viaja, trazendo a mãe e os irmãos para residirem em Goiás. 1933 - Fez concurso para Fiscal de Renda Federal e é aprovado em 15º lugar. Apesar de convocado para servir noutro Estado não assume o lugar para não sair de Goiás. 1934- Funda com o sargento Benedito Bernardes, Hamilton Velasco, Ibsen de Castro e outros o "Brasil Central Futebol Clube", sendo o seu presidente, promovendo várias festas e inclusive um grande

carnaval. Com Gerson Castro Costa, Jadus Santa Cruz Serradourada, Domingos de Barros Velasco e outros funda o 1º Tiro de Guerra da Cidade de Goiás, para evitar que os jovens goianos façam o Serviço Militar fora de sua cidade. Foi o seu primeiro presidente, tendo como primeiro aluno o ex-senador Emival Caiado. Juntamente com Alfredo Nasser, Albatênio de Godói, Goiás do Couto, Abdala Samahá, funda a Associação Goiana de Imprensa, sendo seu 1º presidente dr. Albatênio de Godói, conforme convite impresso para a reunião da fundação constante do arquivo da Associação. 1935 - Juntamente com Henrique Pinto Vieira, e a seu convite, funda a firma Comercial J. Câmara & Cia. para explorar o ramo gráfico, exonerando-se da Imprensa Oficial do Estado. Com segismundo de Araújo Melo e Joaquim Taveira, seus diretores, funda a revista Legislação Goiana, editada em sua tipografia. Com Leônidas Schimit funda o jornalzinho "Vossa Senhoria" de Sátira e crítica ao movimento da mudança da Capital, sendo a sua circulação proibida meses depois pelo Secretário de Segurança Pública, dr. João Monteiro. Com Joaquim Carvalho Ferreira, Ignácio Xavier e João Perilo funda o Jornal "A RAZÃO". 1936 - Com a transferência da capital para Goiânia, ainda em construção, compra o terreno para sede da sua firma, à Av. Goiás, onde hoje se acha construído a redação de O POPULAR. 1937 - Em setembro compra a parte de seu sócio Henrique Pinto Vieira e se transfere para Goiânia, onde com seus irmãos Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara funda a Sociedade Comercial J. Câmara & Irmãos, estabelecendo-se com tipografia, papelaria e livraria. 1938 - Em 3 de abril, juntamente com seus irmãos, funda o Jornal "O Popular", bisemanário que 2 anos depois passa a diário. 1939 - É registrado como jornalista profissional na Delegacia do Ministério do Trabalho, sob o nº 3, do livro 1. É eleito para o Conselho Fiscal da Associação Comercial. Torna-se sócio da Associação Brasileira de Imprensa. 1940 - É eleito para o Conselho Consultivo da Associação Comercial do Estado, inicia a construção do edifício sede de "O Popular", à Av. Goiás. É eleito para o cargo de 2º secretário do automóvel clube, hoje Jockey Clube. 1943 - É eleito presidente da Associação Comercial do Estado, 1944 - É reeleito presidente da Associação Comercial. 1947. É reeleito presidente da Associação Comercial e dá início à construção do edifício sede da entidade. 1949 - Mais uma vez reeleito presidente da Associação Comercial e funda, juntamente com os diretores Orlando Torres, Alexandre Gabriel, José Amaral Correia, Santino Lira Pedroza, Saulo Paranhos, Carlos Machado de Araújo, Henrique Coe a Federação do Comércio de Goiás e o SESC - Serviço Social do Comércio, e o SENAC - Serviço de Aprendizagem Nacional. Funda também a Escola de Comércio da Associação Comercial do Estado, com os mesmos companheiros de diretoria. 1945 - É nomeado pelo Governador Pedro Ludovico membro da Comissão de

Racionamento de Energia Elétrica. 1954 - Com Manoel Martins, José Amaral Correia e Vicente Carvelo, e mais 45 acionistas, funda a Rádio Anhanguera, sendo seu diretor Comercial. É nomeado Secretário da Agricultura pelo Governador Jonas Ferreira Duarte. 1955 - É nomeado pelo Governador José Ludovico secretário de Viação e Obras Públicas. Juntamente com o dr. Oto Nascimento e dr. Ernesto é nomeado pelo Governador José Ludovico membro da Comissão Encarregada da Construção das Obras da Usina da Cachoeira Dourada, assumindo a sua presidência. A Assembléia Legislativa de Goiás concede-lhe o título de Cidadão Goiano. A Câmara Municipal de Goiás concede-lhe o título de Cidadão Vilaboense. 1958 - É eleito presidente do Diretório Metropolitano do PSD. Deixa a Secretaria de Viação e Obras Públicas e é eleito prefeito de Goiânia. Recebe o título de Membro da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal outorgado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Recebe a "Medalha de Mérito da Federação da Indústria". 1960 - É nomeado pelo Governador Mauro Borges Teixeira diretor do Banco de Goiás. 1961 - Rompe politicamente com o Governador Mauro Borges Teixeira e é exonerado da diretoria do Banco e afastado de membro da Junta Comercial do Estado, cargo que exercia a 16 anos em sucessivas reconduções. Candidata-se a suplente de senador de José Feliciano e é derrotado na Convenção por Armando Stone, candidato do Governador Mauro Borges Teixeira, pela diferença de 28 votos. Renuncia o cargo de presidente do Diretório Metropolitano do PSD e meses depois se filia ao PTB, onde é eleito presidente da sua Comissão Executiva. 1963 - É nomeado pelo presidente João Goulart presidente da SUPRA-Superintendência da Reforma Agrícola. 1964 - É exonerado da SUPRA. Funda com 120 acionistas, a TV Anhanguera, sendo-lhe a Concessão outorgada pelo presidente Castelo Branco. É nomeado, pelo Marechal Ribas, Governador do Estado, presidente da Caixa Econômica do Estado. 1968 - Tendo se candidatado e eleito 1º Suplente. Assume a cadeira de deputado federal. 1969 - Tem seus direitos políticos suspensos por 10 anos. É lhe outorgado o título de Cidadão de Jataí, mas a Câmara Municipal suspendeu sua entrega por estar cassado. Escreve o livro "Os Tempos da Mudança" que historia a luta política que antecedeu a mudança da Capital do Estado. 1970 - Torna-se membro da Academia Goiana de Letras, ocupando a Cadeira 17, que tem como patrono Machado de Assis e substituindo o Dr. Joaquim Carvalho Ferreira. Recebe o diploma da "Legião de Honra Marechal Rondon" em solenidade no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que contou com a presença do Governador Negrão de Lima. É agraciado em São Paulo, juntamente com Ursulino Leão, Waldomiro Barlane Ortêncio e Colemar Natal e Silva, a Medalha "Jubileu de Prata", da Sociedade Geográfica Brasileira de São Paulo. Recebe a Medalha Comemorativa do Nasci-

mento de Alberto Santos Dumont, do Rio de Janeiro concedido pela entidade do mesmo nome. É agraciado com o título Escritor Rio Grandense residente fora do Estado, pelo Governador do R.G. Norte. 1971 - Recebe o título de Homem de Visão do Ano, concedido pelo Grêmio Littero Teatral Carlos Gomes. 1973 - Participa do Congresso de Imprensa Interamericana em Chicago. 1974 - É eleito presidente do Instituto dos Cegos de Goiás. Imprime a 2ª edição do livro "Nos Tempos da Mudança". 1976 - Inaugura a Estação de TV Anhanguera em Araguaina. É agraciado com o título de Cidadão Araguainense. É eleito presidente do Conselho Administrativo do Goiânia Esporte Clube. 1977 - Inaugura a estação de TV Anhanguera em Gurupi e várias cidades do norte goiano. Recebe o título de Cidadão de Porangatú. É eleito membro da Academia de Letras e Artes do Planalto de Luziânia. É eleito membro do Instituto Histórico de Goiás. Escreve o livro "Nos Tempos de Frei Germano" sobre a política de Goiás na década de 1930. Recebe o título de Cidadão Goiano de Uruaçu. 1978 - É eleito membro da Academia Catalana de Letras. Recebe o título de Cidadão Catalano. Recebe o título de Cidadão de Pires do Rio. É eleito Cidadão de Gurupi. É eleito cidadão de Edéia. Participa do Congresso de Imprensa em Miami, E.E.U.U. É eleito membro da ABERT - Associação Brasileira de Rádio e Televisão. É eleito cidadão da cidade de Inhumas. Funda a Creche "Jaime Câmara" na cidade de Goiás. É casado com Maria Célia Câmara, normalista, hoje empresária, fundadora da Casa Grande Galeria de Artes, natural de Jacarezinho, Estado do Paraná, filha legítima de Nestor Guimarães e Odete Alves Guimarães. O casal tem um filho:

Jaime Câmara Júnior.

JAIME CÂMARA JÚNIOR - nasceu em Goiânia, estudou no Colégio São José, onde fez o Jardim da Infância sendo o orador da turma aos 6 anos de idade. No Ateneu Dom Bosco e no Liceu de Goiás estudou os primeiros anos de ginásio, concluindo o curso em S. Paulo, no Colégio Arquidiocesano. Ingressando na Faculdade de Direito de Goiás concluiu o curso de bacharel em 1971. Trabalhou na Televisão Anhanguera como contra regra em 1967. Depois foi contador da firma J. CÂMARA & IRMÃOS S/A., e em seguida auxiliar de contabilidade. Em abril de 1969 foi eleito em Assembléia Geral presidente da Televisão Anhanguera, cargo que se mantém até hoje. Foi eleito também diretor da Rádio Anhanguera e Diretor Superintendente de J. Câmara & e Irmãos S/A. Fez curso de especialização em Comunicação em São Paulo. Esteve em Londres em 1968, participando de um Congresso de Comunicação e em 1974, 1976 e 1978 em Chicago, Nova Iorque e Miami, respectivamente, como presidente da Televisão Anhanguera, participando de Congresso Internacional de Comunicação. Em 1972 transferiu-se para Brasília, onde fundou o Jornal de Brasília juntamente com Fernan-

do Câmara e Wagner de Góes e assumiu o cargo de presidente e diretor do Jornal. Recebeu a Comenda Rio Branco conferida pelo Presidente da República General Ernesto Geisel em 1973. É colaborador da publicação especializada "Quem é Quem", da Empresa Visão, onde já escreveu artigo sobre o desenvolvimento da Imprensa no Brasil. É diretor da ABERT - Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão. Casou-se com Maria Alice Roriz, professora e universitária, filha legítima de Moisés da Silva Roriz Neto e de Zenaide Campos Roriz. O casal tem os seguintes filhos:

Cristiano Roriz Câmara, nascido em Goiânia, em 3 de julho de 1973.

Larissa Roriz Câmara, nascida em Goiânia dia 28 de novembro de 1975.

Goiânia, dezembro de 1978

Por JAIME CÂMARA
Membro do Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás.

Senhor Governador José Luiz Simões de

Autoridades Prefeitas

Senhores e Senhoras,

Do muito prazer de vos receber...

Conservarei o meu apreço por esta cidade e sempre deixo
significativa a minha participação no desenvolvimento da
cidade.

Desenvolvi a administração municipal com a participação
da comunidade e com o apoio de todos os setores da sociedade
civil, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida
dos cidadãos.

Agradeço a todos os funcionários públicos e privados que
trabalham para o bem da cidade e a todos os cidadãos que
por meio de suas ações contribuem para o desenvolvimento
da cidade. Também agradeço aos membros do Conselho
Municipal de Desenvolvimento Urbano e ao Conselho
Municipal de Meio Ambiente e Defesa do Patrimônio Cultural,
que sempre estiveram ao meu lado, contribuindo para a
gestão municipal. Também agradeço aos membros do
Conselho Municipal de Planejamento e ao Conselho Municipal
de Educação, que sempre estiveram ao meu lado, contribuindo
para a gestão municipal.

Com a minha saída de cargo, a responsabilidade pela gestão
municipal será assumida pelo Sr. Governador, Sr. Prefeito e
Sr. Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano,
Sr. Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Defesa
do Patrimônio Cultural, Sr. Presidente do Conselho Municipal
de Planejamento e Sr. Presidente do Conselho Municipal de
Educação. Com a minha saída de cargo, a responsabilidade
pela gestão municipal será assumida pelo Sr. Governador,
Sr. Prefeito e Sr. Presidente do Conselho Municipal de
Desenvolvimento Urbano, Sr. Presidente do Conselho Municipal
de Meio Ambiente e Defesa do Patrimônio Cultural, Sr. Presidente
do Conselho Municipal de Planejamento e Sr. Presidente do
Conselho Municipal de Educação.

Com a minha saída de cargo, a responsabilidade pela gestão
municipal será assumida pelo Sr. Governador, Sr. Prefeito e
Sr. Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano,
Sr. Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Defesa
do Patrimônio Cultural, Sr. Presidente do Conselho Municipal
de Planejamento e Sr. Presidente do Conselho Municipal de
Educação. Com a minha saída de cargo, a responsabilidade
pela gestão municipal será assumida pelo Sr. Governador,
Sr. Prefeito e Sr. Presidente do Conselho Municipal de
Desenvolvimento Urbano, Sr. Presidente do Conselho Municipal
de Meio Ambiente e Defesa do Patrimônio Cultural, Sr. Presidente
do Conselho Municipal de Planejamento e Sr. Presidente do
Conselho Municipal de Educação.

DA CULTURA GOIANA

Senhor Governador José Luiz Bittencourt

Autoridades Presentes

Senhoras e Senhores:

Conservar e desenvolver a cultura goiana.

Conservá-la como um bem, um legado, a parte mais singnificativa da herança que nois transmitiram dezenas de gerações.

Desenvolvê-la, acrescentar-lhe novos dotes, enriquecê-la com nossa criatividade e nossas experiências, a exemplo do depositário fiel da parábola bíblica dos talentos.

A cultura de um povo, de uma civilização, é a língua, a tradição, os costumes, a criação artística, a tecnologia — por mais rústica que seja; as obras artesanais — misto de utilidade e tortura estética. Conservar a cultura é, por certo, manter intactos esses valores. Somente isto já exigiria uma vigilância diuturna, um estado constante de alerta contra a ação predatória do homem e do tempo. Proteger os bens culturais da corrosão do tempo é mais fácil que protegê-la da fúria dos novos vândalos e da ganância dos mercadores.

Mas proeger não é suficiene. A matriz das civilizações é a cultura. Nessa forja é temperado seu poderio material, sua influência, sua capacidade de expandir-se e de subsistir, o espírito de seu povo, o caráter da nação, o substrato vivo das instituições, os valores da sociedade. Ora, assim como sua ascensão, o declínio de uma civilização decorre ou se confunde com o fenecimento, a esterilidade, o apagar-se de valores culturais que lhe deram nascimento.

Assim sendo, o que nos cumpre conservar e aperfeiçoar?

Eu diria: os bens **corpóreos** — sinais concretos, tangíveis, materializados em canções, em pedra esculpida, em danças, em verso e prosa, em cores, luz e sombra — ou os bens **incorpóreos**, mas tão ou mais valiosos, e na verdade mais

frágeis, como a identidade cultural, o sentimento atávico que nos agarra aos lugares, às raízes familiares, aos símbolos, a insondáveis ditames religiosos e morais, aos modos de ser, de pensar, e dizer, de sofrer e de alegrar-se. Modos de viver, de origens imemoriais. Eis o que há para ser conservado e aperfeiçoado: as expressões materiais e a própria alma da cultura.

Por isso fomentar a criação artística é contribuir para o desenvolvimento integral de nossa gente e a perpetuação dos valores positivos de nosso berço.

Esta **Tarde de Integração Cultural**, uma inteligente iniciativa de Dona Belkiss Spenciere à frente da Fundação Cultural, deve — além de seus objetivos específicos — servir para reflexões sobre nossas responsabilidades comuns quanto à cultura, quanto à necessidade de fixar e acentuar os marcos de goianidade, de nossas origens e de nosso destino como fração distinta e valiosa da civilização brasileira.

Ao ilustre Governador José Luiz Bittencourt, que nos determinou fosse dado integral apoio a este encontro, os nossos agradecimentos pelo prestígio de sua presença e de sua participação e, mais do que isso, nossos agradecimentos por tudo que tem feito, no correr de sua gloriosa trajetória pela vida pública, pela cultura em Goiás.

Aos escritores, poetas, compositores, artistas plásticos e outros artistas e cultores da arte, aqui presentes, e aos jornalistas, por seu papel de difusão e esclarecimento, bem como à dinâmica superintendente da Fundação Cultural — meus cumprimentos e votos de uma bem sucedida tarde de integração.

Discurso proferido pelo Secretário da Educação,
Dr. Humberto Ludovico de Almeida Filho, na tarde de
Integração Cultural — 12.01.79

RELATÓRIO DE ATIVIDADES:

Maio de 78/Junho de 79.

REUNIÕES:

Solene — 1
Extraordinárias — 4
Ordinárias — 3

1. SESSÃO SOLENE:

Sessão solene e conjunta que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e a Universidade Federal de Goiás realizaram com o fim de ouvir a conferência proferida pelo Embaixador da Romênia no Brasil.

2 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS:

23/5/78 — Reunião para atender solicitação do Ministério da Justiça, no sentido de completar a instrução do processo de declaração de utilidade pública do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

4/7/78 — Reunião especial para eleger a nova diretoria da Instituição, para o biênio julho de 1978 a junho de 1980.

28/12/78 — Reunião para o encerramento das atividades do ano em curso, conagraçamento dos integrantes da Entidade, apresentação da planta do edifício-sede do Instituto e votação do nome do prof. Manoel Ferreira para sócio da Associação.

— Reunião para apresentação e discussão da planta do edifício-sede da Asssociação para as instruções finais e contatos com o Governador do Estado a fim de liberar a licitação da construção do prédio.

3. REUNIÕES ORDINÁRIAS:

23/5/78 — Reunião para satisfazer uma exigência necessária para instruir decreto de utilidade pública federal do Instituto, cujo processo se encontra em andamento no Ministério da Justiça.

11/10/78 — Reunião para votação de novos nomes de candidatos a sócios do Instituto; apresentação de relatório sobre o andamento do processo que cogita da construção da sede definitiva do Instituto, assim como os encontros mantidos com o sr. Governador, com a finalidade de solicitar financiamento, pelo Estado, para a referida construção.

4. **CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS** (a partir de 1º de junho de 1978).

— Of. ao Sr. Presidente da Comissão Especial de Consolidação da Legislação do Estado, Dr. Dercílio de Campos Meireles, agradecendo obras enviadas à biblioteca do Instituto e congratulando com o Governo e com ele, especialmente, por encaminhar tão importante trabalho que veio enriquecer a bibliografia jurídica-administrativa de Goiás.

Of. ao Presidente do Conselho Secional da OAB de Goiás, Dr. Otaviano de Miranda — agradecendo ao Egrégio Conselho, os votos de louvor e aplausos enviados pela passagem dos 45º aniversário de fundação do Instituto.

— Edital de convocação — O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Professor Colemar Natal e Silva — convoca os Srs. Sócios para a Assembléia Geral Ordinária, com o fim de eleger a Diretoria e a Comissão Permanente que terão vigência no biênio 78/80.

— Of. ao Dr. Edmundo Araújo Campos, Diretor do “JORNAL DOS TRANSPORTES” — agradecendo a remessa contínua do seu órgão de imprensa, durante todo o ano de 1977.

— Idem, ao Diretor do “JORNAL DE LUZIÂNIA”.

— Idem, ao Professor Dr. Dante Laytano, Diretor do jornal “HISTÓRIA & FATOS”.

— Idem, à Dra. Patrícia Finzi Fingermann, Diretora da revista “SHALOM”.

— Idem, ao Dr. Pedro J. Meinrath, Diretor da revista “DIRIGENTE INDUSTRIAL”.

— Idem, ao Dr. Sérgio Pini, Diretor da revista “A CONSTRUÇÃO”.

— Idem, ao Dr. Osvaldo Penha Gessulli, Diretor da revista “ATUALIDADES VETERINÁRIAS, AGRONÔMICAS E AGRO-VETERINÁRIAS”.

— Idem, ao Dr. Ary Gadelha de Alencar Araripe, Presidente do NÁUTICO ATLÉTICO CEARENSE.

Idem, à Dra. Leonor Timóteo, Chefe de Divulgação do Mensário do Arquivo Nacional.

Of. ao Dr. Dante Laytano, Presidente da Academia Brasileira de História, agradecendo convite para a celebração, no dia 20/7/78, do centenário de falecimento de Francisco Adolpho de Varnhagen — Visconde de Porto Seguro.

Of. ao Acadêmico Dr. José Castellani, Secretário-adjunto da Academia Brasileira de História e secretário do jornal "HISTÓRIA & FATOS", enviando, atendendo of. circ. nº 020/78, os números 2,3,4,5 e 6 da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e, também, cópia da conferência proferida ao ensejo do transcurso do 250º aniversário da fundação da Cidade de Goiás.

— Expediente enviado aos senhores representantes de Goiás no Senado e na Câmara Federal, solicitando ajuda financeira para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás:

Senador Lázaro Ferreira Barboza

Senador Osires Teixeira

Senador Benedito Vicente Ferreira

Deputado Federal Jarmund Nasser

Deputado Federal Adhemar Santillo

Deputado Federal Elcival Caiado

Deputado Federal Fernando Cunha

Deputado Federal Genervino Fonseca

Deputado Federal Hélio Levy da Rocha

Deputado Federal Iturival Nascimento

Deputado Federal Juarez Bernardes

Deputado Federal José de Assis

Deputado Federal Rezende Monteiro

Deputado Federal Siqueira Campos

Deputado Federal Wilmar Guimarães

— Requerimento ao Secretário da Educação e Cultura, Dr. Humberto Ludovico de Almeida Filho, pedindo que seja efetuado pagamento de auxílio obtido para o Instituto, do Governo do Estado.

— Of. à Sra. Júlia Godóis Vianna, Chefe da Seção de Intercâmbio da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, agradecendo remessa de publicações sobre folclore e solicitando mais alguns exemplares.

— Declaração de que a Profa. Esther Barbosa Oriente, funcionária da SEC, posta à disposição do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, aqui prestou serviços de 11.11.74 a 31.12.75.

Of. ao Presidente da Associação Goiana de Imprensa, Dr. Alírio Afonso de Oliveira, agradecendo convite para participar do conagraçamento da classe dos jornalistas.

— Of. do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Professor Colemar Natal e Silva, agradecendo a escolha de seu nome para uma rua do loteamento “Chão de Estrelas”.

— Of. do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, delegando poderes ao escritor Prof. José Mendonça Teles, para representar esta Associação na solenidade de inauguração da exposição “A Cidade de Goiás e o escultor goiano Veiga Valle”, no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

— Of. ao Prof. Joaquim Gilberto, solicitando remessa de dados para instruir o seu “curriculum vitae”.

— Of. à Profa. Belkiss Spencieri Carneiro de Mendonça, felicitando-a pela justa e merecida escolha do seu nome para Presidente da Fundação Cultural de Goiás.

— Of. ao Sr. Prefeito Hélio Mauro Umbelino Lôbo, enviando apoio e felicitando-o pelo seu trabalho de restabelecer monumentos históricos da cidade.

— Of. ao Secretário da Educação e Cultura, agradecendo o apoio dado ao Museu da Imprensa, colocando à sua disposição a funcionária Marilda da Costa Pereira.

— Edital de convocação — o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico convoca os sócios para sessão ordinária a realizar-se no dia 11-10-78, às 16 horas, com o fim de apreciar e julgar os processos de escolha de novos sócios.

— Of. ao Sr. Deputado João Divino Dornelles, enviando felicitações pela aprovação do projeto de lei, de sua autoria, criando a Universidade Rural.

— Of. ao Dr. Luiz Fernando Valladares, congratulando-se com o Conselho Estadual de Cultura pela sua eleição para o cargo de Presidente da Fundação Cultural de Goiás.

— Of. ao prof. Modesto Gomes, felicitando-o pela sua eleição para as funções de Vice-Presidente do Egrégio Conselho Estadual de Cultura.

— Of. ao ilustre historiador Dr. Eul-Soo Pang, comunicando que a Assembléia Geral do Instituto o elegeu para integrar o quadro de sócios correspondentes da Associação.

— Of. ao jornalista Lourival Batista Pereira, congratulando-se pelo transcurso dos 25 anos da “Coluna Jornalística” que traz o seu nome, na Folha de Goiás.

— Of. ao Acadêmico Dr. Jaime Câmara, pelo qual o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, agradece ao ilustre sócio a oferta da edição de 1.000 exemplares da Revista nº 7, do Instituto, e comunica haver proposto, em Assembléia Geral a concessão, para o seu nome, do título de

Sócio Benemérito, que só pode ser preenchido por sócio titular que haja prestado serviço de relevância à Entidade.

— Confirmação de expediente, via do qual o Instituto Histórico e Geográfico, solicita dos representantes de Goiás no Senado e na Câmara Federal:

Senador Osires Teixeira — expediente nº 82/78,
Senador Benedito Vicente Ferreira — expediente nº 78/78,
Deputado Federal Elcival Caiado — exp. nº 84/78,
Deputado Federal Adhemar Santillo — exp. nº 83/78,
Dep. Federal Fernando Cunha — exp. nº 85/78,
Dep. Federal Genervino Fonseca — exp. nº 86/78,
Dep. Federal Hélio Levy da Rocha — exp. nº 87/78,
Dep. Federal Iturival Nascimento — exp. nº 88/78,
Dep. Federal Juarez Bernardes — exp. nº 89/78,
Dep. Federal José de Assis — exp. nº 90/78,
Dep. Federal Rezende Monteiro — exp. nº 91/78,
Dep. Federal Siqueira Campos — exp. nº 92/78,
Dep. Federal Wilmar Guimarães — exp. nº 93/78,

Dep. Federal Jarmund Nasser — exp. nº 79/78, inclusão de uma verba no orçamento da União, a qual possibilitará a execução do amplo programa cultural planejado para 1979.

— Of. ao Senador Lázaro Ferreira Barbosa, agradecendo a importância de Cr\$ 20.000,00, oferecida de sua quota pessoal, para ser retirada do orçamento da União a vigorar em 1979.

— Of. ao Professor Dr. Irapuan da Costa Júnior, Governador do Estado, felicitando-o pela construção e inauguração do Ginásio de Esportes Rio Vermelho.

— Of. ao Arquiteto Airton Lélis, solicitando indicação de um arquiteto para elaborar o projeto da construção de um anexo ao Instituto.

— Convocação — o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, convoca os sócios para sessão solene e conjunta, que o Instituto e a Universidade Federal de Goiás farão realizar no dia 28/11/78, a fim de ouvir a conferência que será proferida pelo Embaixador da Romênia no Brasil, Dr. Nicolae Ghenea, em comemoração ao sexagésimo aniversário da UNIÃO DA TRANSILVÂNIA COM A ROMÊNIA (1918), sobre o tema "Formação do Estado Nacional unitário Romênio.

— Remessa de convites para os membros dos três poderes, bem como para autoridades civis e militares para a sessão solene e conjunta que o Instituto e a Universidade Federal farão realizar no dia 28/11/78, com a finalidade de ouvir conferência que será proferida pelo Embaixador da Romênia.

— Of. ao Comitê Goiano pela Anistia, agradecendo o convite feito à Diretoria desta entidade para participar do encontro de entidades civis pela Anistia, e justifica o não comparecimento.

— Of. ao Prof. José Batista Pinto, Vice-Presidente da FECCI-GO e à Prof^a Brasilete Ramos Caiado, Diretora da Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, agradecendo convite para a missa de Ação de Graças, pelo Jubileu de Ouro de sacerdócio do Frei Simão Dorvi, esclarecendo que o mesmo só chegou com grande atraso, o que justifica o não comparecimento

— Of. ao Prof. Dante Laytano, Presidente da Academia Brasileira de História, agradecendo convite para a solenidade comemorativa do “Dia da Marinha e da semana de aniversário da Polícia Militar”.

— Convocação — o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, convoca todos os sócios para sessão de encerramento dos trabalhos do ano de 1978 e conagraçamento de todos os integrantes da Associação.

— Mensalmente foram enviadas, à SEC, declaração de frequência dos funcionários cedidos ao Instituto, por aquela Secretaria.

1979

— Of. à Dra. Patrícia Finzi Fingermann, agradecendo a remessa contínua da revista SHALOM, durante todo o ano de 1978.

— Idem, ao Jornalista Ary Cunha — Diretor do jornal CORREIO BRASILIENSE, em Goiás.

— Idem, ao Jornalista Herbert Moraes Ribeiro, Diretor do JORNAL OPÇÃO.

— Idem, ao Jornalista Paulo Alves Ferreira, Diretor Executivo do jornal FOLHA DE GOIÁZ.

— Idem, ao Jornalista Batista Custódio, Diretor Executivo do semanário CINCO DE MARÇO.

— Of. ao Dr. Humberto Ludovico de Almeida Filho, Secretário da Educação e Cultura, solicitando renovação de disposição da funcionária Marilda Costa Pereira.

— Of. ao Dr. José Gueiros, enviando, incluso, documentação e instrumento de procuração para efeito de recebimento das verbas consignadas no orçamento de 1979, em benefício do Instituto Histórico e Geográfico.

— Of. ao Professor Dr. Irapuan da Costa Júnior, Governador do Estado, solicitando aumento da verba de Cr\$. . . . 25.000,00, para Cr\$ 100.000,00.

— Expediente ao Conselheiro Dr. José Sebba, Presidente

do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, encaminhando demonstração contábil da verba de Cr\$ 25.000,00, que o Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, concedeu como auxílio, ao Instituto, para as despesas do exercício de 1978.

— Ofs. aos Professores Dr. Waldir Luiz da Costa, Dr. José Lopes Rodrigues e Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado, encaminhando a minuta do contrato de aluguel do prédio-sede da Associação, para emitir parecer sobre o assunto.

— Of. ao Jornalista Domiciano de Faria, Diretor do jornal "O POPULAR", agradecendo a remessa contínua daquele diário, durante o ano de 1978.

— Idem, ao Jornalista Jaime Câmara Júnior, Diretor Executivo do JORNAL DE BRASÍLIA.

— Idem, ao Dr. Oswaldo Penha Gessulli, Diretor das revistas ATUALIDADES VETERINÁRIAS, AGRONÔMICAS E AGROVETERINÁRIAS.

— Idem, ao Dr. Sérgio Pini, Diretor da revista A CONSTRUÇÃO.

— Idem, ao Dr. José Cândido de Oliveira, Diretor do mensário A VOZ DO SUDOESTE.

— Idem, ao Dr. Ary G. A. Araripe, Presidente do NÁUTICO ATLÉTICO CEARENSE.

— Idem, ao Prof. Dr. Dante Laytano, Diretor do jornal HISTÓRIA & FATOS.

— Idem, à Direção do Inst. de Ciências Naturales, da Argentina, agradecendo remessa de diversas publicações.

— Idem, à direção da EMBRATUR, agradecendo a remessa do Anuário Estatístico EMBRATUR — 79.

— Of. do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Professor Colemar Natal e Silva, ao Dr. Fábio Nelson Guimarães, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del Rei, pelo qua acusa ter recebido comunicação da leitura de seu trabalho sobre a "Missão da História na Conjuntura Atual", em sessão de 5-11-79.

— Of. à Diretoria Executiva da Academia Brasileira de História, acusando recebimento de relatório das atividades culturais realizadas pela douta Academia no ano de 1978 e envia cumprimentos pelo vasto programa.

— Of. ao Dr. Jaime Câmara, pelo qual o Presidente o felicita pelo seu trabalho "Ensaio Genealógicos — Ramificações e atividades da família CÂMARA em Goiás", e solicita exemplar do mesmo para publicação na revista do Instituto.

— Of. à Prof^a Belkiss S. Carneiro de Mendonça, Presidente da Fundação Cultural de Goiás, acusando recebimento

do of. circ. nº 001/79, solicitando, do Instituto Histórico e do Instituto dos Advogados, programas culturais dessas entidades.

— Of. ao Dr. Jacy de Siqueira, da Coordenação e Financiamento e Endividamento, agradecendo oferta da obra “OPUS de Pires do Rio”.

— Of. ao Prof. Dr. Irapuan da Costa Júnior, Governador do Estado, solicitando que autorize licitação para a construção da sede do Instituto.

— Of. à Profª Regina Lacerda, comunicando aprovação de seu nome para integrar os quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, solicitando seja enviado o nome escolhido para patrono de sua cadeira.

— Idem, ao Dr. E. D’Almeida Victor, de Brasília.

— Idem, ao Prof. Manoel Rodrigues Ferreira, de São Paulo.

— Of. à Profª Belkiss Spencieri Carneiro de Mendonça, Presidente da Fundação Cultural de Goiás, encaminhando programas culturais do Instituto Histórico e do Instituto dos Advogados de Goiás, atendendo solicitação.

— Of. ao Gerente do Banco do Brasil de Campinas, solicitando que a subvenção federal, depositada na Agência de Campinas, seja transferida para a conta nº 31005-25, na Matriz,

— Expediente ao Dr. Délson Leone, Secretário da Educação e Cultura, solicitando renovação do Convênio — Secretaria/Instituto — nas mesmas bases e forma legal, para o período de 1º-01-1979 a 31-12-1981.

— Of. ao Jornalista Herbert Morais Ribeiro e ilustrado corpo redatorial do “JORNAL OPÇÃO”, enviando felicitações pela transformação do órgão em diário.

— Of. aos Jornalistas Néelson Raphaldini e Walter Borges, Diretores do jornal “O Estado de Goiás”, solicitando remessa, a este Instituto, de dois exemplares do já destacado órgão de imprensa.

— Of. ao Dr. Délson Leone, Secretário da Educação e Cultura, fazendo comentário sobre a intenção do Governo de construir um prédio para o Arquivo Histórico do Estado e a Biblioteca Pública, esclarecendo que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás é o órgão, cuja missão específica é a de exercer, praticar, divulgar o conhecimento da história, zelando pela sua perpetuidade e resguardo. Comenta, ainda, a precária situação do prédio, construído há 40 anos (primeira associação cultural estabelecida em Goiânia) e que, tendo solicitado ajuda do Governo passado e agora, do atual, aguarda solução favorável no sentido de construir o prédio, comunicando, também,

que o Instituto se propõe a ceder instalações, em caráter permanente e gratuito, no seu edifício-sede, para o Arquivo Histórico e a Biblioteca Pública.

— Of. ao Jornalista Herbert Morais Ribeiro, Diretor do “Jornal Opção”, reclamando a continuidade do envio gratuito de dois exemplares daquele jornal.

— Of. ao Dr. Cássio Ribeiro Ramos, Gerente da Agência Central do Banco do Brasil de Goiânia, comunicando a designação do Acadêmico Dr. Jaime Câmara, membro efetivo deste Instituto, para as funções de tesoureiro da entidade, em substituição ao Prof. Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado.

— Of. à Prof^a Lena Castelo Branco Ferreira da Costa, transmitindo sincero e profundo pesar pelo falecimento de seu esposo., Dr. Lázaro Costa.

— Of. ao Dr. Luiz Marcello Moreira Azevedo, Presidente da CESP-CPA, solicitando os 9 primeiros números da revista CESP/PAULISTA.

— Of. ao Dr. Délson Leone, Secretário da Educação e Cultura, comunicando que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em sessão plenária, aprovou a cessão de uma parte do prédio próprio da Associação, a ser construído pelo Governo, para instalações da Biblioteca e Arquivo Histórico, na mesma reunião delegou plenos poderes ao Presidente signatário para, em nome do Instituto Histórico, tomar todas as providências que forem necessárias à efetivação da medida, assinar acordo, convênio ou qualquer outra formalidade.

— Of. ao Dr. Waldir Luiz Costa, o Presidente envia cópia da portaria nº 003/79, acompanhada das colaborações para o próximo número da revista do Instituto.

— Idem, ao Prof. Modesto Gomes da Silva.

— Idem, ao Prof. Basileu Toledo França.

— Of. ao Dr. Ayrton Pinto Pereira — Acaraí, Niterói — enviando, a pedido, a data da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (15-06-1933).

— Of. ao Dr. Enélio Lima Petrovich, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, enviando felicitações pela aprovação do nome do Acadêmico Dr. Jaime Câmara para sócio correspondente da veneranda e tradicional “Casa da Memória Norte Riograndense”.

— Expediente ao Acadêmico Marco Antônio Rangel P. de Campos Salles, Secretário Geral da Academia Brasileira de História, enviando, a pedido, o “curriculum vitae” do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Professor Colemar Natal e Silva.

— Of. ao Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Prof. Luiz Gonzaga de Faria, encaminhando expediente enviado ao Instituto pela Fundação UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, Campina Grande — Paraíba, solicitando atendimento.

— Of. ao Dr. Ary Ribeiro Valadão, Governador do Estado de Goiás — O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na condição de coordenador do lançamento, pela Câmara dos Deputados, da obra “Perfis Parlamentares — Leopoldo de Bulhões”, convida para a solenidade do lançamento, no dia 28/06/79.

— Idem, aos Jornalistas: Dr. Jaime Câmara, Presidente da Organização “Jaime Câmara”, Dr. Herebit Moraes Ribeiro, Diretor do Jornal Opção, Dr. Batista Custódio, Diretor Executivo do jornal “Cinco de Março”, Dr. Paulo Alves Ferreira, Diretor Executivo dos Diários Associados, em Goiás.

— Idem, ao Dr. Paulo de Amorim, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ao Deputado Enio Paschoal, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, ao Dr. José Cruciano de Araújo, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás ao Pe. José Carlos de Lima Vaz, Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás e ao Dr. Claro Augusto de Godoy, membro do Instituto.

— Mensalmente foram enviadas, à Secretaria de Educação e Cultura, declarações de frequência dos funcionários cedidos ao Instituto por aquela Secretaria.

5. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS (a partir de 09-06-78)

— Convite do Presidente da Câmara Municipal de Goiânia para a solenidade de entrega de título de Cidadania ao Sr. Onísio Domingos da Silva.

— Of. do Presidente da OAB-GO, parabenizando o Presidente e demais membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pela passagem dos 45 anos de fundação da entidade.

— Of. da Sra. Secretária da Educação Municipal, solicitando que seja colocada à disposição daquela Secretaria, a funcionária Nadir Alvarenga de Resende a fim de participar do curso de treinamento de pessoal docente.

— Convite do Sr. Governador do Estado para as solenidades de instalação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na cidade de Goiás, no dia 26-07-78, no Palácio Conde dos Arcos.

— Convite do Presidente da Academia Brasileira de História para a celebração do Centenário de falecimento de

Francisco Adolpho de Varnhagen — Visconde de Porto Seguro, no dia 20-07-78.

— Circ. do Secretário da Academia Brasileira de História e do Jornal "História & Fatos", ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, solicitando contribuição de cultura histórica para divulgação da memória nacional e preservação do patrimônio histórico brasileiro.

— Convite da Academia de Letras e Artes do Planalto para a sessão Magna de posse do Professor Simão Carneiro de Mendonça, no dia 5-08-78, em Luziânia-Go.

— Convite do Náutico Atlético Cearense para prestigiar o lançamento do livro "Patuá de Recordações", no dia 11-08-78.

— Convite da Livraria e Editora Goiana, ao Instituto, para as solenidades de inauguração de sua 3ª filial.

— A Associação dos Arquivos Brasileiros, do Rio de Janeiro, envia ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, programa de cursos de Aperfeiçoamento de Alto Nível.

— Convite de Paulo Araújo Galeria de Artes, Arselme Engenharia LTDA e Associação dos Artistas Plásticos do Distrito Federal, para a inauguração da Exposição de Pinturas de NEWMAN, no período de 7 a 30-08-78.

— Convite da Livraria e Editora Cultura Goiana e Associação Profissional dos Economistas do Estado de Goiás, para o lançamento do livro — "Uma Proposta para o Nordeste Goiano", no dia 18-08-78.

— Of. do Secretário Adjunto da Academia Brasileira de História, agradecendo a remessa de revistas do Instituto.

— Convite da Comissão Promotora da Exposição "A Cidade de Goiás e o escultor goiano Veiga Valle", para a solenidade de inauguração da mesma, em 14-09-78, no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

— Of. do Náutico Atlético Cearense, acusando recebimento do of. do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, onde o Presidente agradece comunicação da eleição de posse da nova Diretoria Administrativa e o cumprimenta.

— Of. do Senador Lázaro Ferreira Barboza, comunicando destinação, a essa Entidade, de verba no valor de Cr\$. . 20.000,00. para o exercício de 1979.

— Telegrama do Senador Osires Teixeira acusando recebimento do of. do Instituto, solicitando subvenção.

— Convite do Prefeito Hélio Mauro Umbelino Lôbo, para as solenidades do 45º aniversário de Goiânia.

— Of. do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso, acusando o recebimento do vale postal no

valor de Cr\$ 83,00 e comunicando a remessa da revista nº XVIII, daquele Instituto.

— Convite da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, para sessão solene, comemorativa do 9º aniversário de fundação da A.F.L.A.G., no dia 9-11-78.

Convite do Governador do Estado de Goiás, para visita ao Ginásio de Esportes Rio Vermelho, em 31/10/78.

— Of. do Reitor da Universidade Católica de Goiás, acusando recebimento da revista do Instituto e da Conferência do Professor Colemar Natal e Silva, no Congresso Nacional, cumprimentando-o pelo trabalho apresentado.

— Telegrama do Deputado Federal Siqueira Campos, acusando recebimento do of. que solicita subvenção para o Instituto.

— Carta do Deputado Federal José de Assis, acusando recebimento do of. nº 118/78 que comunica destaque de verba para Assistência Social no valor de Cr\$ 10.000,00.

— Of. do Professor Eul-Soo Pang, da Vanderbilt University-Nashville, Tennessee; acusando recebimento do of. de 26-10-78, informando-o de sua eleição como Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e agradecendo pelo ato gentil de sua acolhida nessa casa de cultura.

— Expedientes enviados pelas seguintes autoridades: Governador do Estado, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Secretário de Serviços Sociais, Secretaria de Assuntos Extraordinários, Presidente da Fundação Cultural de Goiás, Secretário da Segurança Pública, Secretaria do Planejamento e Prefeito Municipal de Goiânia, agradecendo convite para a conferência do Embaixador da Romênia no Brasil, em 28-11-78.

— Convite da Academia Brasileira de História, para a solenidade comemorativa do “Dia da Marinha” e da “Semana de Aniversário da Polícia Militar”, a ser realizada em 12-12-78.

— Of. do Desembargador Geraldo Majella Franklin Ferreira, agradecendo convite para sessão solene comemorativa do sexagésimo aniversário da União da Transilvânia com a Romênia.

— Expediente da Embaixada da República Socialista da Romênia em Brasília, encaminhando doação de livros romenos para a Biblioteca do Instituto.

— Convite da Alliance Française de Goiânia, para as solenidades de encerramento do ano letivo de 1978, no dia 1º-12-.

— Of. do sócio Gelmires Reis, comunicando envio de cheque no valor de Cr\$ 240,00, para pagamento do 2º semestre

do ano em curso e solicitando 2 exemplares da última publicação da revista do Instituto.

— Of. do Secretário da Saúde, Sizelfsio Simões de Lima Filho, agradecendo convite para participar da conferência do Embaixador da Romênia no Brasil, no dia 28-11-78.

— Convite da Diretora da Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, Prof^a Brasilete Ramos Caiado, para missa de Ação de Graças pelo jubileu de ouro de sacerdócio do Frei Simão Dorvi, no dia 09-12-78.

— Of. do Comitê Goiano de Anistia, convidando o Presidente do Instituto para participar do Encontro de Entidades Civas pela Anistia.

— Of. do Presidente da Academia Goiana de Letras, Dr. Ursulino Tavares Leão, parabenizando o Instituto pela vinda do Embaixador da Romênia no Brasil, a Goiânia, proferindo conferência.

1979

— Of. da Sociedade Brasileira de Educação e Integração, enviando recorte de jornal que relata o seu 10º aniversário.

— Of. da Presidente da Fundação Cultural de Goiás, solicitando a programação cultural deste Instituto, mensalmente, com o propósito de incluí-la em "Boletim Calendário", a ser distribuído para as entidades de cultura de Goiás e do País.

— Of. do Prof. Paulo Gomide Leite, Secretário Municipal de Goiânia, informando ao Presidente do Instituto que, em face a carência de recursos financeiros, a Prefeitura não poderá conceder-lhe o auxílio solicitado.

— Of. da Gráfica do Livro Goiano LTDA, Editora Oriente, comunicando que, atendendo o apelo dos sócios do Instituto, será feita a redução de 10%, na publicação de suas obras.

— Of. da Secretaria da Educação e Cultura, através da Unidade de Recursos Humanos, solicitando duas salas deste Instituto, para realização de curso de Atualização de Técnicos Envolvidos na Execução Financeira de Projetos Desenvolvidos com recursos do Salário Educação, no período de 12 a 22 de fevereiro — 79.

— Of. do Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Dr. Luiz Fernando Valladares Borges, convidando para sessão plenária, no dia 21 de fevereiro, onde serão discutidos assuntos de interesse da cultura em nosso Estado.

— Expediente pelo qual a historiadora e folclorista Regina Lacerda, acusa recebimento de of. desta Presidência, comunicando aprovação de seu nome para integrar os quadros de sócios deste Instituto, e comunica ter escolhido para patro-

no de sua cadeira, o Reverendíssimo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira.

— Expediente do Ministério das Relações Exteriores, enviando Medalha Comemorativa do 170º aniversário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros.

— Of. da Profª Jodira Berquó Ramalhão, comunicando ao Presidente do Instituto que, tendo sido adiado o curso de Atualização de Técnicos Envolvidos na Execução Financeira de Projetos, dispensa as salas que lhe foram cedidas para a realização do mesmo e agradece a atenção dispensada.

— Expediente do MM Juíz de Direito, Dr. Antônio Theodoro da Silva Neiva, apresentando as Profas. Célia Modes Neiva e Cândida M. Pereira, sua nora e ex-aluna, respectivamente, pedindo atenção à solicitação que fazem ao Presidente.

— Of. da Presidente da Fundação Cultural de Goiás, Profa. Belkiss S. Carneiro de Mendonça, agradecendo o apoio recebido do Presidente deste Instituto, ao trabalho desenvolvido, no sentido de estruturar e colocar em funcionamento a Fundação.

— Convite do Sr. Governador, Professor Irapuan da Costa Júnior, para a Noite de Artes, comemorativa do primeiro aniversário da reabertura do Teatro Goiânia, e do lançamento de obras históricas, reeditadas pelo Governo de Goiás, no dia 14-03-79.

— Expediente do Jornalista Jaime Câmara agradecendo os cumprimentos pela passagem do 41º aniversário do jornal "O Popular".

— Telegrama do Senador Lázaro Ferreira Barboza, comunicando liberação e depósito no Banco do Brasil, de subvenção federal para o Instituto, no valor de Cr\$ 68.000,00.

— Expediente do Sr. João Melo Macedo, agradecendo o envio da revista do Instituto e tecendo vários elogios às matérias publicadas na mesma.

— Of. do Sr. Dr. Ary Ribeiro Valadão, Governador do Estado, acusando o recebimento do of. nº 46/79, no qual o Presidente deste Instituto faz alusão ao desdobramento da SEC em duas outras secretarias e elogia a escolha dos nomes para dirigí-las.

— Recebimento da Programação do Instituto de História e Serviço Social, da Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para a realização da primeira Semana da História, de 18 a 22--6-79.

— Agradecimentos do Diretor Executivo da Campanha

de Defesa do Folclore Brasileiro, pela remessa da revista do Instituto.

— Expediente do Sr. Ayrton Pinto Ribeiro, de Acaraí-Niterói, solicitando a data de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

— Telegrama do Deputado Federal Siqueira Campos, comunicando que, da verba de Cr\$ 68.000,00, destinada ao Instituto, Cr\$ 5.000,00 são colaboração sua.

— Of. do Secretário Geral da Academia Brasileira de História, solicitando do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, o seu "currículum votae".

— Of. do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, Gen. Luiz Carlos Pereira Tourinho, comunicando a posse da nova Diretoria para o biênio 79/81.

— Of. da Fundação Inst. de Desenvolvimento Urbano e Regional, solicitando publicações do Instituto.

6. RELAÇÃO DOS JORNAIS ENVIADOS GRATUITAMENTE AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS:

Diários:

- Jornal "O Popular"
- Jornal de Brasília
- Correio Braziliense
- Jornal "Folha de Goiaz"
- Jornal Opção

Semanário:

- Jornal "Cinco de Março"

OUTROS:

- Folha de Caçu
- A Voz do Sudoeste
- Náutico Atlético Cearense
- Jornal de Luziânia
- História & Fatos
- Jornal dos Transportes
- Diário Oficial

7. BIBLIOTECA — OBRAS RECEBIDAS:

- "Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional" — vol. 23, nº 1 e 2.
- "Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional" — vol. 23, nº 4.
- "Natural Resources and Development" — vol. 8 — Inst. for Scientific Co-operation-GERMANY
- "A Experiência Xavante com o Mundo dos Brancos" — Oswaldo M. Ravagnani.

- “Leopoldo de Bulhões” — Câmara dos Deputados.
- “ROMÊNIA — Encruzilhada de dois mundos”. Augustin Hila-Fratsila.
- “Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás” — Secr. do Governo.
- “Americano do Brasil, o educador”. — Arthur E.S. Rios.
- “Viagem do Presidente Geisel à Rep. Federal da Alemanha”.
- “O engenho Central de Porto Feliz” — Jonas Soares de Souza.
- “Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai” — 1814/1840. Rual de A. e Silva
- “Revista do Museu Paulista” — vol. XXV. Universidade de São Paulo.
- “Série de ETNOLOGIA” — vol. 3. Universidade de S. Paulo.
- “Anais do Museu Paulista” — Tomo XXVIII. Universidade de São Paulo.
- “Vale do Rio Claro” — Basileu Toledo França.
- “Ciências Humanas” — vol. 11, nº 9. — Universidade “Gama Filho”.
- “Depoimento” — Basileu Toledo França.
- “Applied Sciences and Development” — vol. 13. Inst. Scientific Co-operation — GERMANY.
- “Mensário do Arquivo Nacional” (números diversos)
- Revista “SHALOM” — vários números
- Rev. “Construção” — vários números.
- Rev. “Atualidades Veterinárias” — vários números.
- Rev. “Dirigente Industrial” — vários números.
- Rev. “Cespaulista” — números diversos.
- Catálogos diversos, do País e do Exterior.
- “O Rouxinol Estudantil” — Coletânea. Centro Cívico do Colégio Municipal de Caçu.
- “CAÇU — uma cultura em ascensão” — José Faria Nunes.
- “Rio Antigo” — Roteiro Turístico-Cultural do Centro da Cidade. EMBRATUR.
- Rev. “Comércio & Mercado” — nºs. 133 e 136.
- “Boletim da Prefeitura Mun. de Cubatão: Exploração Cient. dos Sabaquis de Cubatão”.
- “Fundação da Casa Rui Barbosa” — Lista de Publicações.
- “Figuras de Proa do Tocantins e Carrancas do São Francisco”. Carlos F. Moura.
- “Os Caravelões Brasileiros” — Carlos Francisco Moura.
- “Luzianidades” — Gelmires Reis.
- “CARTA MENSAL” — Órgão do Cons. Técnico da Confederação Nac. do Comércio — nº 254.
- “Exilados do Sol” — Gabriel Nascente e Ronald Cláver.

- “Boletim Periódico do Instituto Histórico, Geogr. e Genealógico de Sorocaba”.
- “Presidentes do Ceará” — Segundo Reinado — Instituto do Ceará.
- “O Sacado (morfo-dinâmico fluvial)” — Mário Ypiranga Monteiro.
- “Calendário Turístico — 1979”. BRASIL.
- UNIVERSITAS” — Revista Alemana de Letras, Ciências y Arte. Edición trimestral en Castellano. Vários números.
- “Revista da Academia Paulista de Letras” — vol. 92.
- “Síntese da História Literária de Goiás” — Antônio Geraldo Ramos Jubé.
- “Elos da Mesma Corrente” — Rosarita Fleury.
- “Ciências Humanas” — vol. 6 — Faculdade “Gama Filho”
- “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — — Vol. 316.
- “Revista do Instituto do Ceará — Vol. 97.
- “Catálogo das Medalhas Comemorativas referentes ao Brasil” — Museu Imperial.
- “Inventário do Arquivo Leitão da Rocha” — Museu Imperial.
- “Os Chefes do Executivo Fluminense” — Luiz Lourenço Lacombe.
- “Inventário Anal. do Arquivo da Casa Imperial do Brasil” (1807-1816) — Museu Imperial.
- “Catálogo dos Cursos de Graduação” — 1978 — Pontif. Universidade Católica de São Paulo.
- “Revista da Pontifícia Univer. Católica de São Paulo” — vol. XLVI — Pontif. U.C.S.P.
- “Cartas a Suas Magestades” — 1859-1890. — Condessa de Barral. (Arq. Nacional)
- “Anuário do Museu Imperial” — 1973-1974 — vols. 34/35. M. Imperial.
- “Anuário do Museu Imperial” — vol. XVIII — M. Imperial.
- “Anuário do Museu Imperial” — vol. 33 — M. Imperial.
- “Antecedentes da Lei de 28 de setembro de 1871. Paulo M. da Costa e Silva
- “Natural Resources and Development — Institute for Scientific Co-operation.
- “Revista Literária do Corpo Disc. da U.F. de Minas Geraes”, — nº 12 — U.F.M.G.
- “Revista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro” — nº 317.
- “Revista do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo” — Vol. LXXII.

- “CATALÃO, Poesias, Lendas e Histórias” — vol. II, nº 7. Cornélio Ramos.
- “Ciências Humanas” — Univer. “Gama Filho”.
- “Finanças e Orçamento” — nº 18. Tribunal de Contas do Est. de Goiás.
- “O Rio Tocantins” — Lysias A. Rodrigues.
- “Roteiro do Rio Tocantins” — Lysias A. Rodrigues.
- “A Escola de Minas de Ouro Preto” — o peso da glória. — José Murilo de Carvalho.
- “Perfil do Investidor no Mercado de Ações” — José Luiz Melo.
- El Libro Español — Número Extraordinário”. Inst. Nac. Del Libro Español.
- “Ornitologia do Território do Amapá-II” — Fernando C. Novaes.
- “Áreas da Amazônia Legal Brasileira”. Mário F. Simões.
- “Discurso Proferido no Campo Russel pelo Embaixador Paulo E. A. Carneiro”. — Raymundo Teixeira Mendes.
- “Discurso Comemorativo do Tricentenário de morte de LUIZ DE CAMÕES”. — Raymundo Teixeira Mendes.
- “Applied Sciences and Development”, vol. 12. Inst. for Scientific Co-operation.
- “A Sociedade Colonial Goiana” — Marivone Matos Chaim.
- “MINAS GERAES” — roteiro turístico-cultural das cidades históricas — EMBRATUR.
- “60 Anos de Jornalismo” — 1917-1977. Joaquim Inojosa.
- “Coletânea de Estudos em Homenagem a ANNETTE L. EMPERAIRE”. Univer. de São Paulo.
- “Anais do Museu Paulista” — Tomo XXVII. Universidade de São Paulo.
- “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Vol. 318.
- “Ciências Humanas” — Vol. II, nº 8. Universidade “Gama Filho”.
- “Bacia do Paraguai: Geografia e História” — Lécio Gomes de Souza.
- “Vários exemplares sobre folclore — Campanha de Defesa do Folclore”.
- “Engenho Central do Bom Jesus na Economia Baiana” — Eul-Soo Pang.
- “Anais de História” — Inst. de Letras, História e Psicologia de Assis.
- Revista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 319.
- “PAULISTANIA” — Revista Documentário, nº 82. Clube Piratininga — SP.

— “Boletins: Medicina, Psicologia, Filosofia, Formação Profissional e Pedagogia Educacional” — Editora Pedagógica e Universidade LTDA.

8. AGRADECIMENTOS RECEBIDOS PELA REMESSA DE REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS:

- Museu Imperial — Petrópolis.
- Inst. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.
- Academia de Letras do Triângulo Mineiro — Uberaba.
- Dr. Ivon Pitar Miguel — Secretário Particular do Governo de Goiás.
- Academia Espírito Santense de Letras — Vitória, E.S.
- Inst. Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba — SP.
- Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
- Fundação Nacional do Índio.
- Inst. de Ciências Naturales — San Rafael (Mendoza) Argentina.
- Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” — Assis, SP.
- Prof. Vicente Filizola. São José do Rio Preto — SP.
- Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de Pernambuco.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — Florianópolis.
- Universidade Federal Fluminense — Núcleo de Documentação. Niterói.
- Instituto dos Advogados Brasileiros — Rio de Janeiro.
- MEC/DAC/FUNARTE — Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.
- Tribunal Federal de Recursos — Brasília.
- Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
- Instituto do Ceará-Fortaleza.
- Academia Brasileira de História — São Paulo.
- Dr. Raul Floriano — Rio de Janeiro.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro.
- Dr. Roberto Guedes de Amorim — Secretário de Mians, Energia e Telecomunicações.
- Roberto Silva — Canguaretama — Rio Grande do Norte.
- Profa. Nancy Ribeiro de Araújo e Silva — Diretora da Fac. de Educação da UFG.
- Dr. Darci Martins Coelho — Procurador da República no Estado de Goiás.

- MEC — Departamento de Assuntos Culturais.
- Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- Associação Goiana de Imprensa.
- Universidade Católica de Goiás.
- Biblioteca da Câmara dos Deputados do Estado de Goiás.
- Náutico Atlético Cearense — Fortaleza.
- Biblioteca da Fundação Técnica Educacional “Souza Marques”, Instituto de Antropologia “Prof. Souza Marques”, Escola de Medicina-Disciplina de Anatomia. Rio de Janeiro.
- Assessoria de Relações Públicas da Secretaria da Fazenda do Est. de Goiás.
- Assessoria de Relações Públicas da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás.
- Acadêmico Marco Antônio Rangel Pestana de Campos Salles — Secretário Geral da Academia Brasileira de História — São Paulo.

9. PUBLICAÇÕES:

Foi publicada a Revista nº 7 do Instituto, enviada a todas as associações congêneres do País, às autoridades civis, militares e eclesiásticas, professores, escritores, bibliotecas públicas e escolares, etc.

10. REPRESENTAÇÃO:

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás se fez representar, na solenidade de inauguração da exposição “A CIDADE DE GOIÁS E O ESCRITOR GOIANO VEIGA VALLE”, na Pinacoteca do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, pelo sócio Prof. José Mendonça Teles.

11. CONVÊNIO:

Foi renovado o Convênio que o Instituto Histórico e Geográfico mantém com a Secretaria da Educação e Cultura do Estado para o período de 1º/01/1979 a 31/12/1981.

Izabel Pimenta Ribeiro — Bibliotecária.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE GOIÁS

Composto e impresso
nas oficinas gráficas da
EDITORA ORIENTE
Gráfica do Livro Goiano Ltda.
Rua 82, nº 456 — Setor Sul
Telefone: (062) 224-4510
74010 Goiânia, Goiás — Brasil

297ª

Publicação

EDITORA

ORIENTE